



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
FLÁVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA**

***'ME TOCOU VIRAR TUDO'*: CICATRIZES DISCURSIVAS EM NARRATIVAS DE
DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS**

**CHAPECÓ
2014**

FLÁVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA

**‘*ME TOCOU VIRAR TUDO*’: CICATRIZES DISCURSIVAS EM NARRATIVAS DE
DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos sob a orientação da Prof.^a Dra. Angela Derlise Stübe.

CHAPECÓ
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

T552m Tibolla, Flávia Rosane Camillo
Me tocou virar tudo: cicatrizes discursivas em narrativas
de descendentes de imigrantes italianos / Flávia Rosane
Camillo Tibolla. -- 2014.
120 f.

Orientadora: Angela Derlise Stübe.
Dissertação (mestrado) (Mestrado em Estudos
Linguísticos) - Universidade Federal da Fronteira Sul,
Chapecó - SC, 2014.

1. Sujeito. 2. Língua. 3. Memória discursiva. 4.
Historicidade. I. Título. II. Angela Derlise Stübe.

FLÁVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA

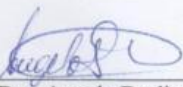
**'ME TOCOU VIRAR TUDO': CICATRIZES DISCURSIVAS EM NARRATIVAS DE
DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS**

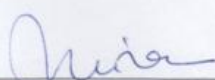
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudos
Linguísticos, defendido em banca examinadora em 30/06/2014.

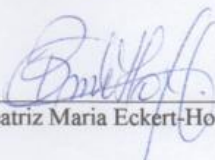
Orientador (a): Prof. Dra. Angela Derlise Stübe

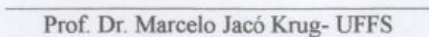
Aprovado em: 30 / 06 / 2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Angela Derlise Stübe – UFFS


Prof. Dra. Mary Neiva Surdi da Luz – UFFS


Prof. Dra. Beatriz Maria Eckert-Hoff – UNICSUL


Prof. Dr. Marcelo Jacó Krug- UFFS

Chapecó/SC, Junho de 2014

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se à escrita dos agradecimentos nos permite ocupar dois lugares: o da contemplação e o da retrospectiva, posições igualmente importantes neste momento.

Me volto inicialmente a Deus e a Ele presto meus agradecimentos. Obrigada pela saúde, força, coragem e bênçãos derramadas nesse período.

Serei eternamente grata à minha Mãe Delma. Primeiramente pelos exemplos de garra e determinação e, durante esse período pela constante presença, pela mão sempre estendida e por ser indiretamente a genitora desta pesquisa.

Um agradecimento especial a minha orientadora professora Angela. Obrigada pela confiança, pela sabedoria compartilhada e por ‘pegar-me pela mão’ nesse artesanato teórico.

Às professoras Mary Neiva Surdi da Luz e Beatriz Maria Eckert-Hoff, pelas contribuições, correções e direções que contribuíram para a melhoria da pesquisa.

Aos meus queridos colegas da linha de pesquisa: Cleber, Elisandra, Irene e Isabel, confidentes, motivadores e..., aos tantos outros sentidos materializados nestas reticências.

Aos colegas da primeira e segunda turma de Mestrado da UFFS com os quais pude compartilhar saberes ao longo da caminhada, meus sinceros agradecimentos.

Às singulares sugestões e atentas leituras feitas pelo grupo de estudos dos orientandos da professora Angela.

À dedicação da Isabel, Irene, Elisandra e Priscila grandes leitoras e coadjuvantes nos arremates desta pesquisa.

Ao meu esposo Marildo Tibolla, sempre compreensivo pelas tantas ausências e em seu jeito particular de ser, meu grande amigo e companheiro.

A vocês meus filhos amados: Vinícius Bernardo, Blaiton Miguel e Éric Domingos. Pelos calorosos abraços em cada retorno, obrigada. Pelos sorrisos marotos, obrigada. Pelo colo roubado, obrigada.

Ao meu pai (*in memoriam*), pela presença mesmo na ausência. Cada raio de sol ou pássaro que cantava pela manhã me traziam a certeza da sua mão a me guiar.

Ao vovô Arlindo, exemplo de paciência. Ao compartilhar sua história de vida esta pesquisa foi ganhando concretude. Minha eterna gratidão.

À Val, meu “anjo de plantão”, pela doação e dedicação. *Danke*.

À Secretaria Municipal de Educação agradeço imensamente o afastamento concedido.

Aos meus queridos entrevistados, minha gratidão por compartilharem suas histórias de vida e assim possibilitarem a gênese desta pesquisa.

À Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, agradeço pelo acolhimento e incentivo a esta pesquisa.

Ao meu querido irmão Vilmar um muito obrigada e um desafio para que a ‘*língua da nona*’ motive muitas de nossas conversas.

A todos os familiares e amigos que me ofereceram seu apoio e estímulo, acompanhando a minha trajetória na realização desse trabalho, meu mais profundo agradecimento.

Agradeço a todos os que aqui não foram nominados, mas que, de uma maneira ou de outra, estiveram comigo.

E para finalizar este gesto de retrospectão e contemplação trago algumas palavras da nona Silvia Zampieron: ‘*Pian pian si va lontan*’.

RESUMO

Esta pesquisa analisa por meio de narrativas pessoais, pelos traços de memória, cicatrizes discursivas decorrentes dos processos de identificação e interdição na constituição linguística de descendentes de imigrantes italianos. A partir do aporte teórico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, problematizamos a relação sujeito, língua, memória discursiva e historicidade. O *corpus* de análise foi constituído a partir de entrevistas semiestruturadas com descendentes de imigrantes italianos de diferentes faixas etárias residentes no município de Concórdia – SC. Por meio das entrevistas, esses enunciadore, (re)velaram cicatrizes da língua italiana enquanto elemento constitutivo de suas identificações à língua, o que nos possibilitou inferir que a constituição do sujeito é atravessada pela língua. Partindo do pressuposto de que toda relação linguística é uma relação de entre-línguas nossa hipótese de que os descendentes de imigrantes italianos apresentavam em suas narrativas pessoais marcas de interdição e silenciamento da língua de imigração, se sustentou, pois entendemos pelo referencial teórico e pelo gesto analítico que toda relação de ser-estar-entre-línguas cria para o sujeito um lugar discursivo tênue e repleto de tensões, um lugar no qual se realizam momentos de identificação pela inscrição nas fronteiras porosas da linguagem. Entre os traços identificatórios analisados compreendemos que a interdição e, antagonicamente, o funcionamento da língua de imigração sobressaíram-se nesse gesto de interpretação. Dessa forma podemos destacar que na constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos há marcas da língua italiana que não foram apagadas, tornaram-se cicatrizes que significam e se atualizam na enunciação.

Palavras-chave: Sujeito. Língua. Memória Discursiva. Historicidade.

ABSTRACT

This research analyzes through personal narratives, by the memory traces, discursive scars resulting from the processes of identification and interdiction in the linguistic constitution of descendants of Italian immigrants. From the theoretical framework of Discourse Analysis (AD), French approach, we problematize the relationship between subject, language, discursive memory and historicity. The *corpus* of analysis of this research was constituted from semi-structured interviews with descendants of Italian immigrants of different ages living in Concordia city– Santa Catarina State. From the interviews, these enunciators (*re*)vealed scarring of the Italian language as a constitutive element of their identifications to the language, which allowed us to infer that the constitution of the subject is crossed by the language. Believing that all linguistic relationship is a relationship between languages, our hypothesis that the descendants of Italian immigrants had on their personal narratives marks of interdiction and silencing the language of immigration was sustained, because we understand by the theoretical reference and the analytical gesture that all relationship of *to be – between -languages* produce to the subject a fragile discursive place, and full of tensions, a place where moments of identification are performed by the inscription on the porous frontiers of language. Among the identificatory traces analyzed, we understand that were emphasized, the interdiction and the function of immigration language in this gesture interpretation. Thus, we can demonstrate that the linguistic constitution of the descendants of Italian immigrants, there are marks of the Italian language that were not deleted, become scars that mean and are updated in the enunciation.

Key-words: Subject. Language, Discursive Memory. Historicity.

RIASSUNTO

Questa ricerca analizza, attraverso narrative personali, tratti di memoria, cicatrici discorsive dei processi di identificazione e interdizione nella costituzione linguistica dei discendenti di emigranti italiani. Seguendo la teoria dell'analisi del discordo (AD), di linea francese, presentiamo riflessioni teoriche sui concetti di soggetto, lingua, memoria discorsiva e storicità. Il corpus dell'analisi della presente ricerca è stato costituito a partir da interviste semi strutturate presso discendenti di emigranti italiani di diverse fasce etarie, residente nel Comune di Concordia, Santa Catarina. Dalle interviste, esse enunciatori hanno rivelato cicatrici della lingua italiana come elemento costitutivo delle loro identificazioni alla lingua, che ci ha possibilitato indurre che la costituzione del soggetto è attraversata dalla lingua. Partendo dal presupposto secondo il quale tutti i rapporti linguistici sono rapporti interlingua, la nostra ipotesi è che i discendenti di emigranti italiani presentavano nello loro narrative personali, segni di interdizione e di silenzio della lingua dell'emigrazione. Si sostiene, poi capiamo dal riferimento teorico e dal gesto analitico che qualsiasi rapporto di essere-stare tra lingue crea per il soggetto un luogo discorsivo tenue e pieno di tensioni, un luogo dove si realizzano momenti di identificazione dalla iscrizione nelle frontiere porose del linguaggio. Fra le traccia identificatorie analizzate abbiamo capito che l'interdizione e, antagonicamente, il funzionamento della lingua di emigrazione si risaltano in questo gesto di interpretazione. In questo modo, possiamo distaccare che nella costituzione linguistica dei discendenti di emigranti italiani ci sono segni della lingua italiana che non sono stati cancellati: si sono tornati cicatrici che significano e si attualizzano nell'enunciazione.

Parole chiave: Soggetto. Lingua. Memoria Discorsiva. Storicità.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Recorrência do verbo ‘proibir’ e suas paráfrases nas SDs mobilizadas.....	84
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

A - Avós
AD - Análise de Discurso
E1 - Entrevistado 1 (2,3,4,5)
F – Filho (a)
FD - Formação Discursiva
FI – Formação Ideológica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LM - Língua Materna
LP - Língua Portuguesa
P - Pais
PPGEL - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
RD - Recorte Discursivo
SD - Sequência Discursiva
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

LISTA DE SÍMBOLOS DAS TRANSCRIÇÕES

/ - pausa curta

/// - pausa longa

[inc.] – incompreensível

[xxxxx] – comentário/ interferência do pesquisador

[...] – supressão de determinado trecho da fala

XXXX – (maiúsculas) – entonação enfática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A TRAMA DESTA PESQUISA	20
2.1 PEGAR O LEITOR PELA MÃO.....	20
2.1.1 Os alicerces da pesquisa	20
2.1.1.1 Trabalhos norteadores.....	21
2.1.1.2 O encontro com o <i>corpus</i>	24
2.1.1.3 Constituição e contemplação do elenco.....	26
2.1.1.4 O primeiro gesto de interpretação.....	32
2.1.2 Acomodando a história	35
3 O ENCONTRO DO SUJEITO NA/DA LÍNGUA	40
3.1 AS ENGRENAGENS DA LÍNGUA.....	40
3.2 CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA/NA LINGUAGEM.....	42
3.2.1 Formação linguística dos descendentes de imigrantes italianos	47
3.2.2 Traços de memória discursiva e seus efeitos na constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos	51
3.3 CICATRIZES DISCURSIVAS DA/NA CONSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA.....	54
3.3.1 Entre a interdição e a identificação: fatores políticos e ideológicos	55
3.3.2 Traços identificatórios produzidos pelo efeito do entre-línguas	66
3.3.3 Silenciamento de línguas	74
4 OS SENTIDOS NA VERTICALIDADE DA LÍNGUA	80
4.1 NA (IN)DISTINÇÃO DOS CONCEITOS: ALGUNS APONTAMENTOS.....	80
4.2 O ENCONTRO DA MEMÓRIA COM A ATUALIDADE.....	84
4.2.1 Traços de memória discursiva: acontecimento e repetibilidade	84
4.2.2 Traços de memória discursiva: funcionamento da interdição	86
4.2.3 Efeitos de interdição em diferentes espaços sociais	96
4.2.3.1 Escola: as portas se abrem e o cerco se fecha.....	97
4.2.3.2 Lar doce lar: falar ou calar?.....	102
4.2.3.3 Religiosidade que conforta, igreja que desalenta.....	106
5 PALAVRAS FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	119

ANEXO A	119
---------------	-----

1 INTRODUÇÃO

Falar de si constitui um exercício de escritura, num movimento de auto-narração que permite diversas maneiras de experimentar sua identidade – que é sempre fluida, inapreensível, metamorfoseada. (BEATRIZ ECKERT-HOFF, 2008, p. 119).

Escrever sobre traços da memória discursiva dos descendentes de imigrantes italianos é também a possibilidade de me (re)significar na heterogeneidade linguística. Convivi com minha mãe, tias e avós falando uma “língua diferente” da minha. Nunca me incomodei com as “palavras diferentes”, mas durante toda minha infância e adolescência, nunca fui convidada a falar do mesmo jeito que elas. Ficava, às vezes, à surdina, pois a tal língua me interessava, me despertava a vontade de falar, me cativava. Já adulta tive a oportunidade de aprender a língua italiana; não era, porém, a mesma língua falada no seio de minha família, pois os mesmos falavam o dialeto vênето, mas era a primeira oportunidade de sentir-me parte daquele aconchegante falar. E é nesse entrelaçar de memórias e teorias que me sinto provocada a escrever, me sinto convidada a (re)velar¹ um pouco de minha história, de minha constituição identitária e analisar, no fio do discurso, nos dizeres de descendentes de imigrantes italianos, marcas que nos constituem, que nos aproximam e nos diferenciam. Sei que não possuo controle sobre meu dizer, que esse dizer é atravessado por fatores internos e externos, mas, mesmo assim, vislumbro, por meio da escrita, a possibilidade de mostrar que nosso dizer é clivado na e pela língua(gem) e por meio dela nos constituímos e produzimos sentidos. Para isso, faz-se necessário que no corpo desta pesquisa sejam tecidas discussões aprofundadas sobre os conceitos de sujeito, língua, memória discursiva e historicidade.

Na Análise de Discurso (AD), assim como em outras ciências humanas, o pesquisador, mesmo com o necessário rigor científico, ao realizar sua pesquisa, é tomado por razões pessoais que o afetam de tal modo que suas escolhas não deixam de ser interligadas com sua própria história. A partir disso observamos em Pêcheux que

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e

¹ Adotamos o jogo do *revelar e velar* possibilitado pela palavra em questão, pois os sentidos estão intrinsecamente ligados às condições de produção. Enquanto alguns sentidos são revelados por meio da palavra outros permanecem velados, ou seja, não são mobilizados, produzindo certos sentidos para o momento e não outros. Salientamos também, que os sentidos produzidos nos discursos, são ressignificados conforme o momento histórico, vinculam-se estreitamente às condições de produção e apontam a heterogeneidade linguística que os constitui.

das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. (PÉCHEUX, 2012, p. 57).

Dessa forma, as sequências discursivas que aqui serão mobilizadas e as análises efetuadas são fruto de minhas escolhas enquanto analista de discurso, são “tomadas de posição”², são escolhas que poderão refletir momentos de identificação à língua. Pesquisar traços da memória discursiva de descendentes de imigrantes italianos, pelo viés da língua(gem), torna-se uma tentativa de escrever e historicizar aspectos que foram negligenciados pelas condições de produção de uma determinada época e aquilo que ainda ressoa na contemporaneidade. Será pela materialidade da língua e pelo gesto de interpretação que aspectos ideológicos e filiações a determinadas formações discursivas (FDs) poderão ser (re)velados no processo de enunciação desses enunciadores.

Durante o período de 1937/1945, nomeado Estado Novo sob a presidência de Getúlio Vargas, no Brasil, a língua dos imigrantes e dos nativos foi fortemente afetada devido às proibições impostas pelo Estado. Tais proibições referiam-se, sobretudo, ao não uso de línguas estrangeiras em território nacional. As políticas de nacionalização pretendiam, além de fortalecer o nacionalismo, criar uma identidade brasileira. Para tanto, a proibição ocorreu em diversos espaços sociais.

Entendemos que, ao dar voz aos descendentes de imigrantes italianos, é possível analisar e historicizar discursividades que ilustram determinada conjuntura (no caso, Estado Novo), no Brasil, na década de 1930, conforme será problematizado nos capítulos II, III e IV. Além disso, ao narrarem suas histórias com as línguas com as quais convivem/conviveram, os descendentes de imigrantes italianos produzem sentidos e, inconscientemente, (re)significam dizeres e aspectos de sua constituição identitária.

Ressaltamos ainda que por meio da materialidade da língua e pelo gesto de interpretação, aspectos da constituição identitária foram observados e discutidos pelo dispositivo teórico-analítico da AD de linha francesa. Nesse viés, para a composição do

² Optamos pelo uso das aspas, pois é necessário marcar que o sujeito “toma posição”, mas é uma tomada de posição regida pelos saberes de uma determinada FD que constituem o sujeito da linguagem por modos de subjetivação diferentes.

corpus discursivo realizamos entrevistas semiestruturadas com descendentes de imigrantes italianos de diferentes faixas etárias, residentes no município de Concórdia - SC.

Foram utilizados os seguintes critérios para a escolha dos entrevistados: (i) ser aluno da 8ª série da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella – Concórdia - SC, (ii) sempre ter estudado na referida escola e (iii) ser descendente de imigrantes italianos. Como exposto, os alunos motivaram a pesquisa e os demais participantes foram incluídos na pesquisa com objetivo de compreender como a memória dessa língua ressoa nas diferentes gerações.

Justificamos a escolha desses enunciadores, pois, antes de ser pesquisadora e aluna da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), fui professora de língua estrangeira (Língua Italiana) na escola a ser pesquisada e os alunos aos quais nos referimos foram meus alunos dessa disciplina e também da Escola Bilíngue³. Naquele contexto, na relação professor - aluno, começamos a nos indagar e a propor as questões as quais propomos nesta pesquisa, pois naquelas condições de produção, não raras vezes, os alunos e também os pais apontavam em suas falas questões referentes à heterogeneidade linguística, à constituição sujeito pelo viés do *entre-línguas*⁴ e traços da memória da(s) língua(s) com a(s) qual(is) conviviam naquele espaço plurilíngue.

Segundo Ferreira (1992), o município de Concórdia foi sendo ocupado pelos colonizadores europeus a partir da segunda década do século XX. Ferreira (1992, p. 82) destaca que

no atual município de Concórdia, embora a colonização, de forma desorganizada, tenha iniciado em anos anteriores em regiões periféricas, a sede do município de Concórdia passou a ser colonizada entre 1922 e 1925, através da Brazil Development and Colonization Company, acelerando a partir deste último ano, quando as terras foram negociadas com a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Companhia, que para ali passou a levar grande quantidade de famílias de origem italiana e alemã, oriundas do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto pelo historiador, ratificamos que de fato o município de Concórdia configura-se como um espaço linguisticamente heterogêneo, no qual os descendentes de italianos e alemães gradativamente iam instalando-se e tornando-se cidadãos concordienses

³ A escola bilíngue foi um projeto desenvolvido pela Escola em parceria com o Centro de Cultura Italiana PR/SC, nos anos de 2004 a 2009, no qual os alunos estudavam a língua italiana no período extraclasse.

⁴ *Entre-línguas: Ser-estar-entre-línguas* é uma noção cunhada pela Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini, no projeto “O espaço híbrido da subjetividade: o ser (estar) entre línguas” (desenvolvido entre 2003 e 2007), inserido no Projeto Integrado “(Des) construindo identidades: formas de representação de si e do outro nos discursos sobre línguas (materna e estrangeira)”, financiado pelo CNPq e sob sua coordenação.

preocupados em constituir um espaço confortável para suas respectivas famílias. Segundo Bernardi (2003, p. 51),

o motivo prioritário que levou descendentes de imigrantes italianos das quatro primeiras ou antigas colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul e regiões vizinhas a emigrarem para a região de Concórdia foi a necessidade de conseguir acesso à pequena propriedade rural para si e para seus filhos.

Dessa forma, é inevitável que atualmente vários elementos culturais ilustrem a italianidade na referida cidade: monumentos, festejos, culinária e a presença da língua italiana. Entre os elementos culturais, fazemos uma breve retrospectiva balizando a presença da língua como elemento de destaque: há, atualmente, no município, instituições que oferecem periodicamente cursos com a finalidade de abordar os aspectos culturais e a aprendizagem da língua. Além disso, a partir de 1994, institui-se na escola *locus* deste estudo a disciplina de língua italiana como componente curricular. Ainda nela funcionou, nos anos de 2004 a 2009, no período extraclasse, a Escola Bilíngue oferecida aos alunos a partir do primeiro ano. Desse modo, justifica-se a escolha dessa escola e série pelo fato de que os alunos já tiveram diferentes oportunidades de contato e aprendizagem da língua italiana.

Por isso, por meio das narrativas dos descendentes de imigrantes italianos, traços de memória da constituição identitária do sujeito foram analisados. Além das reflexões teóricas sobre sujeito, língua, memória discursiva e historicidade, realizamos reflexões analíticas a partir dos eixos: interdição e identificação.

Partindo do pressuposto de que o sujeito se constitui na e pela linguagem, é possível afirmar que por meio de narrativas pessoais⁵ pudemos compreender marcas identitárias no que diz respeito à relação entre-línguas que significaram e significam na constituição do sujeito. Constituir-se sujeito no entre-línguas significa que há nessa constituição o imbricamento de línguas. No contexto pesquisado, o entre-línguas é um processo bastante comum, pois os descendentes de imigrantes italianos ainda convivem com a língua nacional e a língua de imigração⁶. Segundo Coracini (2007), o entre-línguas é um espaço com traços

⁵ Em sua tese de doutorado, Stübe (2008), para a constituição do *corpus*, utiliza narrativas de professores, investigando o seu processo de formação linguística. Neste trabalho entendemos por *narrativas pessoais* a possibilidade dos entrevistados narrarem suas histórias pessoais no que tange aos processos discursivos e identificatórios.

⁶ Nesta pesquisa a língua de imigração é entendida como a língua que era falada pelos imigrantes durante o período de imigração, mas que ainda está em funcionamento entre os descendentes de imigrantes italianos. A língua de imigração é por eles denominada de língua italiana, italiano, língua da 'nonna' e ainda língua dos mais antigos e assim também será mobilizada nas análises desta pesquisa.

culturais em conflito, ou seja, o sujeito constitui-se num tenuous espaço no qual ocorre o imbricamento de línguas, não há a demarcação de fronteiras, há o trânsito de línguas que possuem suas peculiaridades e nesse contexto circulam, ocorrem, aparecem.

Não cabe aqui uma discussão para especificarmos qual língua seria a materna, mas salientar que há na língua do enunciador marcas de heterogeneidade, da presença do outro⁷ produzindo efeitos. Considerar a presença do outro como elemento constitutivo do sujeito e dos sentidos é valer-se do conceito de alteridade assim como proposto por Coracini (2007, p. 17), ou seja, “o sujeito é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele”.

Desde nosso nascimento somos expostos à(s) língua(s). Algumas vezes falamos mais de uma língua, outras vezes, criamos a ilusão de sermos monolíngues. Falamos em ilusão, pois, nos alicerçando em Coracini (2007), encontramos subsídios que nos permitem discutir conceitos relativos ao entre-línguas. É no jogo do entre-línguas que o sujeito se constitui, pois não há a unicidade, a homogeneidade e a pureza da língua. Ainda para Coracini (2007, p. 132),

estamos todos entre-línguas, pois não há uma língua pura, original, primeira: estamos todos - mesmo aqueles que creem falar apenas uma língua (Coracini 2003) - imersos nas águas híbridas onde os limites são imprecisos e opacos, e as fronteiras incapturáveis, intocáveis.

Diante do exposto, temos como objetivo geral desta pesquisa analisar como traços da memória discursiva da relação do ser-estar-entre-línguas deixam cicatrizes em narrativas de descendentes de imigrantes italianos. A partir desse objetivo geral temos como escopo: descrever o funcionamento da relação entre-línguas a partir de narrativas dos descendentes de imigrantes italianos; discutir a relação língua e identificação, considerando fatores ideológicos e inconscientes como determinantes dessa relação; e analisar como emerge o efeito do entre-línguas nas narrativas dos descendentes de imigrantes italianos.

Sendo assim, organizamos esta dissertação em três capítulos. Inicialmente, apresentamos os trabalhos norteadores, o processo de constituição do *corpus*, os recortes discursivos (RDs), a relevância das narrativas pessoais e ainda aspectos históricos que são significativos para essa pesquisa. Posteriormente, expusemos considerações teóricas sobre a constituição do sujeito da/na linguagem na perspectiva discursiva, as relações possíveis entre

⁷ É preciso dizer que esse outro se refere a(s) representações que o sujeito faz de seu interlocutor; a presença do outro é necessária pois é constitutiva dos sujeitos, faz parte dos processos de identificação e não se confunde ao Outro também constitutivo, mas da ordem do inconsciente.

língua e identidade considerando os fatores políticos e ideológicos, os efeitos do entre-línguas e do silenciamento de uma língua na constituição do sujeito. Por último, mobilizamos os conceitos de inter e intradiscurso e os efeitos da memória discursiva.

Diante dessas palavras iniciais resta o convite para prosseguir, juntos, autor, leitor e protagonistas nessa empreitada ora doce, ora amarga, por vezes como denúncia e outras como (re)velação. É um caminho que mostra sentidos outros, que acende vozes caladas, que oferece espaço e acolhimento para as narrativas de pessoas que ‘tocaram virar tudo’ para garantir um espaço social.

2 A TRAMA DESTA PESQUISA

*No meio do caminho tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 tinha uma pedra
 no meio do caminho tinha uma pedra.
 Nunca me esquecerei desse acontecimento⁸
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 no meio do caminho tinha uma pedra.*
 (Carlos Drummond de Andrade, 2001, p. 71).

2.1 PEGAR O LEITOR PELA MÃO

Inúmeras vezes, durante nossas aulas, ouvimos de nossos mestres, ao lermos determinadas teses, dissertações ou livros, que os mesmos haviam sido escritos com a finura necessária para conduzir o leitor até os mais sinuosos caminhos da teoria, ou seja, o escritor, preocupado com seu leitor, “pegava-o pela mão” e, na tessitura de seu texto, ia apontando os caminhos para a compreensão daquilo que ali se materializava nas veias do papel. Considerando o exposto, me detenho agora em alguns aspectos que considero essenciais para que meu leitor sintam-se conduzido e orientado para efetuar esta leitura. Não tenho a pretensão de cercear os caminhos, mas apontar uma leitura possível. Ratificamos essa percepção com as palavras de Orlandi (2012a, p. 64): “Os textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras”. Essas considerações sintetizam o que será abordado a partir de agora nessa seção.

2.1.1 Os alicerces da pesquisa

Na parte introdutória desta pesquisa já é possível vislumbrar que, além de todo o rigor teórico que a pesquisa científica exige, o pesquisador, durante o artesanato teórico⁹ e analítico, se insere no texto, constrói um texto com marcas próprias, com autoria e assim deixa vestígios de sua história pessoal. Diante disso, enquanto artesã desta pesquisa, apresentamos a partir de

⁸ Grifo nosso.

⁹ Esse termo é cunhado por Stübe (2008) em sua tese de doutorado.

agora os trabalhos norteadores, o encontro com o *corpus*, a constituição e contemplação do elenco¹⁰, o primeiro gesto analítico e aspectos históricos.

2.1.1.1 Trabalhos Norteadores

O Estado de Santa Catarina, assim como a maioria dos demais estados brasileiros, abarca inúmeros elementos que indicam a presença de diferentes culturas: destacamos a gastronomia, a arquitetura, as festividades e os aspectos linguísticos. Na região Oeste de SC observa-se que há diversas manifestações da língua italiana: monumentos, fachadas de estabelecimentos comerciais e também nas práticas discursivas¹¹. Tal afirmação pode ser sustentada por duas pesquisas já realizadas na região mencionada: Bernardi (2003) por meio da pesquisa “Canção do imigrante italiano: sua leitura a partir de uma localidade rural catarinense” e Stübe (2008) “Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração”.

Em sua tese de doutorado, Bernardi (2003) realiza um levantamento de um *corpus* representativo de canções que remetem à temática da identidade dos descendentes de imigrantes italianos. Divide seu trabalho em quatro capítulos abordando a cultura da mobilidade; o processo cancionístico; estilo, forma e temas das canções; e um último capítulo dedicado ao levantamento de um *corpus* das canções italianas da localidade de Lajeado dos Pintos, Concórdia - SC. A pesquisa ora exposta se aproxima de nossas intenções de pesquisa por apresentar basicamente duas semelhanças. A primeira, de ordem pragmática, aponta que o *corpus* foi constituído na mesma região de abrangência, envolvendo descendentes de imigrantes italianos e no campo teórico temos uma proximidade quanto ao interesse de investigar a questão dos processos identitários. Diferencia-se, entretanto, de nosso interesse de pesquisa, pois o estudo realizado por Bernardi dirige-se fortemente para referências culturais e encontra na música esse intento. Além disso, o foco teórico do referido pesquisador alicerça-se na história cultural.

Nos estudos realizados por Stübe (2008), a investigação também se centra na temática da identidade e elege os professores de Língua Portuguesa para comporem o *corpus* da pesquisa. A pesquisadora se propõe a observar os processos de constituição identitária

¹⁰ Fazem parte do elenco desta pesquisa 9 (nove) entrevistados (avós, pais e filhos) selecionados segundo os critérios da pesquisa e que possibilitaram a composição do *corpus*.

¹¹ Foucault (2013, p. 144) chama de práticas discursivas, "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa".

permeados pelos aspectos históricos, sociais, políticos, educacionais de modo indissociável. A investigação realizada por Stübe se aproxima da presente pesquisa, pois ambas realizam uma interlocução na mesma região de abrangência e, além disso, por observar os processos identitários (re)velados por meio dos discursos dos entrevistados. Dessa forma, tanto os conceitos teóricos e as análises oriundas da pesquisa de Stübe são significativos, pois, também nesta pesquisa se pretende investigar os processos identitários dos descendentes de imigrantes italianos pelo viés da linguagem. O que se diferencia nas duas pesquisas é a constituição do *corpus*: Stübe constitui seu *corpus* a partir das narrativas de professores, pois seu interesse de pesquisa também era a formação de professores e, neste estudo, constituímos um *corpus* a partir de narrativas de descendentes de imigrantes italianos, visto que nos interessa observar quais são as marcas identitárias dos descendentes de imigrantes italianos pelo viés da língua e se há regularidades dessas marcas em enunciadores de distintas faixas etárias.

Focados ainda na mesma perspectiva teórica e com objetivos comuns, porém não mais na mesma região de abrangência, duas pesquisas serviram de alicerce para a elaboração deste estudo.

Em sua tese de doutorado, Maria Onice Payer (2006) torna-se referência basilar para esta pesquisa, pois investiga memória discursiva oral - em que se inclui a língua - de pessoas provenientes da imigração italiana para o Brasil no contexto republicano. O processo de nacionalização desses imigrantes contou com a intervenção pontual do Estado, na década de 1930, quando foi oficialmente interditada a prática da língua materna dos imigrantes, por meio de campanhas de nacionalização que implantaram a língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, sobretudo por meio da escola primária. Entretanto, em regiões onde a prática de linguagem é de predominância oral, a frequência obrigatória à escola primária não alcançou apagar de todo a língua dos imigrantes, de modo que os traços de memória de sua língua (dialetos italianos) - aqui considerados como traços de sua memória discursiva - encontram-se até hoje presentes na estrutura do Português que falam. Tal pesquisa se aproxima de nossa intenção de estudo, pois realiza um extensivo estudo com descendentes de imigrantes italianos. No entanto, o *corpus* desta pesquisa, constituído em uma região geograficamente diferente, aborda sujeitos de diferentes faixas etárias e analisa como a escola, enquanto instituição social é responsável pela manutenção/interdição de línguas. Nesse sentido, destacamos que a presente pesquisa, por realizar-se na região de abrangência da UFFS, poderá servir de subsídio a futuras pesquisas nesse campo de conhecimento, além de contribuir para descrever as particularidades dessa região.

Também Beatriz Eckert-Hoff (2010) nos indicou caminhos a percorrer nesta pesquisa, sobretudo quando nos propusemos a escrever sobre as narrativas dos descendentes de imigrantes italianos. O primeiro contato com a referida autora ocorreu por meio de leituras indicadas pelas disciplinas obrigatórias do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL)¹².

Foi nesse primeiro encontro, na linha de pesquisa “Práticas Discursivas e Subjetividades”, por meio do texto “(Dis)sabores da língua ma(e)terna: os conflitos de um entre-lugar”, publicado no livro “Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira”, organizado por Beatriz Eckert-Hoff e Maria José Coracini, que fomos envolvidos pela autora pelo modo singular de escrita e ainda mais pelo conteúdo que estava em consonância com esta pesquisa. Eckert-Hoff, em outras pesquisas, também se interessa pelas narrativas dos descendentes de imigrantes alemães, sobre a constituição do sujeito no entre-línguas e, dessa forma, ocorre o hífen¹³ entre a pesquisa da referida autora e nossa pesquisa. Destacamos que a referida autora, em seus escritos, dá voz ao(s) outro(s) respeitando àqueles que por inúmeras razões calaram ou foram calados. Desse modo, compreendemos que essa singular pesquisa nos possibilita entender e desenvolver um trabalho interessado em compreender o outro pela sua narrativa e assim permitir que outras vozes sejam ouvidas.

Diante das pesquisas anteriormente mencionadas, inferimos que, na constituição identitária desses sujeitos, a língua possui aspectos peculiares, possui marcas que despertam o interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e, em especial dos analistas de discurso já que, segundo Orlandi (2012a), na AD procuramos não os sentidos “verdadeiros”, mas os reais sentidos da língua em sua materialidade linguística e histórica. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que toda relação linguística é uma relação de entre-línguas e diante disso construímos a hipótese de que os descendentes de imigrantes italianos apresentam em suas narrativas marcas de interdição e silenciamento da língua de imigração. Isso porque entendemos que a relação de ser-estar-entre-línguas cria para o sujeito um lugar discursivo tênue e repleto de tensões, um lugar no qual se realizam momentos de identificação pela inscrição nas fronteiras porosas da linguagem. Por isso, questiona-se:

¹² O PPGEL da UFFS possui única área de concentração - Linguística, na qual estão reunidas três linhas de pesquisa:

- a) Práticas Discursivas e Subjetividades;
- b) Diversidade e Mudança Linguística;
- c) Língua e Cognição: Representação e Processamento da Linguagem.

¹³ O hífen está sendo empregado como o elemento responsável pela aproximação/união entre as duas pesquisas.

- Há traços identificatórios que se repetem nas narrativas dos descendentes de imigrantes italianos ao falar de sua história de constituição linguística? Se houver, que traços? Como funcionam?
- Há efeitos de entre-línguas nas narrativas dos sujeitos que vivem em regiões fortemente constituídas por descendentes de imigrantes italianos?
- Se sim, como os efeitos da memória discursiva da relação do entre-línguas significam na constituição de sujeitos descendentes de imigrantes italianos?

2.1.1.2 O encontro com o *corpus*

Interessados em discutir a multiplicidade de sentidos que se instauram na e pela língua buscamos em Pêcheux (2009) fundamentos para discutirmos mais dois conceitos caros à AD e que estão intimamente ligados aos processos linguísticos: o inter e o intradiscurso.

Diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”) ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (PÊCHEUX, 2009, p. 151, grifos do autor).

Pelas palavras de Pêcheux entendemos que é na confluência do já-dito (interdiscurso) com o por dizer (intradiscurso) que os sentidos se concretizam. Há na discursividade redes de sentidos que são mobilizadas, que são articuladas respeitando determinadas condições sócio-históricas. Ancorada na teoria pecheutiana, De Nardi (2003) corrobora nessa discussão expondo que entende o

interdiscurso como o lugar ao qual o sujeito retorna para produzir o seu dizer. O interdiscurso representa uma dimensão não-linear do dizer (em oposição ao intradiscurso), sua verticalidade, fazendo-nos ingressar no campo do pré-construído, do já-dito para o qual o sujeito se volta ao identificar-se com a FD a partir da qual construirá o seu discurso. Volta-se o olhar, então, para a rede das formações discursivas em que o discurso em questão está inserido, sendo mister lembrar que esse retorno, no entanto, nunca é pura reprodução, como se o discurso fosse a imagem no espelho desse dizer anterior que retoma, mas antes re-significação do já-dito que apontará tanto para o sentido já-posto, quanto para novas possibilidades de produção de sentidos (DE NARDI, 2003, p. 77)

Nessa perspectiva, entendemos que durante a realização das entrevistas, alguns sentidos foram se concretizando no intradiscurso e nos gestos de descrição, interpretação e embasamento teórico ocorreu de fato a gênese desta pesquisa. É importante que se diga que a concretude da pesquisa ocorreu apenas e quando estávamos diante do *corpus* discursivo. No corpo a corpo com a materialidade foi possível prosseguir neste constructo. Nas palavras de Orlandi, temos que,

Sem procurar eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação – fora da história, fora da língua – o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica. Para que, no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, ele não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido do pensar. Isso significa colocar em suspenso a interpretação. Contemplar. Que, na sua origem grega, tem a ver com deus, com o momento em que o herói contempla antes da luta: ele encara sua tarefa. Ele a pensa. (ORLANDI, 2012a, p. 61).

Dessa forma, optamos por entrevistas¹⁴ semiestruturadas, pois essas possuem como principal característica a utilização de um roteiro previamente determinado apoiado nos aspectos teóricos e na hipótese da pesquisa. Esse roteiro possui perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Entendendo que essa metodologia permite que o sujeito se diga e por meio de seu dizer (re)vele nuances de sua constituição identitária objetivamos responder aos questionamentos propostos e ainda realizar um gesto de escrita de si. Elegemos a metodologia de retomadas do dizer¹⁵ do entrevistado, permitindo desse modo um *corpus* rico em detalhes. O cuidado para a constituição do *corpus* e sua posterior interpretação confere credibilidade à pesquisa, possibilitando assim que as narrativas pessoais (re)velem importantes dados. Assim, como afirma Stübe (2008, p. 96), lemos o *corpus* deste trabalho como uma narrativa, na qual o enunciador rememora e reatualiza sentidos e discursos.

Para Scherer (*et al.*, 2003), narrar é o meio pelo qual falamos com o outro e para o outro, pois, reunindo fatos e dados num acontecimento que fazem sentido para A, também poderão estar fazendo sentido para B. Nesse viés coadunamos com a autora pois

Os dados e os fatos poderão ser compartilhados, mas o acontecimento é único e tudo isso depende do percurso do próprio sujeito, de seu modo de apreender o mundo e as relações sociais, pois nossa memória, o que narramos, o que podemos narrar, faz parte do discurso coletivo, e é aí que nosso discurso encontra seja o apoio, seja a

¹⁴ As entrevistas na íntegra se encontram disponíveis no Laboratório Fronteiras da UFFS - Campus Chapecó.

¹⁵ Retomar o dizer do enunciador permite que o pesquisador retome uma frase ou palavra dita e incentive que o entrevistado discorra mais sobre o dito.

possibilidade de ser mimado. É preciso levar em conta também, nesse poder de narrar, que o movimento do dizer se constrói sempre alhures, que ele não é controlável, que ele é de outra ordem. (SCHERER *et al.*, 2003, p. 25).

Nessa partilha de histórias pessoais, dos traços de memória discursiva, que constituímos o *corpus* desta pesquisa valendo-nos de entrevistas semiestruturadas. É importante ressaltar que estamos mergulhando em alguns aspectos negligenciados pela história oficial e que ora pode ser narrado. Dessa forma, nos apropriamos de algumas palavras de Payer, pois

consideramos importante que o sujeito e a sociedade possam *formular discursivamente* a memória que os *constitui historicamente*, relacionando-a à interpretação institucionalizada, na medida em que possam obter palavras a partir do lugar de fala em que se configura sua memória discursiva relacionando-a a outras. (PAYER, 2006, p. 52, grifos do autor).

Desse modo, acreditamos proporcionar um espaço autorizado de narrativa, um espaço no qual se permite a heterogeneidade de histórias. Passamos, então, a descrever o processo de constituição e contemplação do elenco e, o primeiro gesto de interpretação.

2.1.1.3 Constituição e contemplação do elenco

Realizamos as entrevistas de tal forma a não transgredir o bem estar do entrevistado e mantendo os princípios éticos exigidos pela pesquisa científica. Em se tratando de entrevista semiestruturada, foi elaborado um roteiro prévio com questionamentos que estivessem em consonância com os objetivos, tema da pesquisa, problematização e fundamentação teórica. Ou seja, interessava-nos desde o princípio analisar se/como a relação do entre-línguas deixou/deixa marcas na formação linguística de descendentes de imigrantes italianos. Visando a um processo de interação entre o entrevistado e o pesquisador, o roteiro de perguntas básicas serviu para se efetivar esse processo. As questões propostas seguiram a diretriz no que diz respeito à relação do entre-línguas. Ratificamos que a entrevista iniciou com a formulação de perguntas básicas, visando a atingir o objetivo de pesquisa e por isso é importante destacar que alguns cuidados foram tomados quanto à adequação da linguagem, composição e sequência das perguntas no roteiro. Lembramos ainda que o roteiro de perguntas básicas foi complementado por questionamentos intrínsecos às circunstâncias momentâneas à entrevista. Correlacionando o objetivo geral a um dos objetivos específicos questionamos: “Considerando que você é descendente de imigrantes italianos, gostaríamos que você

comentasse os seguintes questionamentos: a) Seus pais falavam ou falam a língua italiana? b) Se sim, comente. Se não, você sabe por qual razão não a falam? c) Quando se fala em língua italiana, o que você sente? d) Você considera importante conhecer ou falar a língua italiana hoje?, pois pretendíamos analisar como traços da memória discursiva da relação do ser-estar-entre-línguas deixam cicatrizes em narrativas de descendentes de imigrantes italianos e como, nessas narrativas, emerge o efeito do entre-línguas.

Com o intuito de descrever o funcionamento da relação entre-línguas a partir de narrativas dos descendentes de imigrantes italianos indagamos: “Que língua(s) você conhece? Você fala em qual(is) língua(s)? Qual foi a primeira língua que você falou?”.

E, finalmente, para discutir a relação língua e identificação, considerando fatores ideológicos e inconscientes como determinantes dessa relação, perguntamos: “Se você fala outra língua, com quem você fala? Em qual língua? Quando você fala? Por quê? Como você aprendeu essa outra língua? Nomeie sua língua?”.

Destacamos que durante a gravação das entrevistas, a pesquisa sempre esteve atenta e preocupada em evitar qualquer processo de possível reificação cultural, visto que a própria concepção teórica da pesquisa adotada já prevê a desconstrução de reificações e estereótipos que possam tender a homogeneização de sujeitos. A AD realiza estudos que estejam interessados em analisar condições de produção dos discursos, processos de alteridade que produzem sujeitos em sua singularidade em suas relações sócio-históricas a partir de noções como interdiscurso, esquecimentos, paráfrase e polissemia, formações imaginárias, formação discursiva (FD), ideologia, sujeito e sua forma histórica. Segundo Orlandi (2012a, p. 11), a AD possibilita de forma efetiva que os leitores se situem melhor no confronto com “a linguagem e, por ela, com o mundo, com os outros sujeitos, com os sentidos, com a história”. Sendo assim, com o intuito de prevenir e evitar danos aos entrevistados, zelamos para que o conteúdo das questões fosse acessível, não constrangedor e não despertasse sentimentos de intimidação, vergonha ou invasão de privacidade. Outro cuidado que tivemos foi quanto à forma de abordagem. Os enunciadores foram convidados a responder as questões propostas pela pesquisa de modo espontâneo e com os devidos esclarecimentos efetuados anteriormente à gravação. As entrevistas ocorreram de modo individual de acordo com um agendamento prévio que respeitasse a disponibilidade de horários e de interesse dos participantes. Faz-se necessário expor que os enunciadores foram muito receptivos e amáveis durante todo o

processo de aplicação das entrevistas. A receptividade e a amabilidade estiveram ligadas a gestos de casas arrumadas, cadeira posta e chimarrão recém cevado.¹⁶

Também foi assegurado aos participantes total anonimato na discussão e divulgação dos dados da pesquisa. Informações que porventura apareçam nas transcrições, tal como referências a nomes, foram substituídas por codificações (que serão apresentadas a seguir) a fim de garantir o anonimato. As cópias das entrevistas foram classificadas por códigos para proteger a identidade dos participantes e ficarão exclusivamente em poder dos pesquisadores.

Os enunciadores/entrevistados receberam a denominação de (E) e em seguida de um número seguindo a ordem das transcrições. Também atribuímos aos entrevistados uma letra para identificá-los quanto à faixa etária. Dessa forma, atribuímos a letra (A) para os enunciadores da terceira idade (avós), a letra (P) para os pais e a letra (F) para os filhos.

É importante frisar que as entrevistas foram realizadas por adesão voluntária respeitando os seguintes aspectos:

- a) Para a definição do número de entrevistados, procedemos da seguinte maneira: Inicialmente convidamos todos os alunos que estudam na 8ª série da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, Concórdia - SC, que se autodenominam descendentes de italianos, que estudaram a língua italiana no Ensino Fundamental e que tinham frequentado a escola Bilíngue quando a mesma estava ativa. Destes, convidamos aqueles interessados em participar das entrevistas, garantindo um número mínimo de 03 (três) entrevistados. Salientamos que para garantir um número mínimo de (03) três entrevistados, realizamos conversa preliminar com alunos, pais e avós da referida escola e observamos que havia, entre os indivíduos mencionados anteriormente, um número de voluntários superior ao proposto na presente metodologia, com possibilidade e interesse de participação na pesquisa.
- b) Para o recrutamento dos participantes, a proposta foi apresentada à turma mencionada e àqueles que se adaptaram ao perfil correspondente aos objetivos da pesquisa, posteriores encaminhamentos foram sendo tomados. Também foram convidados a participar da reunião, os pais e avós dos alunos que atenderam ao perfil. Um cuidado tomado nessa explanação inicial foi deixar claro, em linguagem acessível aos participantes de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, quais os objetivos da pesquisa, notadamente ouvi-los sobre as suas experiências em relação às línguas com

¹⁶ Cevar o mate é uma expressão usada para afirmar que o chimarrão foi preparado a pouco tempo e está pronto para ser servido.

as quais convivem para compreender os processos de identificação que daí podem se constituir.

Destacamos que a possibilidade de falar de si e de sua história de formação linguística pode contribuir, significativamente, a processos de simbolização e de ressignificação do sujeito perante as suas memórias e histórias, permite produzir outros sentidos sobre o vivido, tal como diversos estudos em Linguística Aplicada e Análise de Discurso comprovam (vide CORACINI, 2007 e 2011; ECKERT-HOFF, 2008 e 2010; STÜBE, 2008).

Os entrevistados que participaram da composição do *corpus* desta pesquisa são residentes no município de Concórdia – SC, localizado no oeste de Santa Catarina. Salientamos também que a pesquisa realizou-se na comunidade de Santo Antônio, localizada a 10 (dez) quilômetros do centro urbano da cidade de Concórdia. A referida comunidade possui uma mescla de urbano com rural. Existem iniciativas que reivindicam a urbanização da comunidade para torná-la bairro Santo Antônio. São peculiaridades dessa comunidade as festas religiosas, as rodas de chimarrão, os mini estabelecimentos comerciais e a cordialidade entre as pessoas.

Com o intuito de apresentar os participantes deste elenco, passamos a seguir para uma breve descrição de cada um dos entrevistados. A descrição foi construída seguindo os princípios éticos da pesquisa científica, mas com a preocupação constante de fidelizar as particularidades dos sujeitos que foram os protagonistas deste estudo. Dessa forma, cada enunciador foi convidado a falar um pouco de si, a narrar-se e nesse entrelaçar de autobiografias construímos uma breve descrição individual. Consideramos importante apresentar essa descrição, pois valorizamos cada particularidade que tece nossos escritos neste gesto de interpretação. Ratificamos que a codificação (E) seguida do número indica o entrevistado na sequência que as entrevistas foram realizadas.

- E1(A) Comerciária, 62 anos, é moradora da comunidade de Santo Antônio e natural de Concórdia. Estudou e morou num convento. É casada e tem um casal de filhos (a filha é casada e o filho está estudando no exterior). Tem também dois netos. Tem uma loja de confecções. Como mãe e avó é bem “coruja”, é bastante falante, às vezes demais, segundo ela. Vem de uma família de sete filhos, seis irmãs e um irmão, e relata que sempre moraram todos juntos, próximos da mãe. Acrescenta ainda e agradece a Deus por ter uma família bem unida. Gosta de colaborar bastante com a sociedade, com a igreja e com a escola. Relatou que aprendeu a língua italiana, sobretudo com sua mãe

e tios maternos. Enquanto integrante do coral da comunidade exercitava a língua italiana e atualmente, mesmo que esporadicamente, ainda fala esse idioma com suas clientes, principalmente as ‘noninhas’.

- E2 (P) Dona de casa, 36 anos, tem dois filhos e sempre se dedicou exclusivamente a eles. Atribui o adjetivo “coruja” e exigente quando explica como é enquanto mãe. Mas mesmo assim esclarece que sempre impõe limites e educa seus filhos de acordo com os valores que aprendeu com os pais. Ressalta que um dos valores que lhe constitui é a língua italiana aprendida informalmente entre os familiares, recorda-se de maneira nostálgica das conversas dos ‘nonos’.
- E3 (F) Estudante da 8ª série, 14 anos. Além de estudar, divide seu tempo com atividades diversificadas como violino e aula de inglês, já que a língua italiana é aprendida na escola. Pretende fazer um curso superior, mas ainda não se decidiu por qual área. É moradora da comunidade de Santo Antônio desde quando nasceu. Sua família é composta por pai, mãe e um irmão.
- E4 (A) Dona de casa, 81 anos, apesar da idade, é independente, mora sozinha, pois é viúva. Conta com auxílio dos filhos sempre que necessário, mas em sua casa realiza seus afazeres domésticos e se esmera por poder catar lenha, plantar flores, cuidar da horta, do arvoredo, do parreiral, que por sinal é bem bonito. É uma vovó querida pelos netos e pelos filhos. Relata que nos encontros familiares a língua italiana se manifesta para expressar sentimentos de euforia ou indignação. Além disso, algumas vezes, esse idioma se faz presente nas conversas do grupo de idosos, no qual participa. Demonstra sua religiosidade, pois gosta de rezar e receber a capelinha¹⁷ em sua casa.
- E5 (P) Açougueiro, 42 anos, é participativo nos eventos da comunidade e como pai também é muito presente nas atividades com seus filhos. Em sua profissão o idioma italiano é utilizado para interpelar clientes que se sentem lisonjeados em poder comunicar-se nessa língua.
- E6 (F) Estudante da 8ª série, 14 anos; em sua vivacidade de adolescente comenta que tem muitos amigos e que reside na comunidade de Santo Antônio desde muito pequena. É uma aluna aplicada e revela gostar da língua italiana ensinada na escola e procura compartilhar seus saberes com sua mãe. Revela que por diversas vezes realizou a leitura de textos na língua italiana para seus familiares. Explica que sua

¹⁷ A Capelinha é um culto familiar prestado a Deus por intermédio de Nossa Senhora que visa, sobretudo unir as famílias pelo mesmo ideal para formar verdadeiras comunidades, onde todos se conheçam, se amem e se ajudem.

família é composta por seu pai, sua mãe, um irmão e um cachorro. É muito estudiosa e isso lhe dá prazer. Quando terminar de fazer o ensino médio quer fazer uma faculdade e um intercâmbio.

- E7(A) Dona de Casa, 72 anos, hoje aposentada, divide seu tempo com sua família, com as atividades religiosas e a visita aos doentes. Ressalta que constituiu sua família de 6 (seis) filhos no meio rural, desenvolvendo atividades agrícolas como suinocultura, gado de leite e avicultura. Anteriormente também exercera a profissão de costureira e seu esposo de alfaiate. Sempre foi uma pessoa atuante em sua comunidade ao lado de seu esposo, que exerceu a presidência do grupo de idosos e da igreja. Finaliza seu depoimento afirmando que está muito feliz entre a família que tem e entre a comunidade, pois se relaciona bem com todos. Demonstra o desejo de ainda frequentar a escola e, sobretudo de aprender a língua italiana da escola, revela com um sorriso no rosto que sente orgulho por sua neta saber falar o idioma italiano.
- E8(F) Estudante da 8ª série, 14 anos. Embora ainda demore a cursar um curso superior enfaticamente já afirma que será engenheira. Além dos estudos regulares conta que faz inglês e handebol. Devido a ocupação de seus pais apenas os encontra à noite, mas conta com o apoio de uma avó que mora perto de sua casa. Carinhosamente essa avó recebe a denominação de ‘nona’. Uma ‘nona’ presente, capaz de compartilhar saberes e que apresenta disposição quando a neta se propõe a discutir alguns verbetes da língua italiana.
- E9 (P) Empresário, 46 anos, inicialmente se denomina como descendente de italianos. Assim como seus pais também atua na comunidade em diretorias e demais atividades que envolvam as associações. Possui uma empresa de transportes e é pai de dois filhos. Expõe que nas reuniões familiares a língua italiana é elemento presente. Expõe ainda que, contemporaneamente, já teve a oportunidade de estabelecer contato com italianos(estrangeiros) obtendo êxito na comunicação.

Ratificamos também que outro elemento significativo no momento da entrevista foi a receptividade apresentada pelos entrevistados. Recebida pela grande maioria em suas próprias casas, prontamente me foi oferecida uma cadeira para acomodar-me juntamente com questionamentos para saber se o local era de meu agrado. As casas estavam preparadas para a pesquisadora, o rádio ou a TV foram desligados, pois poderiam interferir no trabalho e, ao concluir as entrevistas inúmeras vezes fui indagada se era realmente aquilo que eu estava precisando, juntamente com a esperança de poder ter contribuído.

2.1.1.4 O primeiro gesto de interpretação

Julgamos oportuno neste momento um breve esclarecimento sobre o conceito de arquivo, visto que o mesmo nesta pesquisa possui um caráter de interpretação. É válido lembrar que existem diferentes posicionamentos teóricos para o termo, porém, em nossa pesquisa, o termo arquivo é entendido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57). Esse campo relaciona-se ao interdiscurso, aos saberes que sustentam os dizeres e que, a partir do gesto interpretativo, promovem uma reflexão sobre o modo como esse arquivo foi constituído, considerando as condições de produção que lhe determinaram. Ainda segundo o autor, esse gesto interpretativo que passa da leitura literal para a interpretação torna-se um gesto de escritura e como tal

é tido como um espaço de polêmica, em que se confrontam as posições interpretativas. É preciso primeiro observar os gestos de interpretação a partir das posições de sujeito e, em seguida, mostrar as relações entre essas interpretações, identificando as filiações discursivas, as contradições, as retomadas e deslocamentos, enfim, explicitando o movimento dos sentidos e dos sujeitos, no espaço tenso em que o real da interpretação pode tanto apaziguar quanto ameaçar. (NUNES, 2007, p. 375).

Nessa perspectiva, o arquivo desta pesquisa e suas possíveis interpretações fazem parte de um jogo interpretativo que pode ser retomado, alterado, é um espaço movediço e, portanto, sem finitude. Aquilo que aqui é apresentado poderá ser objeto de estudos posteriores e de novas interpretações, pois

se o arquivo é o que justifica o dito e o não-dito - o que pôde (ou não pode) ser dito - , ele é também o que faz com que os discursos se modifiquem, que alguns dizeres, longínquos no tempo, permaneçam e outros, mais recentes, se esfumam e até desapareçam. (CORACINI, 2007, p.16)

Nesta pesquisa, não buscamos a exaustividade horizontal, pois, assim como Foucault (2013) entendemos o arquivo como um campo não totalmente descritível. Buscamos sim, pelo gesto de interpretação ouvir vozes caladas, vozes que nos trouxeram pelos traços da memória discursiva novos elementos sobre a constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos.

Dessa forma, a partir da transcrição das entrevistas, compusemos o arquivo desta pesquisa e nos debruçamos com olhar atento para a, então, composição do *corpus* discursivo. Segundo Courtine,

Definiremos um *corpus* discursivo como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP [condições de produção] do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa. (COURTINE, 2009, p. 54).

Como definido pelo autor, constituímos o *corpus* por uma série de sequências discursivas (SDs) que foram nos instigando, respondendo nossa hipótese e se aproximando daquilo que traçamos como objetivos. Ainda considerando os escritos de Courtine (Idem) entendemos o conceito de SD como sequências superiores à frase e que, em uma pesquisa de AD, a organização das sequências (que deverão estar de acordo com os objetivos) recebe um tratamento variável em cada pesquisa, ou seja, se estabelece uma relação da linguagem com a situação, com base em determinadas regularidades. Dessa forma, diante do material de análise, ainda pelo gesto de interpretação, organizamos as SDs em determinados recortes discursivos (RDs). Utilizamos o critério das regularidades e dispersões para a definição dos RDs e, ainda as marcas de interdição e de identificação apresentadas nas SDs. Partimos do pressuposto de que há essas regularidades na região nos apoiando na tese de Stübe(2008). Salientamos que as sequências discursivas constituem-se em um material heterogêneo, como textos¹⁸ com sentidos múltiplos e que em nosso gesto analítico possuem filiação a uma FD dominante. Para esse gesto consideramos os princípios da AD quanto ao dispositivo de interpretação. Dispositivo que

tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2012a, p. 59).

A composição do *corpus* discursivo é, segundo Orlandi (1996), o resultado de uma construção, de um gesto teórico no qual o analista já interpreta os fatos, relacionando-os com as condições de produção de um determinado contexto. Ainda segundo Orlandi (2012a, p. 64), “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos”.

¹⁸ Orlandi (2012a) define texto como um conjunto de relações significativas. É assim uma unidade complexa, que constitui um todo heterogêneo e inscrito num determinado contexto histórico.

O que também é importante ressaltar, nesse momento, é que na AD não buscamos a exaustão horizontal dos sentidos, busca-se sim um aprofundamento vertical dos fatos linguísticos relacionados intrinsecamente com a exterioridade, para tanto nos é necessário que façamos escolhas e a essas escolhas denominamos de RDs. Por considerar a língua em sua complexidade semântica e objetivando um aprofundamento vertical, definimos os RDs interdição e identificação à língua como norteadores, pois a

exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva. (ORLANDI, 2012a, p. 63, grifos da autora).

Nessa busca pela exaustividade dos fatos linguísticos debruçar-nos-emos sobre os RDs, pois assim como referencia Stübe (2008), entendemo-los como

o imbricamento de linguagem e historicidade. O recorte é sempre fruto de uma construção teórica, a partir do olhar analítico de um enunciador, portanto, não é pré-determinado ou dado pronto ao analista. Os momentos de interpretação são tomadas de posição do analista. (STÜBE, 2008, p. 120).

Nesse sentido, organizamos a pesquisa em dois grandes RDs observando as FDs que se sobressaem em cada um deles. Chegamos a essa organização nos embasando em Orlandi (2012a), pois a autora argumenta que um texto por ser atravessado por várias FDs, constituiu-se de modo heterogêneo, é regulado pelas condições de produção, mas possui em seu interior uma FD predominante. Por essa razão, a AD,

levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2012a, p. 16).

Ao compormos o *corpus* discursivo observamos que eram recorrentes enunciados que evidenciavam traços de identificação à língua e em outros momentos identificamos a (re)velação de processos de interdição da língua de imigração.

Apresentamos nesse momento algumas regularidades que nos motivaram a criar a categoria do recorte da Identificação à língua: ‘*Eu conheço o italiano e o brasileiro*’, ‘*Gostei muito mais do português*’ e ‘*língua italiana, sim/ porque nasci e quase até os quinze anos*

*falei sempre italiano*¹⁹. Salientamos que em cada sequência depreendemos a presença de línguas diferentes que funcionam e significam diferentemente, são modos distintos de identificação à língua. Para a categoria da Interdição da língua de imigração destacamos: *‘foi uma época que era proibido/ tanto nas escolas como em lugares públicos’*, *‘não podia falar coisa de alemão e nem italiano’*, *‘tinha que ficar quieto’*²⁰. Entendemos pelas palavras *‘proibido’*, *‘não podia falar’* e *‘ficar quieto’*, que discursivamente são revelados momentos da interdição da língua de imigração em favor da implantação do idioma nacional.

2.1.2 Acomodando a história

Nesta seção, atentamo-nos para alguns aspectos históricos que contextualizarão nossas análises com o intuito de assim passarmos do objeto para processo discursivo²¹.

Com o intuito de construir um país uno em termos sociais, políticos e culturais o discurso nacionalista difundia-se entre as mais longínquas terras dessa nação. Com o objetivo de obter êxito nas intenções do Estado, foram instituídos diversos decretos, propagandas e doutrinas que regiam as atitudes dos até então não nacionais (indígenas, italianos, alemães, poloneses, judeus, japoneses, entre outros). Diante disso podemos dizer que se criou uma verdadeira barreira entre os cidadãos de um mesmo país ou, melhor dizendo, uma nação constituída por fronteiras geográficas, demarcadas por terras e rios e, por fronteiras culturais feitas de homens e línguas.

Acreditava-se que outras línguas disputariam com o português a posição de língua nacional. Conforme Payer (2005, p. 338), as línguas dos imigrantes “foram entendidas como línguas nacionais de outros países presentes do território brasileiro e como tal foram expressamente interdidas”. Além de instituir o português como língua nacional, havia o desejo de criar uma identidade nacional, um sentimento de brasilidade e para isso o Estado traçou uma série de ações, entre as quais destacamos a interdição.

A interdição se deu por meio de legislações e de ampla campanha de nacionalização do ensino primário, que ao mesmo tempo implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira e interditou a prática dessas línguas estrangeiras. (PAYER, 2001, p. 235).

¹⁹ Excertos das SDs que serão mobilizadas no corpo dessa pesquisa e que poderão ser verificadas na íntegra nas SD 02, SD 13 e SD 12 respectivamente, a serem analisadas no capítulo 3.

²⁰ Excertos das SDs que serão mobilizadas no corpo dessa pesquisa e que poderão ser verificadas na íntegra nas SD 14, SD 16 e SD 18 respectivamente, a serem analisadas no capítulo 4.

²¹ Segundo Orlandi (2012, p. 67) o processo discurso refere-se ao aprofundamento das análises efetuadas a partir de um determinado objeto.

Foi justamente essa interdição da(s) língua(s) estrangeira(s) que propiciou a permanência do imigrante em solo brasileiro, forçando-o a inscrever-se em uma posição discursiva de nacionalidade brasileira. Essa ilusória homogeneidade linguística produziu um efeito de apagamento das línguas estrangeiras, e produziu um expressivo efeito de memória que ressoa na contemporaneidade. Essa discussão é assim observada por Payer:

a interdição das línguas dos imigrantes, enquanto parte da política de silêncio produzida em uma situação histórica especial, regulamenta a permanência de um sujeito estrangeiro (imigrante) no interior de uma nação, enquanto sujeito a se inscrever em uma posição discursiva que se coadune à memória discursiva da nacionalidade brasileira. (PAYER, 2001, p. 37).

Ressaltamos que a questão da homogeneidade linguística é um dos aspectos que ressoa e se inscreve na memória discursiva de brasilidade. A questão do sentimento de brasilidade foi fortemente incentivada e discutida a partir de duas Campanhas de Nacionalização que aconteceram nas primeiras décadas do século XX. Almejava-se constituir um país uno, homogêneo linguisticamente e para isso seria necessária a interdição da prática da língua materna dos imigrantes. Sobre as campanhas de nacionalização, Stübe (2008, p. 84) expõe que a primeira ocorreu em 1911 e “a segunda no Estado Novo. Ambas serviram, entre outras coisas, como um dispositivo de institucionalização do monolingüismo, uma vez que a política do Estado Brasileiro em relação às línguas sempre foi uma política de língua única”.

Na segunda campanha de nacionalização, vários foram os decretos instituídos em prol do silenciamento das línguas de imigração. Para esta pesquisa destacamos o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939²² que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação deu-se de modo impositivo mediante o ensino obrigatório do idioma nacional, o português. Destacamos o referido decreto nesta pesquisa, pois nos interessa compreender a relação do entre-línguas que se instaurou oficialmente naquela época. Observemos abaixo alguns artigos desse Decreto-Lei:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional.

²² Elegemos esse Decreto como documento norteador para a referida pesquisa por entender que o mesmo apresenta os elementos necessários para contextualizar historicamente o período histórico no qual estamos nos debruçando. Doravante, referiremos ao documento apenas como Decreto- Lei.

pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituem bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
- f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Art. 7º Além das atribuições que lhe competem por lei, o Ministério da Guerra cooperará com os outros Ministérios e os governos estaduais na prática das medidas que lhes incumbem.

Parágrafo único - Para os efeitos dessa cooperação, cabe ao Estado Maior do Exército:

- a) coordenar e dirigir as atividades do Ministério da Guerra capazes de concorrer para a realização dos fins desta lei;
- d) elaborar instruções para regular, nesse particular, o exercício das atribuições dos comandantes de Região e dos inspetores gerais dos grupos de Regiões;

Art. 8º Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

- d) fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, si necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização;

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Art. 12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas á desnacionalização, a educação física, na forma obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região.

Art. 14. Em todas as ocasiões ou reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes fôr possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à difusão do sentimento nacional.

Parágrafo único. Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Art. 17. O Governo da União auxiliará os Estados para a organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros.

Art. 18. O Governo Federal ou os Governos Estaduais localizarão famílias brasileiras nas zonas do território nacional em que houver aglomeração de descendentes de estrangeiros.

Art. 19. O Presidente da Republica poderá, por sugestão do Conselho de Segurança Nacional ou dos Ministros de Estado, nomear inspetores para fiscalizar execução desta lei. (Grifos Nossos). (BRASIL, 1939)

Chamamos a atenção para os grifos nos quais queremos destacar que esse documento objetivava, sobretudo, a implementação de uma identidade nacional e controlar qualquer gesto ou movimento contrário à nação. Esse Decreto-Lei previa já em seu artigo 1º que a adaptação dos estrangeiros dar-se-ia pelo ensino e pelo uso da língua nacional, além de outros meios (cultivo da história, participação em associações de caráter patriótico) que contribuíssem para a formação de uma consciência comum.

No artigo 4º destacamos que era incumbência do Ministério da Educação e Saúde propiciar nas regiões com predominância de estrangeiros, a criação de escolas que deveriam ser confiadas a professores brasileiros, instituir bibliotecas nacionais, promover viagens pelo país e vigiar o ensino da língua, da história e da geografia do Brasil, meios esses utilizados para criar e fortalecer o espírito de brasilidade.

Destacamos a partir do artigo exposto que a escola foi um dos instrumentos utilizados para a efetivação dos objetivos nacionalistas. No entanto, mesmo sendo utilizada como um aparelho repressor às línguas de imigração, criou-se um imaginário de homogeneidade linguística e as línguas que aparentemente foram silenciadas continuaram funcionando, circulando e produzindo sentidos e sujeitos.

Em nosso primeiro gesto de interpretação esse fenômeno da permanência e funcionamento da língua de imigração já pôde ser observado e diante disso nosso escopo nas análises efetuadas pretende também ampliar essa reflexão.

Ainda nos debruçando sobre o conteúdo do Decreto- Lei, destacamos como exposto no artigo 7º e no artigo 8º, que o Ministério da Guerra e Conselho de Imigração e Colonização eram responsáveis pelo cumprimento do decreto e inspecionar secretamente (sempre que necessário) as zonas de colonização estrangeiras. Destacamos ainda que nos artigos 14º, 16º, 17º sobressai-se o intento para a difusão do sentimento nacional e o amor à pátria soberano em qualquer ocasião.

Achamos necessário apresentar pontualmente alguns elementos históricos que alicerçarão e nos acompanharão até o término desta pesquisa, pois segundo Orlandi (2012a, p. 67) “as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua”.

Desse modo, após termos apresentado a trama da pesquisa, suas particularidades, aspectos de contextualização da pesquisa e aspectos históricos, objetivamos, nos capítulos seguintes, mobilizar aspectos teóricos que elencamos essenciais para este estudo e simultaneamente apresentar as análises efetuadas a partir das sequências discursivas selecionadas.

3 O ENCONTRO DO SUJEITO NA/DA LÍNGUA

*Minha bisavó não falava errado, falava no antigo, ficou agarrada às raízes e desusos da linguagem e eu assimilei o seu modo de falar.
(Cora Coralina, 1986, p. 77).*

Neste capítulo, antes mesmo de discutirmos a categoria de sujeito optamos por fazer um breve passeio pela gênese que constitui a Análise de Discurso (AD), destacando que no quadro epistemológico, a AD alicerça-se sobre os pilares da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo. Pêcheux (2009), em suas reflexões apresentadas na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, discute a linguagem como elemento indissociável do inconsciente e da ideologia. Assim, a partir dos estudos pecheutianos, percebe-se a ideologia e o inconsciente como elementos constitutivos da linguagem. Nesse viés, Pêcheux (Idem, p. 231) acrescenta ainda que “o estudo das superestruturas ideológicas, a teoria psicanalítica e a pesquisa linguística” servem como base científica para pesquisas dos processos discursivos.

Para as reflexões teóricas e analíticas sobre a constituição do sujeito na/da linguagem nos posicionamos na perspectiva discursiva acima mencionada mobilizando os conceitos desenvolvidos, sobretudo, por Pêcheux (2009), Coracini (2007) e Orlandi (2012a). Salientamos que ao discutirmos os processos de constituição do sujeito também mobilizamos os conceitos de identificação, memória discursiva e silenciamento de línguas.

3.1 AS ENGRENAGENS DA LÍNGUA

Desde a data de 1969, data fundacional da AD, e tendo como precursor Michel Pêcheux, temos a partir de seus estudos, noções de língua voltadas para constantes rupturas e novos paradigmas teóricos. Pêcheux se propôs a realizar um estudo da língua não como estrutura homogênea e com conceitos fixos, mas como elemento movediço, heterogêneo e afetado pelo contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, Pêcheux (2009) nos apresenta a seguinte proposição: a língua é a “base” de qualquer processo discursivo. Pêcheux explica que ao utilizar o termo “base” está justificando que ela é o pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo. Dessa forma, sendo a base de um processo discursivo é preciso que a percebamos em funcionamento nas relações do inconsciente, sociais, políticas e ideológicas. Na perspectiva de que a língua é a base comum dos processos discursivos De Nardi (2003) lembra que

A inscrição na ideologia que caracteriza todo discurso é responsável por fazer com que essa materialidade ganhe novos contornos a cada vez que é posta em funcionamento, isto é, por fazer com que a mesma língua seja a matéria para diferentes discursos (Ibidem, p. 66).

Corroborando com essa discussão, Orlandi (2012a, p. 15) destaca que “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. A autora salienta que na AD concebe-se a língua como sistema que considera a produção de sentidos enquanto parte da vida dos homens, consideram-se, além disso, as condições de produção para compreender os sentidos e as regularidades produzidas em determinadas condições sócio-históricas. Na confluência do político com o simbólico, considerando que a materialidade da ideologia é o discurso e que a materialidade do discurso é a língua compreendemo-la como “objeto sócio-histórico” (Idem, p. 16), fazendo sentidos na e para o sujeito.

Ainda para Orlandi,

quando se concebe a língua [...] na perspectiva discursiva – como materialidade, essa materialidade linguística é o lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem confrontos ideológicos. Essa perspectiva devolve a opacidade do texto ao olhar do leitor (ORLANDI, 2007, p. 21).

Considerando que para a AD o que interessa de fato é o discurso, ou seja, a palavra em movimento, é importante apontar que nesse percurso de linguagem, na relação da língua, do sujeito e da ideologia os sentidos significam, deslocam-se ou se ressignificam, tornando o processo de linguagem um processo não transparente e fluído. Dessa forma, os sentidos produzidos pela materialidade da língua²³ podem ser observáveis pela interpretação do outro, mas, mesmo assim, a língua continua sendo opaca, pois pelo olhar do outro alguns sentidos podem ser mobilizados e outros não.

É na discursividade que os sujeitos e sentidos vão se constituindo permeados pelos fatores ideológicos, sociais e políticos que implicam nessa trama de significações, nesse movimento. E é justamente por isso que é possível afirmar que a língua é a base, no entanto, essa base não é transparente, abriga inúmeras possibilidades de sentidos.

²³ Por materialidade da língua Orlandi (2012c) entende que é o funcionamento linguístico no qual a língua se apresenta tal qual a enunciamos, e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história.

Ancorados nos pressupostos teóricos já expostos compreendemos que os efeitos ideológicos, o inconsciente e a língua são constitutivos dos sujeitos, pois é na relação da língua com o mundo que os efeitos ideológicos se instauram e encontram espaço para seu funcionamento. É também pelo efeito ideológico que o indivíduo é interpelado em sujeito, de modo que se inscreva numa determinada formação ideológica (FI). Entendemos aqui que a FI é constituída por uma ou mais FDs, na qual o sujeito, pela materialidade da língua, pela discursividade, inscreve-se e (re)vela nuances de sua constituição identitária. Ressaltamos que na perspectiva pecheutiana “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifo do autor). Seguimos nesse complexo diálogo, no encontro de bases epistemológicas para compreender a proposição pecheutiana de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito e os constitui.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA/NA LINGUAGEM

Questionamo-nos, então: que sujeito é esse apresentado por Pêcheux? Na obra pecheutiana, acima referida, nos são apresentadas as duas modalidades da forma-sujeito: sujeito da enunciação e sujeito universal. Tais modalidades “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 198).

Ao sujeito da enunciação, atribui-se a liberdade de expressão, uma enunciação responsável e marcada por uma determinada tomada de posição, filiada a uma determinada FD. Na segunda categoria, o denominado sujeito universal é o sujeito da ciência e, de maneira especial, caracteriza-se pela oposição ao sujeito enunciador, distancia-se deste, o coloca em xeque, “luta contra a evidência ideológica” (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Enfim, de maneira sintetizada, Pêcheux (2009, p. 243, grifos do autor), nos diz “que *a forma-sujeito do discurso*”, na qual coexiste, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza “*o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira*”.

No anexo III, “*Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*” da obra apresentada acima, Pêcheux nos apresenta o início de uma retificação quanto a alguns conceitos mobilizados no interior da obra. No texto acima mencionado, o próprio autor referencia que insiste numa autocrítica, pois possui o intento de avançar em suas definições teóricas. Reflete, portanto, que é nesse jogo de resistência e de identificação que o sujeito é produzido diante de determinadas condições de produção e que,

além disso, esse fazer ideológico é atravessado pelo inconsciente. Ressalta que essa produção do sujeito distancia-se da ideia de ‘produto como resultado final’ e aproxima-se da proposição que este produto é ‘resultado de um processo contínuo e em constante transformação’, é um processo circular com pontos de aproximação e distanciamento, ou seja, “que as condições materiais de existência dos homens determinam as formas de sua consciência, sem que as duas jamais coincidam; ou ainda, dizendo que os homens fazem a história, mas não a história que eles querem ou acreditam fazer, etc.” (PÊCHEUX, 2009, p. 272). É por meio dessa retificação que Pêcheux ratifica que o sujeito é constituído a partir da história, da língua, da ideologia e do inconsciente. Por esse viés (Coracini, 2008, p. 17) expõe que

A compreensão de si como sujeito da falta, como sujeito da linguagem, como sujeito cindido, heterogêneo, camaleônico, como sujeito que se encontra, o tempo todo, entre o mesmo e o diferente, no lugar (in)cômodo das fronteiras embaçadas, esgarçadas, confusas, pode ser, num primeiro momento, desestruturante, mas permite, no momento seguinte, dirimir as frustrações, as angústias do inacabado, do errado, do desfeito, das incompreensões.

O que primeiramente gostaríamos de focar a partir do exposto acima é a condição da constituição do sujeito pelo viés da incompletude. Segundo Ferreira (2003) somos seres incompletos e a

incompletude caracteriza e distingue todo o dispositivo teórico do discurso e abre espaço para a entrada em cena da noção da falta, que é motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras ‘faltam’ e, ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos. (FERREIRA, 2003, p. 43).

Essa aparente desestrutura é que nos interessa nesta pesquisa, pois estudando a constituição do sujeito pelo viés da linguagem, podemos observar que a desestruturação neste caso não adquire aspectos negativados, pelo contrário, faz com que a incompletude seja condição necessária para a constituição de sujeitos que são instituídos a partir de motivações histórico-sociais. Paradoxalmente somos organizados em uma sociedade que possui uma estrutura com determinadas regras, gerando uma aparente homogeneidade, no entanto, em nossa constituição sujeito há inevitavelmente a presença heteróclita de elementos subjetivos que nos (des)estruturam e justamente por isso nos tornamos camaleônicos, passíveis de metamorfoses. E é nessa complexidade que Pêcheux (2009) expõe que

o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “*subjetivas*”, devendo

entender-se esse último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”. (PÊCHEUX, 2009, p. 139, grifos do autor).

Por meio de sua fala, de seus gestos, de suas experiências é que os enunciadores vão constituindo a própria história, no tecido de evidências subjetivas, como nos aponta o autor, vão se constituindo sujeito. Nesse ponto, alicerçado nos estudos althusserianos, Pêcheux (2009) acredita na necessidade do surgimento de “uma teoria materialista do discurso” na qual surge outra evidência: a evidência do sentido. Para Pêcheux (2009, p. 140), “a questão da constituição do sentido se junta à do sujeito, e não de um modo marginal, mas, no interior da ‘tese central’, na figura da interpelação”. O autor propõe uma discussão acerca da figura da interpelação, abordando especialmente dois pontos. O primeiro refere-se ao vínculo entre o sujeito de direito e o sujeito ideológico; no segundo ponto, refere-se à formulação indivíduo/sujeito, ou seja, o indivíduo interpelado pela ideologia se assujeita a ela e constitui-se sujeito sócio-histórico. Para compreendermos a categoria do sujeito discursivo é importante que compreendamos que ela

é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) “constituir” os indivíduos concretos em sujeitos. É neste jogo de dupla constituição que consiste o funcionamento de toda a ideologia, pois que a ideologia não é mais que o seu próprio funcionamento nas formas materiais da existência deste funcionamento. (ALTHUSSER, 1970, p. 94).

É justamente essa duplicidade e essa complementaridade, sujeito-ideologia/ideologia-sujeito, que nos interessa discutir. Assumindo essa perspectiva, estamos abandonando a categoria de sujeito empírico e do indivíduo para abarcarmos um sujeito dividido e constituído nesse jogo, no qual o sujeito assume determinadas posições regidas pelas condições de produção e pelo inconsciente.

Nesta pesquisa, o “jogo ideológico” da constituição do sujeito é um dos aspectos de destaque e vem ao encontro da afirmação pecheutiana de que a história é feita pelos homens, mas é uma história sujeita a falhas e equívocos, uma história que nem sempre é análoga à história oficial ou que atende aos desejos dessa história. A história feita pelos homens se inscreve numa rede de sentidos opacos e que pelo fio do discurso e pelo gesto de interpretação do analista pode fazer saltar e denunciar sentidos outros. Corroborando com essa discussão, nas palavras de Ferreira (2003) compreendemos que

o fato linguístico do equívoco não é algo casual, fortuito, acidental, mas é constitutivo da língua, é inerente ao sistema. Isto significa que a língua é um sistema passível de falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva. (Ibidem, p. 43).

Pelas marcas que emergem no arquivo da pesquisa, aspectos negligenciados pela história oficial são narrados e tecem (outros) sentidos para a história de formação linguística dos descendentes. Defendemos o pressuposto de que existem aspectos negligenciados pela história oficial no que se refere à formação linguística dos descendentes de imigrantes, pois são aspectos não explorados pela escola e tampouco estão escritos nos manuais da história do Brasil. Nas narrativas de nossos entrevistados, escrevemos e interpretamos aspectos que nos intrigaram de tal modo que serviram de pilar para sustentar e motivar esta pesquisa.

Palavras sutis, revelações assombrosas, relatos divertidos e assustadores foram aos poucos constituindo uma rede de sentidos possíveis e significativos. Sentidos da formação linguística dos descendentes de imigrantes italianos que emergiram nas narrativas de nossos entrevistados.

Os elementos teóricos que constituem esta pesquisa nos permitem afirmar que o processo de constituição do sujeito é complexo e nele ocorre o imbricamento do histórico, da língua, da ideologia e do inconsciente. Não existem fronteiras demarcadas, pois assim como afirma Paul Henry, “o sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (HENRY, 1992, p. 188).

Se para a AD o inconsciente é elemento estruturante dos sentidos e dos sujeitos, assim como o é a ideologia, é importante considerarmos que somos “marcados” pelas nossas histórias pessoais e estas nos constituem de modo heterogêneo e singular. Segundo Maluf-Souza (2012, p. 111), “a AD preconiza que o sujeito constitui-se ao dizer, ou seja, o sujeito constitui-se no momento em que se inscreve em uma dada formação ideológica”. Ressaltamos, dessa forma, que o sujeito não é produto, pois está em constante constituição. Ao se inscrever no tecido da história, deixa um pouco de si e leva consigo outros saberes, outros dizeres, outros sentidos. A essa acepção acrescentamos que

o funcionamento da ideologia, em geral, como interpelação dos indivíduos em sujeitos e, especificamente, em sujeitos de seu discurso, realiza-se pelo complexo das formações ideológicas e fornece a cada sujeito sua realidade. (ECKERT-HOFF, 2008, p. 50).

Dessa forma há de se considerar que o sujeito não fixo, não definitivo, fluído, incompleto está em constante alteração, por esta razão, “ao falar de si, de sua história de vida, o sujeito jamais se descreve, tal qual ele ‘seria’, tal qual ele se deseja mostrar. Das palavras ditas, irrompem sentidos fluidos, escorregadios, imprevisíveis, incontrolláveis” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 41).

Desde o nascimento, o homem estabelece relações com o mundo por meio da linguagem, esse processo simbólico que o inscreve e o constitui, como já mencionamos, não é estático, é um processo que está sempre em movimento. O sujeito de linguagem se constitui através das suas relações com o mundo e com o outro e é, portanto, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, o que leva à multiplicidade e ao descentramento. Nesse sentido nas/pelas tramas constitutivas que aqui se apresentam, bordamos²⁴, por meio destes escritos nossas considerações acerca do sujeito de linguagem. .

Por meio das narrativas dos descendentes de imigrantes, compreendemos aspectos da constituição linguística desses sujeitos, os efeitos de sentido decorridos pelos fatores externos e que significam na ordem do simbólico. Aspectos esses que podem ser observados no fio do discurso, na falha e no equívoco. A esse respeito, Orlandi (2012a) expõe que:

A relação da ordem do simbólico com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, como dissemos, é preciso que a língua como sistema sintático, passível de jogo – de equívoco, sujeito a falhas - se inscreva na história. Essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é que é a discursividade. (ORLANDI, 2012a, p. 47).

Nesse momento, retomamos outra tese pecheutiana de que o sujeito se constitui a partir de dois esquecimentos: o primeiro esquecimento está na ordem do inconsciente, ou seja, o sujeito tem a ilusão de que é a origem de seu dizer, que os sentidos são originados a partir dele. O segundo esquecimento é da ordem do pré-consciente/consciente, ou seja, o sujeito tem a ilusão de que há transparência em seu dizer e de que o mesmo consegue controlar tudo aquilo que é enunciado. Nessa direção, o sujeito não controla seu dizer, reatualiza discursos, ressignifica-os e produz novos sentidos, e é nesse imbricamento que aflora a heterogeneidade constitutiva do sujeito. Assim, o esquecimento – tanto da ordem ideológica e inconsciente quanto enunciativa –, é estruturante. Nesse sentido (Orlandi, 2012a, p.36) elucida que

²⁴ Bordar: Stübe (2008) realiza o jogo de palavras com (a)bordar e explica que criar bordas não significa criar linhas fixas; ao contrário, implica a porosidade e o movimento do entre, do contato, do hibridismo, do entrelaçamento. Nesse sentido acrescentamos que nossa escrita será “bordada” nesse limiar poroso, no qual não há demarcações precisas, mas sentidos possíveis serão apresentados.

Ele [o esquecimento] é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem se constituírem em sujeitos. É assim que [...] retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles [...] sentidos e sujeitos estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras.

Insistimos em apontar tais ilusões, pois as consideramos basilares na constituição de sentidos e do sujeito e ratificamos que os esquecimentos são essenciais nessa trama constitutiva. Os sentidos não significam pela vontade dos sujeitos, mas estão atrelados à língua e à história significando e produzindo sentidos e sujeitos. Considerando, pois que a língua é relativamente autônoma e que a ideologia está atrelada às condições de produção acrescentamos que

todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. (ORLANDI, 1994, p. 57).

Ainda nos ancorando em Orlandi (Idem), gostaríamos de salientar que essa ausência/presença, essa incompletude dos sentidos faz-se necessária. Ter a ilusão da originalidade nos faz repetir certas palavras e selecionar A ou B, em nosso discurso, mesmo que inconscientemente, indica que estamos inscritos numa determinada rede de sentidos (nas relações de força) e estamos nesse *continuum* produzindo novos sentidos na história e na língua.

Segundo Mariani (2003, p. 68) “a menção à história (e ao inconsciente) em relação ao funcionamento da linguagem aponta justamente para o fato de que se há repetição é porque também há (possibilidade de) mudança”. Nesse sentido, tanto a história, quanto o inconsciente e a linguagem são mutáveis. Assim, quando o sujeito retoma um dizer inscreve-se em um ciclo de repetibilidade, no eixo do interdiscurso, capaz de atualizar um já dito e constituir um novo sentido.

3.2.1 Formação linguística dos descendentes de imigrantes italianos

A língua portuguesa do Brasil, ou então, “a língua oficial do Brasil” como enuncia Guimarães (1996) foi/é constituída pela mistura de diversas línguas entre as quais podemos citar a indígena, a africana, dos portugueses e a língua dos imigrantes. A interferência de

inúmeros povos dá indícios de que a língua falada no Brasil em muito se difere da língua falada em Portugal e explica a heterogeneidade do português do/no Brasil. Para Orlandi (2005, p. 30),

A língua praticada [...], deste lado do Atlântico, [...] já não refere o português do Brasil ao de Portugal, mas à unidade e às variedades existentes no Brasil. E a unidade do português do Brasil, referido a seu funcionamento historicamente determinado, é marca de sua singularidade. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. A variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração etc.).

Além dessa diversidade de povos, os fatores geográficos também contribuem para a diversidade da língua no Brasil. Tem-se uma extensão territorial cujo distanciamento favorece aspectos peculiares em cada região ou mais precisamente entre pessoas de determinadas cidades ou vilas, de regiões urbanas ou rurais.

Contudo, apesar dessa visível heterogeneidade linguística e da significativa influência da imigração na constituição do povo brasileiro, os estudos linguísticos focados nessa temática ainda são recentes e oferecem um campo vasto de discussões possíveis.

Os trabalhos recentemente desenvolvidos sobre a História das Idéias Lingüísticas no Brasil e a Constituição da Língua Nacional e sobre Ética e Política Lingüística, bem como a elaboração da Enciclopédia das Línguas no Brasil (1) vêm interpelando os pesquisadores a discutir a constituição histórica do país por meio da linguagem. Nesse sentido, estudar as línguas através da história, de modo a considerar a relação do português, na sua condição de língua oficial do país, com as outras línguas faladas neste território, enquanto línguas maternas que constituem os sujeitos (Orlandi, 2001) permitirá reler o significado da presença da diversidade de línguas no Brasil a partir do fenômeno migratório. (BOLOGNINI *et al.*, 2005, p. 42).

Ainda segundo Bolognini (*et al.*, 2005), os imigrantes, juntamente com suas línguas maternas, trouxeram para o Brasil suas ideologias, suas histórias, indiciando assim uma constituição e identificação diferente dos brasileiros. Um estrangeiro ou uma língua estranha? Essa relação dúbia e muitas vezes conflituosa foi constituindo o imigrante e col(oc)ando-o nesse novo contexto.

Considerando a língua(gem) como produto social, é oportuno salientar que para analisarmos qualquer processo discursivo devemos observá-lo vinculado à sociedade na qual ele é produzido. Conforme nos lembra Orlandi (2012c), os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. Ainda para Orlandi (2012c), a relação da língua com a história adquire visibilidade por meio dos processos discursivos.

O discurso é, assim, lugar singular para se observarem aspectos que tocam a configuração da identidade quando o fato alia língua e história, como no presente caso em que se procuram compreender características da nacionalidade produzidas no simbólico. (ORLANDI, 2012c, p. 128).

Nessa perspectiva, analisar e perceber aspectos peculiares da língua dos descendentes de imigrantes italianos possibilita a compreensão de outros sentidos, ou então de sentidos ofuscados pela história oficial atendendo a interesses de uma determinada época.

Nesse sentido podemos considerar o estatuto da língua falada pelos descendentes dos imigrantes enquanto parte do “arquivo” concernente à sua história, no sentido de que compreender a sua língua leva à compreensão da sua história. Assim, a língua é tomada como parte da história, e a história significa *com a, através da* língua. (PAYER, 2006, p. 39, grifos da autora).

No contexto da instituição da língua portuguesa como língua nacional os efeitos de sentido provocados pela política de nacionalização podem, hoje, ser percebidos e atualizados pelas investigações propostas pela Análise de Discurso. Orlandi (2012a, p. 43) nos lembra de que a apropriação da linguagem não é um movimento individual, “há uma forma social de apropriação da linguagem” e “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito”.

Além dos efeitos de sentido ocasionados pela política do silêncio ocorrida, sobretudo na década de 30 do século XX, também é importante retomarmos a questão da constituição do sujeito diante dessas peculiaridades. Que sujeito formou-se em um contexto sócio-histórico que negava, que tolhia a língua diferente da nacional? Um sujeito com marcas, com cicatrizes. A Política de Nacionalização impôs para os imigrantes, especialmente para os alemães e italianos, o esquecimento de uma determinada língua para dar espaço a outra, e apenas a segunda, sem possibilidade de funcionamento de ambas. Coracini (2007, p. 117) acrescenta que estes imigrantes conviviam e eram “atravessados por traços culturais em conflito”, pois “se veem e se sentem entre línguas”, obrigando-os a ocupar determinadas posições discursivas. Desse modo nos lembra Coracini (2007, p. 19), que permitir ou autorizar a narrativa do sujeito é a possibilidade de inscrever-se na história, conferir-lhe o poder de confrontar a história oficial com as histórias cotidianas e assim colaborar para a “construção de sua própria identidade, da verdade sobre si mesmo”.

Segundo Payer (2006), ao focarmos a constituição dos sujeitos descendentes de imigrantes italianos, é importante observarmos a categoria de representação de lugar

discursivo ocupado pelos mesmos. Diante do desejo de constituir uma nação brasileira, não havia espaço para o imigrante que aqui se inscrevia por meio de uma prática de língua(gem) apresentada como distorcida, pois afrontava os padrões determinados pelo Estado. Ao se inscrever como cidadão brasileiro, o imigrante, em sua prática enunciativa, se mostrava por meio dessa língua distorcida em/com relação à língua oficial. Dessa forma, considerando que “o sujeito constitui-se na e pela língua”, criou-se, naquele contexto, um não lugar para o imigrante.

Pois estes elementos de que estamos falando – a língua, a linguagem, o discurso, a significação – são elementos da ordem daquilo que inscreve no sujeito a possibilidade e o direito de ser e de se dizer, e inclusive em um novo lugar. Já não falamos agora de direito constituído e expresso em letra, mas do direito relacionado ao valor destes elementos na constituição histórico-política do sujeito, enquanto sujeito nacional e, gostaríamos de dizer, enquanto cidadão – sujeito de expressão que realiza práticas históricas fundamentais através da linguagem. (PAYER, 2006, p. 127).

Nesse sentido, ocupar um lugar ou não ter a possibilidade de ocupá-lo, implica diretamente na constituição do sujeito da linguagem. Nessa relação conflituosa com o outro, nesse não lugar/lugar ocorreu a constituição sujeito de descendentes de imigrantes.

Retomando a concepção da incompletude do sujeito, nessa relação com a língua, com a história, com a sociedade e com o inconsciente retomamos a complexidade e profundidade da constituição sujeito.

Para nós, constituir-se como sujeito, é constituir-se pela língua e pelo lugar ocupado nela. Mas o lugar ocupado por ela constitui-se pelo lugar que ocupamos, também fisicamente, nesse espaço. Lugar físico, corpo social, sujeito cindido, deslizos e constituição, diversidade e unidade, vestígios e errâncias de discurso e de sujeito e, por conseguinte, de identificações. O sujeito vai, assim, se constituindo na língua, pela história, na história dessa materialidade. Pensar a língua como território profundo, jardim sem limites, é pensar a nossa própria essência. (SCHERER, 2007, p. 351).

Essa complexidade, esse “território profundo” que é a língua(gem), nos instiga a explorar as malhas do discurso e a rede de sentidos que se apresentam no intradiscurso, mas que constituem o interdiscurso.

3.2.2 Traços de memória discursiva e seus efeitos na constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos

Num mesmo lugar teórico da AD, Pêcheux (2010), Orlandi (2012a); Coracini (2008); Eckert-Hoff (2010), Courtine (2009) denominam a memória discursiva como interdiscurso, entendendo-a como aquilo que significa antes, em outro lugar, ou seja, se referem à posição vertical dos sentidos, ao eixo da constituição. Para Courtine (2009), o eixo vertical sustenta todos os dizeres já ditos e possibilita aos sujeitos a constituição de determinados sentidos. Para esse autor, o esquecido também faz parte do eixo vertical, o da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Na obra “O papel da memória”, Pêcheux nos aponta que

a memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Nesse jogo de constituição de sentidos que os enunciados significam e produzem novos sentidos vinculados ao momento histórico. A memória discursiva opera nos pré-construídos, nas formulações anteriores, ou seja, no interdiscurso. Observemos ainda que para Pêcheux (2010), a memória discursiva é também entendida como interdiscurso e são esses saberes anteriormente produzidos que possibilitam os sentidos de nossas palavras. É esse “já dito” que serve de alinhavo para o saber que ora se produz. Esse saber pode não ser novo, mas produz novas significações em seu tempo/espço.

A memória discursiva, constituída pelos já-ditos, está intimamente ligada ao momento histórico e às condições de produção, ou seja, os processos ideológicos “autorizam” aquilo que pode e deve ser dito num determinado contexto. Dessa forma, os enunciados que aqui analisamos se inscrevem em determinadas FDs e produzem certos sentidos e não outros. Nessa perspectiva, a memória é tratada como interdiscurso. Essa rede de já-ditos afetam o intradiscurso ou, conforme aponta Orlandi (2012a, p. 31), “afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Ao mobilizar a memória pelo processo de enunciação, nuances daquilo que significou podem ser (re)veladas.

Segundo (Indursky, 2003, p. 102),

o sujeito ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar seu dizer.

Retomamos nesse momento os esquecimentos postulados por Pêcheux (2009), e discutidos nesse trabalho, de que o sujeito ao enunciar o faz de maneira ilusória de que é a origem daquilo que está sendo proferido. Esquece-se de que está retomando já-ditos. Isso que está sendo discutido pode ser observado a partir da SD 01:

E1(A) SD 01: [...] foi uma pena ter deixado / porque / a gente deveria ter incentivado / e o pai nos ter incentivado e nos ter incentivado nossos filhos né [...]então eu acho que isso deveria ser / uma língua a mais nós os italianos deveríamos ter / um pouco de relaxamento talvez que proibido na minha época não era mais proibido[...]eu acho na minha opinião assim que o italiano foi uma das línguas que mais se perdeu / porque o alemão você pode ver / você vai ali por Arabutã tem crianças falando em alemão direto né / e nós os italianos você não vê / muito raro.

O entrevistado tem 62 anos e enunciou que conhece a língua italiana, porém a fala esporadicamente. Durante a entrevista enunciou por diversas vezes que sentia certo remorso em desconhecer a língua italiana e justificou-se que não havia mais proibições por parte do Estado.

A ideologia estadonovista, através do ensino e das celebrações cívicas nacionalistas findou por promover vínculos brasilianistas nos jovens e nas crianças e estes o introduziram nos domínios familiares, tornando-se críticos da cultura de origem, muitas vezes tida como rude, grosseira e atrasada. Sentiam-se por vezes, envergonhados da maneira de falar dos pais ou de seus modos camponeses. Muitos dos descendentes que incorporaram estes ensinamentos hoje se arrependem, pois gostariam de saber mais acerca de suas origens familiares (ZANINI, 2002, p. 196).

Diante disso, gostaríamos de discutir a partir de agora dois elementos complementares: o primeiro trata-se da repetibilidade de discursos que se alia ao segundo através da inscrição em determinada FD e seus efeitos de memória.

O enunciador ao repetir que *‘que proibido na minha época não era mais proibido’* denuncia que enquanto sujeito, ao identificar-se a uma ou outra língua, o faz com determinados cuidados, pois está filiado a FD que determinava a proibição da língua dos imigrantes com o intuito de difundir o idioma nacional. A *‘época’* mencionada nesse enunciado indica o período posterior ao Estado Novo (1937 - 1945) no qual a ditadura getulista determinava o uso da língua nacional em prol da criação de uma identidade nacional. Entendemos dessa forma que em seu dizer, o enunciador atualiza os efeitos provocados pela proibição das línguas de imigração, ou seja, a não aprendizagem do outro idioma estava em conformidade com aquilo que era exigido pela lei. O enunciador envolto no ciclo de repetibilidade retoma um saber pré-existente (interdiscurso) e o re-inscreve em seu dizer (intradiscurso) pois “os saberes, representados pelos enunciados, existem em uma estrutura,

que tanto pode ser tomada em sua existência vertical quanto horizontal” (INDURSKY, 2003, p. 103).

Além de inscrever-se na rede de significância da interdição derivada das condições de produção de um determinado contexto, no mesmo enunciado o que também nos despertou interesse foi o vocábulo: *‘relaxamento’*.

Começamos por nos questionar quais os sentidos possíveis para *‘relaxamento’*. Que sentidos podem ser apreendidos nessa sequência discursiva? Decidimos dessa forma iniciar nossas reflexões observando os conceitos dados pelo dicionário. Segundo Stübe (2008, p. 135) no dicionário “é sustentado um regime que norteia o sentido para uma pretensa universalidade e homogeneidade, calcado em um jogo com/no arquivo, por representações sócio historicamente constituídas”. Nesse sentido, a consulta ao dicionário é apenas o ponto de partida, pois observando os princípios da AD, devemos observar e interpretar sentidos ligados à historicidade e considerá-los como sentidos possíveis e não imutáveis. Diante dessa reflexão, balizamos que o termo *relaxamento* no dicionário online Caldas Aulete apresenta quatro grupos de definições: 1. Ação ou resultado de relaxar(-se). 2. Falta de cuidado, esmero no que se faz; negligência; desleixo. 3. Diminuição de tensão muscular ou emocional. 4. Técnica de alisamento brando de cabelos crespos ou encaracolados.

Interpretamos que ao formular *‘relaxamento’* o enunciador está envolto em uma rede de sentidos que indiciam uma aparente perda de interesse pela língua, ocasionando assim, pela falta de zelo, seu ilusório desaparecimento nas relações sociais e familiares. Para Bolognini (*et al.*, 2005) esse *‘relaxamento’* já foi objeto de estudos de alguns linguistas e significa entre os descendentes de imigrantes alemães e italianos uma afetação diferenciada e conseqüentemente uma outra forma de constituição. A autora acrescenta ainda que

Os sujeitos constituídos pelo alemão ocupam um lugar de interlocução em sua relação com o português que faz com que a situação de “ser estrangeiro” no Brasil não lhes seja desconfortável. Há algo no idioma alemão que lhes assegura a um lugar de interlocução difícil de ser perdido para o lugar de interlocução que o português lhes asseguraria (Bolognini, 1996). Os descendentes de italiano, por outro lado, são pegos de outra forma na cadeia discursiva. Seu lugar de interlocução como descendentes de italianos não pressupõe o domínio ou algum domínio do idioma, mesmo que este possa ser falado. Eles são afetados de outra maneira pela política de línguas existente no país. (Ibidem, p. 45).

Podemos também encontrar outro sentido para o vocábulo *‘relaxamento’*. Estar relaxado pode significar não estar envolto num contexto de pressão. Mesmo que a história oficial não nos relate que os imigrantes passaram por inúmeros momentos de tensão durante o processo de implantação da língua portuguesa no Brasil, estudos linguísticos apontam essa

ocorrência. Devemos ressaltar também que aquele processo tenso não foi extinto, pois ao observarmos as narrativas dos enunciadores marcas dessa tensão, desse conflito linguístico ainda persistem e podem ser analisadas. Entendemos que essas cicatrizes que foram produzidas e ainda funcionam na atualidade são decorrentes de um período bastante repressor, pois

Com a ascensão de Getúlio Vargas inicia-se a repressão aos imigrantes com a interdição das zonas coloniais, como forma de integrá-las. A língua alemã passou a ser proibida, fecharam as escolas, proibiram falar em alemão nas igrejas, interditaram os jornais alemães que circulavam nas colônias. É pertinente salientar que os nomes de ruas, prédios e entidades foram proibidos e substituídos por nomes em português. Com medo de represálias e prisões, os próprios alemães queimavam fotografias, livros e outras recordações da terra que ficou distante, porque se fossem denunciados, seriam humilhados e muitas vezes presos. (ECKERT-HOFF, 2010, p. 88).

É no intradiscurso e no gesto de interpretação do analista que os dizeres anteriormente inscritos na história voltam a significar. Por meio das narrativas, foi possível depreender e interpretar histórias constitutivas e efeitos de sentido decorrentes de um determinado acontecimento. Conforme já referenciamos no segundo capítulo e no decorrer desta pesquisa, ao retomarmos a história de constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos oportunizamos uma reflexão sobre o abasileiramento da nação. Lemos que o que foi deliberado por Vargas em 1939 a partir do Decreto-Lei, impunha aos estrangeiros e seus descendentes a adaptação ao território nacional a partir do ensino e uso obrigatório da língua nacional, a língua portuguesa.

3.3 CICATRIZES DISCURSIVAS DA/NA CONSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA

Destacamos, a partir desses gestos de interpretação e pelo referencial teórico, que os descendentes de imigrantes italianos constituem-se de maneira híbrida, com inscrições, sobretudo, na língua italiana e na língua portuguesa. Nesse sentido, nosso olhar a partir de agora se volta também para os conceitos de identificação e de interdição, pois em nosso gesto analítico percebemos que esses dois eixos, os quais denominamos de RDs, manifestaram-se com maior intensidade nas formulações de nossos enunciadores.

3.3.1 Entre a interdição e a identificação: fatores políticos e ideológicos

Considerando, então, os estudos de Pêcheux (2009), a identificação, cujo efeito é de produção de identidade, é o resultado da relação do sujeito e do sentido, e é no discurso que se

materializa. Considerando ainda que o discurso não é transparente e múltiplo de sentidos assim o é a identidade. Nessa complexa trama, não podemos deixar de apontar que a exterioridade, a historicidade também baliza a construção das identidades, pois a historicidade inscreve ou recusa a inscrição dos sujeitos em determinadas FDs.

Trazemos também as contribuições de Coracini para esse momento de teorização. Segundo Coracini (2003), as identidades são construídas por momentos de identificação, algo em constante movimento, pois

Como a identidade se forma ao longo do tempo, através de processos inconscientes, ela não poderia ser vista como algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, como querem algumas correntes linguísticas. Apesar da ilusão que se instaura no sujeito, a identidade permanece sempre incompleta, sempre em processo, sempre em formação. Assim, em vez de falar em identidade como algo acabado, deveríamos vê-la como um processo em andamento e preferir o termo identificação, pois só é possível capturar momentos de identificação do sujeito com outros sujeitos, fatos e objetos. (CORACINI, 2003, p. 243).

Nesse sentido, esclarecemos que, assim como aborda a autora, quando mencionamos o termo identidade, nós o entendemos como momentos de identificação, “como um processo que não acaba nunca, que está o tempo todo se modificando e que constitui a complexidade do sujeito” (CORACINI, 2003, p. 219).

Quando realizamos as entrevistas com os descendentes de imigrantes italianos, percebemos em suas narrativas momentos de identificação com o outro. Em algumas narrativas apreendemos o desejo de falar a língua italiana entre sujeitos que declararam apenas entendê-la. Em outras, a confissão de que foi na família, entre os “*nonos*”, os tios e os pais que aspectos da língua e da história italiana foram sendo ensinados. Em outros momentos, ao questionarmos sobre qual era a ‘sua língua’, alguns enunciadores nos relataram que há uma oscilação entre a língua italiana, a língua portuguesa e a língua brasileira.

Na perspectiva da AD,

Sabemos que o termo identidade carrega múltiplas significações, esclarecemos que, aqui, o utilizamos no sentido de identificação, pois entendemos que as identidades podem funcionar, ao longo de toda uma história, como pontos de identificação e apego (ECKERT-HOFF, 2008, p. 63).

Por esse viés, a identidade de um sujeito é formada nas/pelas práticas discursivas de um determinado contexto. Considerando a incompletude como condição para a existência da linguagem e que a identidade do sujeito é clivada pela história e pela língua, podemos afirmar que a identidade de um sujeito é heterogênea, subjetiva, marcada pela história e incompleta.

Sendo assim, não podemos afirmar que há um fim na constituição identitária, pois, segundo Pêcheux (2009), sujeitos e sentidos se constituem constantemente através da interpelação ideológica.

Essa não fixidez da identidade discursiva²⁵ demonstra a presença do outro na constituição do eu. É nesse jogo de sentidos, nesse movimento que a língua significa. Orlandi (2012a) explica que

É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo nem o discurso, já estão prontos e acabados (Ibidem, p. 37).

Nesse mesmo sentido, Pêcheux (2009) nos apresenta também a indissociabilidade de língua e identidade, entendendo que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. Assim, nessa articulação de língua e ideologia com o discurso percebe-se a incompletude identitária.

Segundo Orlandi (2012 d), na perspectiva discursiva, na intenção de observar a relação da língua com a história, ancoramo-nos na forma material, buscamos o real da língua e o real da história em um constante movimento. Esse gesto, por sua vez, reflete que o mundo é um complexo de processos não finalizados. Dessa forma, é possível afirmar que “a própria identidade é um movimento na história” (ORLANDI, 2012 d, p. 74).

É ainda nesse jogo de incompletudes que os sujeitos se inscrevem em diferentes FDs e tais formações corroboram para sua constituição. Assim, pensando língua e identidade na perspectiva discursiva, estabelecemos relações de sentido com a história e na não fixidez de sentidos. Poder falar nessa ou naquela língua é a possibilidade de inscrição na história e numa dada FD, na qual o sujeito se constitui e constitui o outro. Nessa trama de sujeitos e sentidos é que

Identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, com certas afirmações porque temos sensação de que elas ‘batem’ com algo que temos em nós. Ora, este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações discursivas, em face das quais os sentidos fazem sentido (ORLANDI, 1998, p. 206).

²⁵ Segundo Orlandi (1998, p. 232), a identidade discursiva se refere “a posições que se constituem em processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia”.

Além de disso, é importante lembrar que a constituição identitária e a inscrição em uma determinada FD ocorre por meio de um processo de identificação quando um determinado sentido se apresenta como possibilidade de completude para o sujeito. Parece assim que estamos num duelo entre a completude identitária e a completude de sentidos, no entanto, para Orlandi, “a incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade” (ORLANDI, 2007, p. 78-79).

Considerando a constituição identitária como uma construção social relacionada com o outro, a entendemos como “complexa, descentrada, heterogênea, constituída por momentos de identificação, sem negar o mesmo (identidade), nem a diferença, mas privilegiando a complexidade que envolve o sujeito e a sua formação” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 28). O sujeito completo é apenas uma ilusão, o que é real aos sujeitos são momentos de identificação, proporcionando-lhes assim um sentimento de conforto e pertencimento. Um exemplo desse sujeito inconstante e incompleto e que (re)vela em seu enunciado momentos de identificação à(s) língua(s) pode ser analisado na sequência discursiva exposta a seguir:

E4(A) SD 02: Eu conheço o italiano e o brasileiro, né? / É / eu tinha sete / quero ver / sete anos e não sabia falar nada em português / É em português, né / é / é / português não sabia nada / eu estudei o catecismo tudo em italiano / e depois aí de catorze ano daí me tocou virar tudo a língua / tudo brasileiro.

Considerando que o sujeito e os sentidos são determinados e constituídos pelos fatores políticos e ideológicos, compreendemos pela formulação no início da sentença que esse enunciador constitui-se pelo entre-línguas, pois afirma conhecer ‘o italiano e o brasileiro’. No entanto, esse ‘brasileiro’ logo desliza para ‘português’. Compreendemos que ao utilizar as nomenclaturas ‘brasileiro ou português’ refere-se ao idioma nacional, no entanto há nessa formulação filiações a diferentes FDs. É justamente essa inconstância de nomeações que indiciam uma constituição heterogênea e camaleônica. Esses processos múltiplos de identificação indiciam que assim são constituídos os descendentes de imigrantes italianos, sujeitos heterogêneos linguisticamente.

Nessa mesma linha de raciocínio, observamos que o enunciador expõe que conhece o a língua italiana. Essa afirmativa nos instiga, pois nos perguntamos quais os sentidos possíveis para ‘conheço o italiano’? Conhecer o italiano indica que o enunciador conhece e fala? Conhece mas não fala? Ou apenas conhece pelo contato com a língua? Interpretamos, pela materialidade discursiva, que ao enunciar que conhece o italiano o enunciador (re)vela

que em função do processo de interdição ‘*me tocou virar tudo*’ ofusca um saber linguístico, atualiza os efeitos da interdição e não enuncia que sabe falar a língua de imigração, tenuamente denuncia que o conhece mas não se permite falar.

Há na enunciação a presença da conjunção aditiva ‘e’ estabelecendo um elo entre as duas línguas, no entanto, analisamos que há uma hierarquização das línguas, ou seja, o italiano é mencionado em primeira ordem. Inferimos dessa forma que apesar de ter sido interdita, a língua italiana ainda é a língua do aconchego, aquela que primeiro é lembrada, aquela que mesmo que tenha sido banida o constituiu linguisticamente e ainda o constitui, pois, mesmo tendo abdicado da língua italiana (*virar tudo*) ela aflora na enunciação.

Entendemos que essa hierarquização das línguas indicia que o enunciador se identifica com diferentes línguas (língua portuguesa, brasileira e italiana), mas ao afirmar que precisou ‘*virar tudo*’ denuncia que em sua constituição identitária há traços de interdição, e essa memória discursiva funciona como uma cicatriz, como uma marca da língua italiana que continua significando nos processos identificatórios. Para Scherer (2006, p. 13) as marcas linguísticas são peculiaridades de uma nação, onde identificamo-nos “como pertencentes a tal ou tal região e, mais ainda, somos marcados pelo estado (fronteira física, geográfica, jurídica) em que nascemos. Raramente nos ‘liberamos/libertamos’ dessa marca, dessa cicatriz”.

Na SD 02 destacamos a marca linguística ‘*me tocou virar tudo*’ como uma marca da língua italiana que acompanha o sujeito e o constitui. No momento que lhe foi dada a voz, a cicatriz da língua italiana, aquela ensinada pelos pais ou pelos avós, descortinou-se e foi trazida à superfície pela enunciação. Ainda para Scherer (2006)

O sujeito é marcado politicamente pelo que ele é e pelo que ele pode falar pela voz. A marca discursiva da região e do estado é sensível do ponto de vista ético e político. Porque essa marca é a marca do outro na minha língua enquanto o outro representa a individualidade de sua enunciação. Essa marca será sempre uma coletividade discursiva estrangeira na minha língua e ela coloca uma realidade oriunda de uma experiência da alteridade na linguagem (SCHERER, 2006, p. 19).

Além da conotação ideológica destacamos que na gramática da língua italiana há alguns verbos que reclamam a presença de pronomes para a composição da estrutura e do sentido. Esses verbos são denominados Verbos Pronominais. Os chamados verbos pronominais são aqueles que, necessariamente, são acompanhados de um pronome oblíquo, no entanto os verbos classificados como pronominais diferem entre as duas línguas. A título de ilustração apresentamos a seguir: *me ne vado* (vou a). Na língua portuguesa o verbo ‘*ir*’ não se classifica como pronominal. ‘*Me tocou virar tudo*’, em nosso gesto interpretativo,

possui o efeito de sentido de ‘fui obrigado a’ e por esta razão o uso do pronome pode indiciar um funcionamento linguístico da língua italiana num discurso efetuado em língua portuguesa.

Na expressão ‘*daí me tocou virar tudo a língua/ tudo brasileiro*’, chama-nos a atenção o emprego do pronome indefinido ‘*tudo*’ como elemento quantificador. Por que esse desejo de completude? É possível apagar o ‘*tudo*’ de uma língua? Ainda ao final da frase aparece novamente o ‘*tudo*’, mas novamente refere-se a uma estrutura da língua italiana. ‘*Tudo brasileiro*’ pode ser traduzido como *tutto brasiliano*. Na língua portuguesa usar a expressão ‘*tudo brasileiro*’ gera um certo estranhamento, um atrito na língua, pois temos na língua portuguesa a expressão ‘*todo*’ e ‘*tudo*’ com sentidos e empregos diferenciados, já na língua italiana não há essa diferenciação. Dessa forma, entendemos que ocorre a fusão de uma língua na outra. É um modo de funcionar que indica a heterogeneidade linguística, pois deixa traços na formulação, no intradiscorso.

Diante deste quadro que se apresenta, não poderíamos deixar de destacar a questão da heterogeneidade linguística do povo brasileiro. Orlandi (2005), apoiada nos estudos de Authier (1987), expõe que:

o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. Discursivamente é possível se vislumbrar esse jogo, pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Ao falarmos o português, nós, brasileiros, estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada: nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas, o português e o brasileiro, filiam-se a discursividades distintas. O efeito de homogeneidade é o efeito produzido pela história da colonização. (ORLANDI, 2005, p. 30).

Para aprimorarmos nossa discussão acerca da heterogeneidade linguística destacamos da citação acima o seguinte excerto: “no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa”. O que interessa para esta pesquisa é justamente essa presença dupla de línguas que constituem a história da língua portuguesa no Brasil. Ao falarmos dessa presença dupla destacamos a questão da heterogeneidade linguística constituinte da língua portuguesa do Brasil. Na língua portuguesa do Brasil há diferentes vozes que ressoam, que ora aparecem e ora se escondem ou então, são escondidas.

Retomando ainda a SD 02 e nos detendo ao exposto por Orlandi (2005) verificamos que há uma duplicidade de sentidos ao proferir que se sabe ou se fala o português e o brasileiro. Embora esteja se referindo a língua nacional, ao proferir brasileiro ou português

denuncia que se constitui de modo heterogêneo filiando-se a diferentes FDs; são momentos distintos que o constituíram. A língua dos imigrantes é uma dessas vozes que compõem esse quadro heterogêneo e por vezes complexo. Por conta dessa complexidade e dessa heterogeneidade é possível depreender nas narrativas dos sujeitos entrevistados que de fato essa realidade os constitui, conforme pode ser observado na SD 02. Ou seja, o sujeito que inicialmente identifica-se com o italiano posteriormente afirma falar o português, mas desliza para brasileiro. Nos questionamos então sobre os possíveis sentidos para ‘*brasileiro*’ na sequência mencionada.

Entendemos que ao atribuir ‘*brasileiro* ou *português*’, o enunciador evidencia que ambos os sentidos e nomes funcionam no intradiscurso e que ambos estão ligados a determinadas condições de produção e a processos históricos pelo quais a língua nacional do Brasil passou e ainda passa. Segundo Orlandi (2005), essa questão de nomear a língua como brasileira ou portuguesa principia do período da colonização (século XV). Nomear a língua é uma necessidade dos indivíduos, pois toca nas questões de autonomia e identidade de uma determinada nação, de um determinado povo. A questão de nomeação da língua do Brasil ainda é polêmica

Embora no início do século XIX muito se tenha falado da língua brasileira, como a Constituição não foi votada, mas outorgada por D. Pedro, em 1823, decidiu-se que a língua que falamos é a língua portuguesa. E os efeitos desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira. É assim que distingo entre língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não para de produzir os seus efeitos. (ORLANDI, 2005, p. 29).

Além da heterogeneidade linguística, outro elemento merece nossa atenção nessa sequência discursiva: os nomes atribuídos à língua. Dessa forma, nossa análise volta-se para as diferentes nomeações de língua que emergiram durante a entrevista e que se encontram na SD 02. Ao ser questionado sobre qual(is) língua(s) conhecia, o enunciador afirma que conhece mais de uma língua utilizando-se das designações italiano, brasileiro e português. Ao designar a língua como ‘*o italiano e o brasileiro*’ e posteriormente como ‘*português*’, compreendemos que há nos diferentes nomes significados distintos e que significam atrelados a fatos históricos.

Considerando que o enunciador tem 81 anos, o termo ‘*italiano*’ o inscreve em um grupo específico, ou seja, aos descendentes de imigrantes italianos que aprenderam a referida língua na instituição familiar. A nomeação ‘*italiano*’ (re)vela que há na constituição desse

sujeito a presença da língua italiana, mas há também a identificação ao povo italiano, seus costumes, suas crenças e suas cicatrizes. Compreendemos pela formulação ‘*Conheço o italiano*’ uma inscrição à língua de imigração, aquela que funcionava entre os descendentes de imigrantes e que fora interdita devido aos interesses do Estado Novo; são sentidos que emergem nas narrativas e podem ser glosados e analisados pelo gesto de interpretação de analistas de discurso indiciando um determinado momento histórico.

As nomeações ‘*brasileiro*’ e ‘*português*’ além de indiciar a heterogeneidade linguística, a presença do outro, mostram que na história linguística brasileira, a nomeação da língua também é um processo histórico marcado pela oscilação de nomes. Indica que na memória discursiva do povo brasileiro funcionam modos distintos de nomear a língua. No entanto, não é simplesmente a escolha da nomeação A ou B, foram decisões políticas acerca de um nome, decisões que abarcaram determinados interesses ideológicos.

A referência ora ao idioma português, ora ao brasileiro e ora ao italiano além de indiciar a heterogeneidade linguística, indicia diferentes modos de identificação à língua. Interpretamos que ao nomear a língua como brasileira apresenta-se aí um funcionamento linguístico que aponta para a inscrição numa FD de identificação a uma nação - sou brasileiro, falo brasileiro. Já por sua vez, ao designar português o sujeito não se filia à nação, funciona nesse momento a filiação ao sistema linguístico, às convenções, à língua enquanto instituição.

Pela formulação, entendemos que o entrevistado almeja a concordância de seu interlocutor quanto aos modos de identificação. O enunciador espera que o outro lhe diga ‘*sim essa é a sua língua*’. Entendemos que o uso do ‘*né*’ é uma estratégia utilizada pelo enunciador para garantir a adesão do interlocutor. Pela partícula ‘*né*’ busca-se no outro essa concordância como se esta fosse necessária. ‘*Eu conheço o italiano e o brasileiro, né? / É / eu tinha sete / quero ver / sete anos e não sabia falar nada em português / É em português, né / é / é /*’. Lemos essa hesitação como traço da identificação à língua. Que sujeito é esse que se apresenta? Um enunciador que aprendeu a língua italiana e a falou em sua infância e que por forças ideológicas inscreveu-se em outro espaço discursivo.

Compreendemos a partir da exposição teórica e da sequência discursiva analisada que ao narrar a história de constituição linguística, aflora na enunciação a heterogeneidade linguística que constitui o sujeito da linguagem. Somos tomados, nos processos de subjetivação, pela presença do outro e é no outro que encontramos o refúgio, que nos encontramos. No entanto, como somos impregnados de ‘outros’ a identificação não é um processo que se encerra, e é justamente esse processo inacabado e heterogêneo de constituição linguística que permite a entrada da alteridade e da singularidade.

Neste momento, gostaríamos de encerrar esta seção de discussão, não como um ponto final, mas como um nó que pode a qualquer momento ser desfeito e continuar cosendo outros tecidos, outras tramas que ainda poderão ser acrescentadas. Nesse sentido, apresentamos a seguinte SD:

E4 (A) SD 03: [Daí em casa falava o italiano.] É, em casa falava o italiano. [E quando saíam de casa...] Saía, daí tinha que falar estrangeiro.

Na SD 03 podemos observar que a casa era o espaço no qual os descendentes falavam a língua italiana apesar de que essa era interdita pelos interesses ideológicos do Estado Novo. Percebemos a partir da formulação ‘em casa falava o italiano’ que havia o funcionamento linguístico de línguas diversas. Se em casa falava-se o idioma italiano o mesmo não era permitido nos outros espaços sociais. Fora de casa havia o funcionamento de outra língua, uma língua até então denominada de ‘estrangeira’. Funcionava a língua de dentro (da família) e de fora (do Estado). Dessa forma nos indagamos: é possível ter uma língua de dentro e uma de fora? Acreditamos que não, pois seguindo os ensinamentos de Lacan sobre a fita de Moebius²⁶ é impossível um dentro e um fora, o sujeito não possui um dentro e um fora, ele se constitui nesse complexo *continuum*, no qual o ‘dentro’ escapa para ‘fora’ e o de ‘fora’ intervém no ‘dentro’. Desse modo ambas, as línguas, funcionavam na discursividade e por essa razão podemos ainda hoje depreender no fio do discurso dos descendentes de imigrantes italianos marcas discursivas que indiciam essa heterogeneidade linguística. Não existem demarcações precisas, as fronteiras da linguagem são porosas e os discursos interceptam-se no eixo da formulação (intradiscurso) com o da constituição (interdiscurso), desse modo compreendemos que há uma interdependência entre o dentro e o fora, entre a língua e o sujeito. Segundo Payer (2006, p. 196),

O sujeito que participa desse processo continua por um tempo relativamente longo a constituir-se como sujeito da linguagem com a participação de uma língua que, oficialmente interdita, continua a funcionar nele como um lugar de memória, de um modo constitutivo.

No enunciado, observa-se que a língua de casa era a língua italiana, vista como estrangeira pela lei, pelo Estado e compreendida como a língua materna pelo enunciador.

²⁶ A Fita de Moebius frequentemente utilizada pelos psicanalistas exemplifica o imbricamento do exterior com o espaço interno, do dentro/fora. Desse modo, pensando na relação sujeito e língua é possível entendermos como o espaço interno e interdependente do externo, não há uma demarcação de fronteiras entre o dentro e o fora, ambos se constituem.

Mesmo que o entrevistado não entre no mérito de língua materna, assim a compreendemos, pois, no final dessa sequência, podemos observar o fragmento *‘daí tinha que falar estrangeiro’*.

Para Coracini (2003, p. 146) a língua estrangeira “trata-se de uma língua ‘estranha’, língua do outro, do desconhecido”. A autora defende ainda que esse estranhamento pode ocasionar sentimentos antagônicos, o medo ou a atração. No primeiro caso o medo pode bloquear a aprendizagem, torna-se uma barreira capaz de silenciar e ainda de deixar marcas nos processos de constituição linguística.

Coracini (2007) acrescenta ainda que

toda língua é estrangeira na medida em que provoca em nós estranhamentos, e toda língua é materna na medida em que nela nos inscrevemos ,em que ela se faz ninho, *lar*, lugar de repouso e de aconchego; ou melhor, toda língua é materna e estrangeira ao mesmo tempo (CORACINI, 2007, p. 48, grifo nosso).

Diante do exposto indagamos: O que é estrangeiro nessa sequência? Interpretamos que o estrangeiro era a língua portuguesa, a língua nacional que, para os imigrantes, era entendida como língua estrangeira. Estrangeira, pois era a língua diferente, a língua estranha, que não acolhia e não permitia a hospitalidade da casa, do lar. Para o Estado havia nas casas um estrangeiro funcionando que precisava ser interdito em favor da nação, do sentimento de brasilidade e, para os descendentes havia na sociedade um estrangeiro que funcionava, que os interditava, os excluía. Foi sem dúvida um processo de muita tensão e que ressoa ainda hoje enquanto memória da/na língua. Zanini (2002, p. 186) argumenta que “o mito da nação brasileira fez com que as diferenças fossem encapsuladas através da violência, fosse física ou simbólica e não da negociação”.

Ainda nessa discussão de materno e estrangeiro gostaríamos de trazer à baila um aspecto que está presente na SD 03: a relação de afeto, de aconchego ao se referir à língua italiana. A língua italiana (tratada como a língua de imigração neste trabalho) para os entrevistados da primeira categoria (da terceira idade) possui uma estreita relação com a casa, com o lar. Nessa perspectiva, compreendemos, pela recorrência, que a categoria da terceira idade dos descendentes de imigrantes italianos, na época do Estado Novo, compreendia a língua portuguesa como a língua do desassossego, estranha/estrangeira no lar. O lugar de repouso lhes era conferido apenas na língua de imigração e essa estava “autorizada” apenas nas casas. Durante uma das entrevistas, verificamos que a língua italiana e a língua portuguesa faziam parte do cotidiano do entrevistado e, desse modo indagamos como e

quando havia aprendido a língua italiana. Prontamente nos foi explicado que a aprendizagem da língua italiana foi posterior à língua portuguesa e a casa foi o recinto no qual adquiriu a referida língua. Observemos isso na seguinte SD:

E7 (A) SD 04: depois que eu terminei de ir na aula que eu comecei falar italiano com meus pais / eles começaram a ensinar em casa / porque na época a gente não podia falar italiano / na época que eu ia na aula / né

Já para os enunciadores da segunda categoria (pais) a língua italiana também estabelece uma relação de vínculo com o lar, porém, de modo indireto. A língua italiana aparece como a língua falada nas reuniões familiares ou então aquela usada preferencialmente utilizada para falar com os mais antigos²⁷. Observamos em nossos enunciadores a expressão: ‘*entendo mas não falo*’ ou então a modalização desse falar. Interpretamos que há nessas sequências traços de memória que evidenciam que a língua italiana, apesar da interdição oficial, continuou funcionando e constituindo os descendentes, que hoje apresentam cicatrizes dessa interdição.

E2(P) SD 05: [e você fala em qual ou em quais línguas] o português e o italiano eu só entendo / fala muito pouco

E5 (P) SD 06: [Ê., que língua ou que línguas você conhece?] Tá / Português / a que a gente fala e italiano / Conviveu junto / mas falar / falar / não / só entendo algumas coisas

E9 (P) SD 07: [I. Que língua ou que línguas você conhece?] O português e o italiano [e você fala em qual ou em quais línguas?] português e pouco o italiano também / entendo e falo / pouca coisa mas falo

A formulação ‘*entendo mas não falo*’, presente nas SDs 05,06 e 07 é interpretada nesta pesquisa como uma cicatriz discursiva. Há uma oposição entre os verbos entender e falar expressa pela presença da conjunção adversativa ‘*mas*’. Pelo uso da adversativa outros sentidos se instauram na formulação. Compreendemos que entender um idioma é, pra esse enunciador, sinônimo de conhecer o idioma, dominá-lo a ponto de entendê-lo. Dessa forma indagamos: existem motivos que podem provocar o calar de uma língua conhecida? Entendemos que os enunciadores da segunda categoria (pais) constituíram-se linguisticamente num espaço tenso, marcado ora pela permissão e ora pela interdição. Mesmo possuindo a liberdade de aprender a língua de imigração não a fizeram, pois seus pais e/ou familiares

²⁷ ‘Mais antigos’ trata-se de um regionalismo que indica pessoas idosas.

consciente ou inconscientemente foram reprodutores da repressão linguística. Considerando que esses enunciadores, mesmo distantes da ditadura getulista, a qual visava a homogeneidade linguística, ainda são constituídos pela repressão. Zanini (2002) expõe que os descendentes

No papel de mães e pais, sentiam-se no dever de proteger suas famílias da repressão e de lhes permitir um caminho rumo a ascensão social visto que nem todos poderiam continuar a trabalhar na terra ou em empresas familiares de serviço, obrigando-os, desta forma, a aprender o português para melhor poder interagir no mundo dos não-italianos (ZANINI, 2002, p.195).

Nesse momento é oportuno lembrar que anteriormente, na SD 02, a língua recebeu as nomeações de *português* e *brasileiro* e nesse momento passa a ter também a nomeação de *estrangeiro*. Nomear a língua de modos diferentes, além de indiciar funcionamentos diferentes indicia momentos históricos diversos. Acreditava-se que por ser colônia portuguesa, o Brasil deveria consequentemente falar a língua portuguesa, no entanto, para que isso ocorresse seria necessária a instauração de um processo de apagamento da memória linguística brasileira. Juntamente com os portugueses aqui já estavam os indígenas e posteriormente muitas levas de imigrantes, ambos com suas línguas. Diante dessa multiplicidade de línguas surge a língua brasileira.

Conforme Orlandi (2005), a questão dos nomes atribuídos à língua do Brasil é uma questão amplamente discutida e que oscila entre uma língua outorgada e uma língua fluída. É uma questão que se coloca desde o início da colonização e que foi amplamente discutida ao logo do século XIX e posteriormente na década de 30 do século XX. Apesar das veementes discussões ocorridas nos dois períodos decidiu-se pela manutenção do nome de língua portuguesa. Embates em torno da nomeação da língua foram motivados, no entanto “é, pois, impressionante como a ideologia da língua pura, a verdadeira, faz manter o imaginário da língua portuguesa” (ORLANDI, 2005, p. 29).

Entendemos, por sua vez, que um sujeito brasileiro ao atribuir a nomeação de língua estrangeira para a língua portuguesa denuncia uma não adesão à língua nacional. Não adesão essa, decorrente de processos histórico-sociais, de momentos específicos da história, atrelados a fatores políticos determinados.

Atualmente, enquanto brasileiros, nomeamos a língua italiana como estrangeira e, nessa confusão de línguas que temos hoje, a identidade do povo brasileiro torna-se heterogênea, assim como é a língua nacional.

Elegemos a palavra confusão para expressar a multiplicidade de línguas que constitui a identidade do povo brasileiro. Com relação a esse processo plurilíngue, Payer (2006) nos

apresenta o conceito de memória ‘da’ língua, ou seja, é tomar a língua na sua relação com a história e com outras línguas e observar os vestígios significativos advindos dessa relação. Segundo Payer (2006)

A memória da língua, isto é, a memória histórica (discursiva) é parte constitutiva da língua em que essa história se dá. Nesse sentido é a língua que significa por sua relação com a história, no sentido de que o fato de um dado sujeito/cidadão falar uma língua X –seja o italiano – no Brasil, em 1880, em 1939 ou em 1990 implica diferentes modos de fazer essa língua “significar” por sua história (PAYER, 2006, p. 40, grifo da autora).

A mesma autora também realiza outra discussão enfocando a memória ‘na’ língua, ou seja, a memória de um povo com relação a uma determinada língua, dessa forma, se nos debruçarmos sobre a memória na língua estaremos atentos aos sentidos (língua brasileira, língua da ‘nona’, língua estrangeira, entre outras) que são constituídos através da língua de um determinado grupo, na direção de que “compreender a sua língua leva à compreensão da sua história” (PAYER, 2006, p. 39).

No tópico seguinte iremos discutir alguns traços identificatórios decorrentes da heterogeneidade linguística e, sobretudo os efeitos do entre-línguas no funcionamento linguístico.

3.3.2 Traços identificatórios produzidos pelo efeito do entre-línguas

Retomamos nesse momento a proposição de que os sujeitos sempre estarão sob a égide de diferentes línguas, mas com fronteiras porosas, com demarcações imprecisas. Seja através do contato com outras etnias, através das redes sociais, da rede televisiva ou das instituições de ensino é possível afirmar que os sujeitos se constituem na heterogeneidade de línguas e culturas. Assim como nos lembra Orlandi (2005, p. 29), a heterogeneidade linguística nos remete ao sentido de que “joga em nossa língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga, no entanto, um ‘outro’, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’”.

Para Coracini (2007) a presença múltipla de vozes, esse outro na língua acontece, pois

O sujeito é, assim, fruto de múltiplas identificações - imaginárias e/ou simbólicas - com traços do outro que, como fios que se tecem e se entrecruzam para formar outros fios, vão se entrelaçando e construindo a rede complexa e híbrida do inconsciente e, portanto, da subjetividade. (CORACINI, 2007, p. 61).

A região Oeste de Santa Catarina foi colonizada por descendentes de imigrantes europeus e entre esses os de ascendência italiana. No município de Concórdia ocorre uma relação de entre-línguas-cultura. A noção de entre-línguas-cultura refere-se ao entrelaçamento de diferentes línguas. Em nossa pesquisa essa noção refere-se à presença da língua italiana e seus dialetos funcionando juntamente com a língua portuguesa, o que faz com que nossos entrevistados sejam atravessados e constituídos pelas línguas em questão. Nas fachadas dos estabelecimentos comerciais é comum a presença de nomes italianos. A título de ilustração: *Bella Luna* (Bela Lua), *Spazio Mascolino* (Espaço Masculino), *Per Bambini* (Para Crianças), *Bel Peccare* (Bonito Pecado), *Bona Salute* (Boa Saúde), entre outros. Nessa pequena exemplificação chamamos a atenção para o nome do último estabelecimento: *Bona Salute*. Há nesse nome a presença da língua italiana por meio da palavra ‘*salute*’ e também do dialeto vênето expresso na palavra ‘*bona*’. Esse exemplo nos permite reforçar a tese de que há um movimento constante do entre- línguas. Expressões da língua ou do dialeto vênето inscritas em um local cuja língua oficial é a língua portuguesa, indicam que esse nome é um elemento constitutivo das relações sociais e conseqüentemente do sujeito. Ressaltamos que mesmo que o sujeito resista à outra língua, a mesma o constitui, há a articulação, o imbricamento do exterior e do interior assim como exemplificado pela Fita De Moebius.

Para esta pesquisa não nos interessa mostrar a presença material da língua italiana (expressões, aspectos fonológicos e lexicais), mas as implicações que essa desencadeia na constituição desses sujeitos que convivem e constituem-se em um contexto, no qual essa língua faz-se presente. Observemos no *corpus* da pesquisa, a presença da língua de imigração. Ao questionarmos os enunciadores sobre as línguas faladas observemos que a nomeação língua italiana sempre é mencionada.

E1 (A) SD 08: português e / alguma coisa em italiano

E2 (P) SD 09: o português e o italiano eu só entendo / fala muito pouco

E3 (F) SD 10: português e italiano / assim inglês a gente ta aprendendo ainda

E5 (P) SD 11: Tá / português, a que a gente fala e italiano / Conviveu junto / mas falar, falar, não / só entendo algumas coisas

Observemos que nas sequências 08, 09 e 11 modaliza-se o conhecimento do idioma italiano através de ‘*alguma coisa*’, ‘*muito pouco*’ e ‘*algumas coisas*’. Entendemos que a

modalização nessas formulações funciona como uma vacilação. Compreendemos que esses enunciadores são constituídos nesse entre-línguas, entre o português (referenciado na primeira ordem) e o italiano que é nominado, porém com restrições, com vacilos. Segundo Paulillo,

A modalização do dizer na enunciação vacilante é uma construção sintaticamente incidente, que afeta segmentos do dizer da ordem da palavra, do constituinte ou da proposição. Assim fazendo, suspende-lhes o poder de nomeação obstruindo o movimento normal do discurso que visa à inscrição de uma referência. Fazendo parar o discurso numa espécie de meio do caminho entre o dizer e a coisa, entre X e não X, entre dizer e não dizer, marca, na superfície discursiva, a não coincidência que afeta o dizer. (PAULILLO, 2004, p. 04).

Compreendemos que os enunciadores, assim como expõe o autor acima referido, suspendem o dizer e inscrevem no enunciado novos elementos (*‘alguma coisa’*, *‘muito pouco’* e *‘algumas coisas’*). Além da modalização destacamos a marca discursiva *‘só entendo’*. Interpretamos que pela modalização e pela marca discursiva *‘só entendo’* há a instauração de novos sentidos. Sentidos, em nossa compreensão, que atualizam os efeitos do silenciamento da língua de imigração. Como já referenciamos, mesmo com as proibições das políticas do Estado Novo, as línguas de imigração continuavam funcionando nos recintos familiares, porém não poderiam ultrapassar esses espaços sob pena de punição. Desse modo é compreensível que a língua de imigração tenha sofrido um efeito de apagamento, era ouvida, mas não poderia ser falada, ocasionando um *‘entendo mas não falo’*, uma cicatriz discursiva que se marca contemporaneamente na superfície discursiva.

Já na SD 10, destacamos a formulação *‘português e italiano’*. Enuncia-se que se fala o *‘português e o italiano’* sem adjetivações ou modalização. Pela formulação interpretamos que há o funcionamento das duas línguas. Mesmo que o idioma português tenha sido mencionado na primeira ordem não compreendemos que tenha maior importância que o italiano. No fio do discurso não existem elementos de adjetivação sobre as línguas, desse modo depreendemos dessa formulação que há uma constituição na qual o entre-línguas se faz presente. O enunciador 3 (SD 10) também acrescenta que além das duas primeiras línguas está aprendendo uma terceira língua, ou seja, o inglês, no entanto, o que nos interessa nessa análise, além de verificar a presença de línguas no cotidiano dos enunciadores é a forma de entrada dessas línguas que os constituem. Considerando que o enunciador 3 faz parte da categoria dos filhos, é importante lembrar que a aprendizagem da língua italiana tenha sido via escola. Esse enunciador está envolto em outras condições de produção nas quais se permite o ensino do idioma de modo institucionalizado, diferentemente das SDs 08,09 e 11,

anteriormente analisadas, cuja aprendizagem da língua italiana ocorria no ambiente familiar, ainda sob o manto da opressão.

Destacamos neste momento que um dos principais objetivos do Estado Novo era a implantação do idioma português como língua oficial da nação e a produção de uma ideia de brasilidade, de identidade nacional, independentemente de suas origens. Observamos nas três categorias que de fato criou-se um sentimento de apreço pela língua portuguesa e um sentimento de brasilidade, no entanto a presença da língua italiana é uma regularidade que se apresenta em todas as gerações mobilizadas. Ao serem questionados sobre qual ou quais línguas falavam obtivemos como resposta uma presença dupla ou tripla de línguas. A conjunção ‘e’ reforça em todos os casos que os enunciadores são constituídos no entre-línguas, alguns de modo tenso e outros de maneira amena. No entanto é justamente nessa constituição híbrida que podemos, no fio do discurso compreender e depreender quais são e como funcionam as cicatrizes discursivas desses enunciadores.

Salientamos que o E1, mesmo pertencendo à categoria dos avós, ao formular *‘português e / alguma coisa em italiano’*, demonstra um apreço e uma identidade nacional ao colocar em primeira ordem a língua portuguesa. Como tem 62 anos, isso indicia que nasceu numa época posterior ao auge das políticas repressoras ocorridas principalmente nos anos 30 e 40 do século XX e num momento histórico no qual as políticas nacionalistas já haviam difundido a língua portuguesa na maioria dos espaços sociais, inclusive nas casas dos descendentes de imigrantes. Ressaltamos que para a AD a faixa etária não é significativa, no entanto observamos a idade dos entrevistados com o intuito de compreender as condições de produção que constituíram cada sujeito. Analisamos dessa forma, pois entendemos que

toda língua é, ao mesmo tempo, o lugar do repouso e o lugar do estranhamento, o lugar da interdição e o lugar do gozo ... A subjetividade que a língua constrói não se completa nunca, pois ela sofre transformações importantes ao longo da vida do indivíduo; ela não é nunca completa, nunca acabada: ela se constitui à medida que se dão as experiências individuais que são sempre e necessariamente sociais. Não há língua-origem, língua pura, única, perfeita, fechada, a não ser na idealização – invenção – do imaginário, responsável pelo sentimento de identidade que nos protege do conflito constitutivo de toda subjetividade. Toda língua como todo sujeito são atravessados por outros, pelo Outro, toda língua é o outro... (CORACINI, 2007, p. 131).

De fato, a língua que constitui, que acolhe, é a mesma que tira o sossego, que desestabiliza, que interdita, pois a língua não é minha, a língua é o outro, é do outro e que produz no sujeito momentos de identificação. Pela inconstância e instabilidade a língua torna-se fagulha que se espalha e que ora queima e ora acalenta, pois compreendemos que

O sujeito falante seria constituído não só pelo Português, mas também pela língua “apagada” ou por elementos dela, de tal modo que esta última funciona ainda discursivamente, na atualidade, em sua forma de língua apagada mesmo. Se isto é assim podemos considerar que a língua apagada ocupa um lugar no sujeito (PAYER, 2003, p. 223).

Retornando às sequências anteriormente expostas podemos inferir que os enunciadores identificam-se com a língua do outro, neste caso com o italiano, pois a mencionam como uma das línguas faladas em seu cotidiano. Ela apresenta-se como elemento constitutivo desses sujeitos, representa a heterogeneidade que os constitui.

Nesse sentido é importante retornarmos à SD 02 para discutirmos ainda mais os processos de identificação à língua.

E4 (A) SD 02: Eu conheço o italiano e o brasileiro, né? / É / eu tinha sete / quero ver / sete anos e não sabia falar nada em português / É em português, né / é / é / português não sabia nada / eu estudei o catecismo tudo em italiano / e depois aí de catorze ano daí me tocou virar tudo a língua / tudo brasileiro.

Nessa sequência, pela presença múltipla de idiomas (brasileiro, português, italiano) constitutivos do sujeito destaca-se a questão da heterogeneidade linguística. No entanto, o que nos instiga nesta análise é a ordem na qual os idiomas são mencionados. Mesmo que o enunciador nos dê indícios de que não mais fala a língua italiana ‘*daí me tocou virar tudo*’ a menciona como primeira e utiliza um verbo no presente ‘*eu conheço o italiano*’. Assim como nos diz Pêcheux (2012), é uma memória que funciona na atualidade e que cria um espaço tenso e contraditório nos processos identificatórios. O fato de conhecer a língua italiana não é uma questão de prestígio, é sim, antes de tudo, uma marca da constituição nesse espaço de entre-línguas, uma cicatriz que não pode ser apagada pelo tempo, pois, ‘*virou tudo*’, ou seja, abdicou da língua italiana para falar a língua portuguesa, no entanto identifica-se com essa mesma língua quando precisa atribuir um nome à sua língua. Observemos isso a partir da seguinte SD:

E4 (A) SD 12: [E se a senhora tivesse que dar um nome pra sua língua?] Língua italiana / né / Língua italiana / sim / porque nasci e quase até os quinze anos falei sempre italiano

Contemporaneamente, saber uma segunda língua ou mais é uma necessidade e uma questão de prestígio social, no entanto, para os descendentes de imigrantes italianos dessa faixa etária (avós), conhecer e falar outra língua, que não a nacional, era motivo de estigma.

Assim como definiu Stübe (2008, p. 168), a interdição foi muito mais que um ato político, foi uma agressão. Concordamos com Stübe, pois entendemos que um dos sentidos possíveis para interdição é o ato de privar, bloquear, paralisar. No contexto do Estado Novo a interdição tornou-se uma agressão, pois ocorriam proibições severas quanto ao uso de línguas estrangeiras e além disso, punições para aqueles que tentassem burlar tais determinações. As legislações específicas daquela época e a intensiva ação policial são exemplificativas daquilo que denominamos como agressão. Pelo Decreto-Lei previa-se normas para a plena adaptação dos estrangeiros em solo brasileiro, no entanto, destacamos que para o cumprimento de tais determinações inclusive o Ministério da Guerra fora mobilizado, conforme pode ser visto no artigo 7º do referido documento. Por isso, compreendemos que se instaurou um clima de “guerra” com conseqüentes penalidades a quem não se adaptasse às convenções determinadas pelo Estado.

Os processos de interdição motivados pelas políticas de nacionalização foram de fato eficazes, pois na contemporaneidade identificamos na SD 13 a recusa da primeira língua (língua italiana).

E4 (A) SD 13: [Então quando que a senhora fala a língua italiana, quando que a senhora ouve alguém falar a língua o que que a senhora sente? Que sentimento que dá?] Ah / ma dá até uma tristeza / eu tenho até raiva dela / (RISOS) / porque parece que eles falam / assim rasgado / sabe / Gostei muito mais do português [É?] Do que italiano / Italiano parece que não / não é bonito / alemon /// Deus me livre / (RISOS) [Então a senhora acha / hoje a senhora acha a língua portuguesa...] É boa. [Boa.] Pra mim / sim

Observamos nessa sequência a recusa da língua italiana, embora anteriormente esse enunciador tenha dito que a sua língua era a língua italiana, conforme pode ser observado na SD 12 ‘Língua italiana / né / Língua italiana / sim / porque nasci e quase até os quinze anos falei sempre italiano’. Há uma fusão de línguas. As línguas fundem-se e constituem um sujeito heterogêneo que na ordem do simbólico se inscreve em línguas diferentes, pois ambas significam e fazem sentidos diversos. São línguas diferentes para esse sujeito, pois uma é a língua ‘de casa’ e a outra é a língua do Estado. Diante disso nos questionamos: Que processo é esse no qual o sujeito se identifica e posteriormente recusa? Podemos perceber que esse processo de recusa é complexo, pois no fio do discurso elementos escapam e acusam processos identificatórios à língua negada. O enunciador nega, mas enuncia com marcas dessa língua aparentemente negada. Na palavra ‘alemon’ identificamos um funcionamento linguístico que aponta para o discurso da língua italiana. Mesmo que não interesse para essa pesquisa os traços fonéticos, decidimos manter e destacar esse traço na fala, pois indicia mais

um funcionamento da língua italiana na língua portuguesa. A língua italiana não possui sons nasais, desse modo, para o sujeito que aprendeu a língua italiana e posteriormente a língua portuguesa articular um ‘ão’ de alemão torna-se estranho. Desse modo, escapa em sua fala ‘alemon’, um elemento ‘*estranhamente familiar*’.

Ao falar dos sentimentos que são motivados pela língua italiana é possível depreender os termos ‘*tristeza*’, ‘*raiva*’ e ainda o adjetivo ‘*rasgado*’. Ao que os substantivos abstratos estariam ligados, que sentidos podemos depreender desses termos? Considerando que o enunciador fora interdito pelas políticas de nacionalização e que tenha falado somente a língua italiana até os quatorze anos de idade, interpretamos que a ‘*tristeza*’ e a ‘*raiva*’ são sentimentos despertados na e pela língua, mas que estão intimamente atrelados às condições de produção. Faz-nos inferir que a tristeza e a raiva tenham sido de fato sentimentos que afloraram quando os descendentes de imigrantes foram obrigados a silenciar a língua de imigração. A atribuição do adjetivo ‘*rasgado*’ foi outro elemento intrigante para nossas análises.

Rasgar possui diferentes sentidos, mas nessa situação enunciativa nos deteremos em dois sentidos possíveis. Considerando que a língua italiana possui como marca a sua sonoridade o que leva o enunciador afirmar que a língua italiana seja rasgada? Entendemos que ela fora rasgada, no sentido de ser interdita pelo Estado, enquanto língua não nacional e que funcionava entre os descendentes de imigrantes italianos. Trazemos à baila outro sentido possível para rasgar, ou seja, o sentido de que quando se rasga algum objeto, restam fragmentos, ou então o rasgo remete a uma fissura, a uma cicatriz. Para os descendentes de imigrantes italianos, e sobretudo os da terceira idade (avós), a língua italiana é de fato uma cicatriz que significa, que os constitui. Nas palavras de Eckert-Hoff (2010, p. 104), “a relação com a(s) língua(s) deixa *spuren*, cicatrizes, há sempre um conflito entre o desejo e a falta, entre o estranho e o familiar. Isso porque a língua, seja ela materna, seja ela estrangeira, é sempre herdada, é sempre do Outro”.

Entendemos que o desejo pela língua do outro foi deixando cicatrizes capazes de promover uma ilusória identidade nacional. Interpretamos o “*Gostei muito mais do português*” como uma cicatriz dessa identidade construída pela opressão, uma tentativa de apagar a língua que ainda funciona. Outro traço que nos intrigou foi a utilização do pronome ‘*eles*’. Ao falar da língua de casa, aquilo que era familiar torna-se estranho. Observamos uma contradição nas palavras do enunciador 4. Há a presença do estranho (língua portuguesa) e o familiar (língua italiana). Quando a enunciativa comenta que sente tristeza e raiva ao ouvir falar da língua italiana compreendemos que há um processo de denegação.

Pela formulação da SD 13 que aqui é retomada ‘*Ah / ma dá até uma tristeza / eu tenho até raiva dela / (RISOS) / porque parece que eles falam / assim rasgado / sabe/ Gostei muito mais do português. [É?] Do que italiano / Italiano parece que não / não é bonito / alemon /// Deus me livre / (RISOS) [Então a senhora acha / hoje a senhora acha a língua portuguesa...] É boa.[Boa.] Pra mim, sim*’, compreendemos que ao mencionar que sente dor, raiva, atualiza as condições de produção do período da nacionalização e aponta nessa tensão cicatrizes de sua constituição linguística. Entendemos que as cicatrizes que lhe marcam e que ora são (re)veladas na enunciação sustentam um imaginário de brasilidade. Ou seja, para ser brasileiro seria necessário falar a língua portuguesa, era preciso gostar do português e abdicar da língua italiana - condições impostas pelo Estado - desse modo, a manifestação de repúdio à língua italiana era uma atitude que possibilitaria a inscrição no imaginário de brasilidade. Desse modo, compreendemos que o sentimento de raiva está ligado ao contexto que outrora lhe interditou o falar e não necessariamente a língua italiana, a qual ainda lhe constitui conforme pode ser observado na SD 12: ‘*[E se a senhora tivesse que dar um nome pra sua língua?] Língua italiana, né / Língua italiana / sim / porque nasci e quase até os quinze anos falei sempre italiano*’. Compreendemos dessa forma que apesar de recusar a língua de imigração essa ressoa ao identificar-se com ela enquanto sujeito sócio-histórico. Como nos aponta Payer (2005), esses traços de memória da língua interdita constituem, também, ao lado da língua nacional, a linguagem e o sujeito da linguagem.

Ainda nos debruçando sobre a SD 13 observamos que o enunciador atribui o adjetivo boa para a língua portuguesa. Há, no entanto, uma vaguidade nessa adjetivação. Que sentidos podemos atribuir ao adjetivo ‘boa’? É boa para quem? Boa para o Estado, pois a língua era objeto de soberania nacional. Boa para os imigrantes, pois através dela havia a possibilidade de participação social, de inscrever-se enquanto brasileiro. Boa língua em oposição às demais línguas que circulavam e portanto, eram ruins? Essa atribuição de ‘boa’ língua atualiza os sentidos e desejos do Estado Novo, que pela/na língua atingiram os objetivos de dominação, ou seja, segundo Labes (2007) o mal foi cortado pela raiz e assim silenciou-se a cultura de um povo que então fora obrigado a falar baixinho.

As discussões que seguem estarão preocupadas em discutir os processos de interdição de língua pelo viés do silenciamento.

3.3.3 Silenciamento de línguas

Já abordamos anteriormente alguns conceitos de língua que nos direcionam teoricamente na perspectiva a qual nos filiamos. Nesse sentido e para complementar as discussões até então realizadas, trazemos para esta seção alguns apontamentos conceituais propostos por Ferreira (2003) acerca de língua. Segundo a autora, a língua, enquanto materialidade discursiva, para a Análise de Discurso se distingue da língua do linguista, pois não abarca a totalidade de sentidos, é opaca, possui um modo particular de produzir equívocos, tem um funcionamento ideológico entre outros aspectos. Acrescenta ainda que “para o analista de discurso a língua não será objeto de investigação primordial, mas um pressuposto fundamental para analisar a materialidade do discurso” (FERREIRA, 2003, p. 197). Diante disso, trazemos à baila outro conceito caro para a AD e que está sendo objeto de estudo de inúmeros analistas de discurso, o silêncio. Para discutirmos a categoria de silêncio, iremos nos apoiar nos estudos desenvolvidos por Orlandi (2007).

Alguns questionamentos insistem em fazer parte deste texto e por esta razão os apresento: O silêncio da língua? O silêncio na língua? Que silêncio? Silêncio que constitui, silencia ou significa?

Para iniciar esse percurso de reflexões e aproximar os conceitos de língua e silêncio fazemos uso das palavras de Orlandi (2007) ao nos apresentar um estudo que demonstra que o silêncio é fundante. Para a autora,

o silêncio é a matéria significante por excelência, um *continuum* significante. O real da significação é o silêncio. E como nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso. (ORLANDI, 2007, p. 29).

Diante da reflexão da autora queremos demonstrar que nos apoiamos num conceito de silêncio que se diferencia do silêncio mítico ou religioso para assumirmos uma concepção de silêncio que esta intimamente associada às questões de linguagem, ou seja, mais precisamente ao discurso.

Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante. O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido. (ORLANDI, 2007, p. 68).

O silêncio ao qual nos referimos é aquele que exerce poder sob o discurso. É aquele que participa do jogo da linguagem, que (re)vela, que mostra e esconde, pois o silêncio é

contínuo e nele sempre há sentidos, por esse viés, “com efeito, a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras” (ORLANDI, 2007, p. 70).

Além do silêncio fundador, Orlandi (2007) nos apresenta também a política do silêncio. Para a autora, a política do silêncio ou silenciamento divide-se em duas formas de existência: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O primeiro determina que quando um indivíduo enuncia uma determinada sentença o faz diante de escolhas específicas. Para dizer A é preciso silenciar B. Dessa forma, alguns sentidos são produzidos e outros não. Por sua vez, no silêncio local há a interdição explícita do dizer. A censura, por exemplo, nos demonstra o funcionamento dessa forma de silêncio. A autora destaca que a censura, aqui, também é considerada em sua materialidade linguística e histórica e, portanto, discursiva. Voltando-nos ao *corpus* discursivo desta pesquisa, podemos apontar que há nos discursos dos entrevistados marcas mais aparentes da censura entre os enunciadores da terceira idade.

Diante dessas reflexões essenciais, a partir de agora nos deteremos mais precisamente na categoria da política do silêncio ou silenciamento.

Apresentamos no primeiro capítulo o Decreto-Lei (exposto na página 35) e destacamos naquele documento alguns elementos que ratificavam a criação de uma nação fortalecida pelo sentimento de nacionalismo. Nos destaques também podemos encontrar elementos que determinavam a interdição da língua de imigração e seu conseqüente silenciamento. Analisando as SDs selecionadas para esta pesquisa e contextualizando-as através de documentos oficiais nos indagamos: Silêncio da língua ou silêncio na língua? Discursivamente, os sentidos que se apresentam diante destes questionamentos são múltiplos e respondemos aos questionamentos de maneira distinta. Para o primeiro questionamento, afirmamos que houve sim o silêncio da língua de imigração (censura) visando a implantação do idioma nacional e enquanto imigrantes os indivíduos calavam-se diante da língua diferente, ocasionando um silêncio na língua.

A relação com o “dizível” é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizível possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer. (ORLANDI, 2007, p. 77).

Para prosseguirmos em nosso gesto de interpretação, gostaríamos de retomar um excerto da citação acima exposta: ‘não se pode dizer o que se pode dizer’. Os descendentes de imigrantes italianos, sobretudo até as três primeiras décadas do século XX, ainda utilizavam significativamente o idioma do país de emigração. No espaço familiar, no aconchego do lar

havia espaço e autorização para a língua do país de origem. Ali se podia dizer aquilo que se podia/sabia dizer. Em outros espaços sociais (escola, reuniões sociais), eram obrigados a utilizar o idioma nacional deste país, idioma muitas vezes ainda desconhecido, alheio. Esse idioma os obrigava a calar/ não dizer, pois aquilo que sabiam (língua de imigração) dizer não podiam dizer.

Desse modo foi instaurando-se um silenciamento local que visava atender a política do silêncio que estava em consonância com a lei, com o Estado. Dessa forma retomamos dois questionamentos: o silêncio da língua ou o silêncio na língua? O silêncio da língua, sua interdição oficial silenciou não só o idioma, silenciou os sentidos e as razões de não mais ter o direito de falar o idioma caro, o idioma do aconchego, os motivos oficiais para a imposição do idioma nacional do Brasil circularam através de decretos-lei, de discursos acirrados e por meio de gestos perversos dos agentes do Estado. A interdição provocou o silêncio na língua, ou seja, a impossibilidade de falar pelo não conhecimento de determinada língua foi, dessa forma, constituindo os sujeitos, foi deixando marcas, falhas de um idioma silenciado, mas que em diferentes momentos ressurgem, ressoa, diz.

Observemos a partir da SD 14 aquilo que chamamos de silêncio na língua.

*EI (A) SD 14: foi uma pena ter deixado / porque / a gente deveria ter incentivado / e o pai nos ter incentivado e nos ter incentivado nossos filhos né / tanto porque agora minha sobrinha / ela é de origem alemã e ele italiano e estão ensinando o menino a falar em alemão / o menino tanto fala em português como em alemão / daí o pai ensina o português e a mãe fala e a outra vó fala / em alemão / então eu acho que isso deveria ser / uma língua a mais nós os italianos deveríamos ter / um pouco de relaxamento talvez / que proibido na minha época não era mais proibido eu acho bonito **[na tua época não era mais proibido]** não **[mas antes você]** acho que quando a mãe era bem pequena ainda né / porque eu não lembro assim acho que foi no tempo da guerra mais né **[ela contava alguma coisa]** não a mãe / os meus tios / o tio mais velho ele contava **[ele falava que era proibido]** foi uma época que era proibido / tanto nas escolas como em lugares públicos / mas no nosso tempo / não mais **[e você lembra de alguma história que ele tenha contado dessa proibição]** é ele contou que até uma época / ele contava pra nós / que até uns livros que minha avó tinha / escrito em // italiano que a avó escondeu / porque se os caras chegassem nas casas e vissem / eles prenderiam eles né²⁸*

A partir dessa SD trazemos para a discussão duas formulações: ‘*acho que foi no tempo da guerra*’ e ‘*se os caras chegassem nas casas e vissem/ eles prenderiam eles né*’. Observemos que linguisticamente há no enunciado da entrevistada uma incerteza declarada quanto ao fato e quanto aos responsáveis pela implantação da língua portuguesa em

²⁸ Esta sequência em outras partes da pesquisa se desmembra e compõe as SDs 15 e 21.

detrimento dos idiomas de imigração. Na formulação dos enunciados, pela marca ‘*acho que*’ e ‘*se os caras*’ instaura-se o anonimato, o que também entendemos como uma tentativa de atenuação do então acontecimento histórico e dos responsáveis pelas legislações em vigor naquela época, bem como suas reais finalidades. Na formulação ‘*acho que foi no tempo da guerra*’ o enunciador faz uma tentativa de situar o acontecimento histórico da interdição das línguas de imigração (aqui tratado como acontecimento discursivo) na cronologia da história, mas pela formulação suspende a informação. A não nomeação, ou então, o verbete ‘*os caras*’ além de não delatar os envolvidos naquele acontecimento, mas(cara) a força repressora que os mesmos possuíam.

Diante dessas considerações, finalizamos essa seção destacando que o acontecimento de silenciamento das línguas de imigração provocou rasgos, cicatrizes que por vezes são mas(cara)das, e mesmo sob a égide dos disfarces se inscrevem na enunciação, são (re)veladas a cada novo gesto de interpretação.

Ao enunciar ‘*acho que foi no tempo da guerra*’ entendemos que o silêncio na língua instaurou entre aqueles que vivenciaram aquele momento um silenciamento constitutivo capaz de fundar um sujeito aparentemente não resistente ao nacionalismo e que gradativamente estava incorporando ao seu cotidiano o idioma nacional. Retomamos a questão da aparente resistência, pois ainda nesta pesquisa indicaremos marcas da língua de imigração que continuam significando e, portanto, apontam para um sujeito constituído no conflituoso espaço do entre-línguas.

Ao proferir ‘*se os caras chegassem nas casas e vissem/ eles prenderiam eles né*’ o entrevistado retoma a incerteza dos envolvidos no processo de implantação do projeto do Estado Novo. Quem eram ‘*os caras*’? Policiais? Inspetores? Inferimos que fossem agentes do Estado encarregados de vigiar e punir, pois a história oficial nos oferece subsídios para que assim entendamos. Esses ‘*caras*’ são lembrados por um nome comum ‘*caras*’, mas estavam autorizados a entrar nas casas, no espaço próprio e privado dos imigrantes e ali vasculhar, encontrar e aplicar a lei. No anonimato de nomes, mas(cara)vam o glotocídio²⁹ que ali se efetivava. No Decreto-Lei apresentado acima, podemos identificar quem eram ‘*os caras*’. No artigo 8 e no 19 identificamos que o Conselho de Imigração e o de Segurança eram responsáveis por nomear agentes que deveriam inspecionar secretamente e fazer cumprir a lei de nacionalização em prol do fortalecimento da nação.

²⁹ Stübe (2008, p. 87) define glotocídio como a “proibição de uma língua visando à sua extinção”.

Sujeitos nominados ou não, a serviço da força nacional, esses ‘*caras*’ faziam com que a lei fosse cumprida, ou seja, que quem quisesse continuar no jogo deveria acatar às ordens superiores responsáveis por tirar a máscara daqueles que ainda estivessem travestidos com máscaras diferentes da nacional. Além da máscara, retomamos a noção de ‘*na*’ e ‘*da*’ língua defendida por Payer (2006). Esses ‘*caras*’ foram os responsáveis por criar uma memória da língua italiana como sendo uma língua a ser banida, apagada. Todos os esforços voltavam-se para que se implementasse um Estado uno, uma nação que fosse linguisticamente homogênea. Objetos originários de outros países, documentos em língua estrangeira, livros deveriam ser descartados, sem sombra de dúvidas e nesse sentido a língua também carregada de afeto, ignificação deveria ser banida, esquecida. Zanini (2002) ilustra aquele contexto afirmando que

Os objetos do mundo da casa, carregados de afeto, tornavam-se perigosos porque revelavam pertencimento e origem. Era comum destruir-se documentos, transformar móveis para descaracterizá-los como italianos, queimar fotos, quadros ou bem pessoais que pudessem ser atributos de italianidade. As lembranças das fogueiras ardendo permanece viva nas memórias de muitos descendentes idosos que compreendendo ou não o que se passava, também participaram do processo de auto-destruição. Objetos eram guardados em galpões, em árvores, enterrados permitindo que não o fogo, mas o tempo os consumisse. (ZANINI, 2002, p. 192).

Diante disso entendemos que o ‘*virar a língua*’, (SD1) foi um processo de autodestruição ao lado de todos os sentidos que deveriam ser banidos em cumprimento à lei. Ao permitir que esses sujeitos narrem suas histórias de constituição linguística permitimos também que saberes até então ocultos sejam (re)velados nos traços da memória discursiva.

Em outra SD é possível observarmos que os agentes de fiscalização designados pelo Estado eram escolhidos entre os membros das comunidades.

E7 (A) SD 15: meu pai era comissário no Engenho Velho³⁰. [Sim]Eee/ / dai / eles nã / ele tinha que cuidar de não deixar o pessoal falar italiano / né [Ah, ele tinha que cuidar?] Sim / ahã / tinha cuidar / Uma época eu me alembro que // chegou um / num barzinho no Engenho Velho e pediu / cachaça / em italiano / e dai disse que não podia / que não podia falar italiano // Disse que era muito proibido / não podia / qualquer coisa eram PRESOS né [Sim// Daí o pai da senhora tinha essa/ essa função] Sim / ahã/ ele era delegado.

Independente da designação feita aos agentes do Estado, ‘*comissário*’ ou ‘*delegado*’, destacamos a sua função na sociedade ‘*cuidar de não deixar o pessoal falar italiano*’, era a lei, a política de nacionalização sendo cumprida, sendo exercida em todas as esferas sociais. Foi nesse clima de terror que os descendentes de imigrantes foram constituindo-se, foram se

³⁰ Engenho Velho é uma comunidade do interior do município de Concórdia- SC.

inscrevendo em determinadas FDs e tornando-se sujeitos repletos de marcas, marcas que hoje podem ser apreendidas em seus discursos, em suas narrativas pessoais de constituição linguística.

A questão da interdição, aqui tratada também como silenciamento das línguas de imigração, é o que moverá as discussões do próximo capítulo atentando para os efeitos desse complexo acontecimento histórico.

4 OS SENTIDOS NA VERTICALIDADE DA LÍNGUA

*Abrindo um antigo caderno foi que eu descobri:
Antigamente eu era eterno.
(PAULO LEMINSKI, 2013, p. 144).*

Partimos da epígrafe deste capítulo para aprofundarmos algumas reflexões acerca das noções de intradiscurso e interdiscurso. ‘*Antigamente eu era eterno*’ nos aproxima do conceito de interdiscurso, o qual se inscreve no eixo da constituição dos sentidos e dos sujeitos. Ao eixo que nos explica que nossas palavras não são nossas, pois já significaram em outras condições de produção e, por serem ‘*eternas*’, voltam a se inscrever (intradiscursivamente) em novos contextos, produzindo sentidos e sujeitos outros. Destacamos “*antigamente eu era eterno*”, pois os já-ditos pré-existem a nossa existência, e, ao sermos tomados e constituídos pela língua, o fazemos a partir de saberes que já se inscreveram em outras redes de sentidos. Temos, segundo Pêcheux (2009), a ilusão de sermos a origem dos sentidos, mas como bem diz o autor, essa originalidade é apenas uma ilusão.

4.1 NA (IN)DISTINÇÃO DOS CONCEITOS: ALGUNS APONTAMENTOS

Para discutirmos os possíveis efeitos de sentidos produzidos pelos enunciados, analisando o intra e o interdiscurso, inicialmente recorreremos a Pêcheux, pois o autor propõe explicar o caráter material do sentido e dos enunciados, considerando “o todo complexo das formações ideológicas” a partir de duas teses, a saber: (i) “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifos do autor), e

(ii) *toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas.* (PÊCHEUX, 2009, p. 148, grifos do autor).

Destacamos na primeira tese que pela porosidade da língua “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido*” e produzem sentidos e sujeitos de acordo com as formações ideológicas, “*designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser*”. Considerar que as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva (FD) a outra ou até mesmo palavras ou expressões diferentes podem produzir o mesmo sentido ao se filiar a uma determinada FD, nos faz compreender o quão complexa é a constituição linguística do sujeito.

É pela/na língua que o sujeito se produz e ainda, na língua, encontra pontos de estabilização que lhe possibilitam “aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.” (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Durante o Estado Novo, no intuito de criar e fortalecer a identidade nacional, as políticas de nacionalização valeram-se da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, entendendo a língua como um instrumento capaz de produzir determinado sujeito, pois, naquela conjuntura, as leis “orientavam” aquilo que se poderia e deveria ser dito, além de, dissimuladamente, o “como” deveria funcionar a língua(gem) de determinadas etnias. Compreendemos a partir da primeira tese pecheutiana, sobre a constituição dos sentidos, que a ideologia, o sujeito e o sentido constituem a trama capaz de explicar o caráter material da língua.

Não abandonando a primeira tese, a partir de agora direcionamos nossas discussões, pontualmente, para as noções de interdiscurso e intradiscurso e para isso nos apoiamos na segunda tese de Pêcheux (2009, p. 148, grifos do autor): “(ii) *toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas.*”

Retomamos a proposição ‘*antigamente eu era eterno*’ para discutirmos o conceito de interdiscurso, ao já-dito, aquilo que para Pêcheux (2009) vem a constituir “o todo complexo dominante”. Esses já-ditos que sustentam o fio do discurso desencadeiam novas significações, a partir das condições de produção. O autor acrescenta ainda que “pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’” (PÊCHEUX, 2009, p. 154, grifos do autor).

É na materialidade linguística, no “fio do discurso”, que podemos a partir do intradiscurso, interpretar marcas de distintas FDs e analisar as relações entre sujeito, ideologia, condições de produção e inconsciente. Assim, retomando o que foi exposto, é possível compreender de que há no funcionamento do discurso saberes já-ditos que sustentam os dizeres atuais e, desse modo, afirmamos que o interdiscurso se relaciona com o intradiscurso. Para Orlandi (2012a, p. 32) os dizeres se presentificam no discurso, pois “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas palavras’”.

Se pensarmos o interdiscurso e o intradiscurso, assim como mobilizados por Courtine (2009), podemos representá-los pela intersecção de dois eixos: um eixo vertical e outro

horizontal. A relação existente entre esses dois conceitos pode ser explicada, segundo Orlandi (2012a), pelo fato que todo dizer é sustentado pelos saberes já-ditos. Compreendendo a relação dos já-ditos com aquilo que está sendo dito, permite-nos entender a relação intrínseca entre interdiscurso e intradiscurso, aqui também considerados como memória e atualidade. Aquilo que está sendo dito (atualidade), formulado, encontra no eixo interdiscursivo a sustentação, o pré-existente (memória) que lhe confere possibilidade de dizer e o inscreve em uma determinada FD.

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é nesse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2012a, p. 33).

Enfatizamos que pela confluência dos dois eixos: constituição-memória-interdiscurso e formulação-atualidade os sentidos podem deslocar-se. Nesse deslocamento instaura-se uma nova rede de sentidos, produzindo assim um acontecimento discursivo. Nas palavras de Pêcheux (2012), o ponto de encontro de uma memória com uma atualidade recebe o nome de acontecimento. Salientamos que nossas análises estão ancoradas no acontecimento histórico denominado Estado Novo, no qual as políticas nacionalistas almejavam a criação e fortalecimento de uma identidade nacional, de um sentimento de brasilidade e que ocorreu oficialmente nos anos 30 e 40 do século XX. O referido acontecimento histórico, nesta pesquisa será tratado como um acontecimento discursivo, pois interpretamos que na confluência dos eixos, produziram-se deslocamentos e instaurou-se uma nova série de produção de efeitos de sentidos.

Para entender esse deslocamento, apoiamo-nos na tese pecheutiana a qual define o acontecimento como o encontro de uma memória com uma atualidade.

O acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 2012, p. 52).

Podemos interpretar que as políticas nacionalistas do Estado Novo instauravam pela/na língua uma nova rede de sentidos para as línguas de imigração, provocando um rompimento de certas regularidades e instaurando dessa forma um acontecimento discursivo.

Acontecimento esse que ressoa nas narrativas de descendentes e que pode ser analisado. Pela instauração do acontecimento da língua, os sujeitos e sentidos vão se constituindo permeados pelos fatores ideológicos, sociais e políticos que implicam nessa trama de significações, nesse movimento,

este ponto de encontro é onde o enunciado, proveniente na estrutura interdiscursiva, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito, no intradiscurso. E nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o *efeito de memória*: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados. (INDURSKY, 2003, p. 103, grifos da autora).

Nessa pesquisa, ao tratar do acontecimento discursivo de interdição das línguas de imigração, analisamos algumas regularidades³¹ presentes nas formulações dos entrevistados e identificamos no intradiscurso a atualização de alguns ideais do Estado Novo. O Decreto-Lei e as demais leis instituídos pelo então presidente Getúlio Vargas, não mais estão em vigor, há outras condições de produção, no entanto os sentidos daquele período histórico ressoam na discursividade, são atualizados pela/na memória discursiva e continuam constituindo sujeitos e sentidos.

Como destacado, estamos tratando de um acontecimento histórico específico: a política de nacionalização. Para Pêcheux (2010, p. 49-50) “um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”.

Nessa mesma perspectiva, Indursky (2003) pondera que um acontecimento ocorre quando há a ruptura de discursos estabilizados dentro de uma determinada conjuntura histórica. A quebra dessa aparente estabilidade provoca o surgimento de novas redes de sentido, ou seja, ocorre uma ruptura no *continuum* de sentidos que afetam a memória. “Isso permite afirmar que a memória entrelaça inextricavelmente repetibilidade e acontecimento.” (INDURSKY, 2003, p. 114).

Analisamos, nas SDs recortadas, regularidades no funcionamento discursivo que se materializam em palavras, expressões ou omissões as quais interpretamos como a presença da censura da língua de imigração. Entre as regularidades analisadas destacamos a recorrência do verbo ‘*proibir*’ e suas paráfrases e os diferentes modos de se produzir a interdição.

³¹ Essas regularidades encontram-se sistematizadas na Tabela 1, no subcapítulo: Traços de memória discursiva: acontecimento e repetibilidade, p. 84 e pelos modos de se produzir interdição no subcapítulo: Traços de memória discursiva: funcionamento da interdição, p. 86

4.2 O ENCONTRO DA MEMÓRIA COM A ATUALIDADE

Ao tratarmos a questão da interdição das línguas de imigração enquanto acontecimento discursivo compreendemos que instaurou-se aí uma ruptura capaz de instaurar uma nova série de sentidos. Nessa ruptura, destacamos os traços de memória discursiva enquanto acontecimento e repetibilidade e o funcionamento de efeitos da interdição.

4.2.1 Traços de memória discursiva: acontecimento e repetibilidade

Até o período do Estado Novo, a língua de imigração era a língua do outro país, nominadas de língua alemã, língua italiana, língua polonesa, etc. Durante aquele período tornou-se a língua proibida, a língua do estereótipo, a língua (mal) dita, a língua do silêncio. Indiferente da nomeação recebida, o período estadonovista provocou a ruptura do funcionamento da língua de imigração pela via da censura e essa interrupção provocou a instauração de novos sentidos: instaurou um acontecimento discursivo.

Observamos, nas SDs que compõem esta pesquisa, regularidades, as quais interpretamos como sentidos da interdição da língua de imigração que ainda produzem efeitos na contemporaneidade.

Quando os entrevistados narraram suas experiências com relação à língua italiana, pela recorrência do verbo *‘proibir’* e suas paráfrases, produzidas no intradiscorso, interpretamos por vezes a atualização e por outras a rememoração das políticas estadonovistas e os efeitos da interdição. Nesse sentido, apresentamos abaixo uma tabela exemplificativa com determinadas marcas linguísticas a fim de propiciar um quadro geral e orientar as análises que seguem:

Tabela 1: Recorrência do verbo *‘proibir’* e suas paráfrases nas SDs mobilizadas

Nº	Marca Linguística	Categoria	SD
01	<i>[...] foi uma época que era proibido</i>	Avós	SD 14
03	<i>[...] ‘não posso falar’ mais em italiano</i>	Avós	SD 16
04	<i>[...] ‘não o que a minha nona falava’</i>	Filhos	SD 20
05	<i>[...] aquele tempo sabe que / ‘não podia falar’ coisa de alemão e nem italiano</i>	Avós	SD 16
06	<i>[...] ele (os familiares mais velhos) tentavam</i>	Pais	SD 23

	<i>conversar em italiano/ 'pra gente não saber o que que era' né/ pra não descobrir</i>		
07	<i>[...] proibido na minha época não era mais proibido</i>	Avós	SD 01

Fonte: A autora

Observamos que entre os enunciadores da terceira idade há a recorrência do verbo proibir quando questionados sobre o funcionamento da língua italiana. Pontualmente, dois desses participantes declaram em suas narrativas que foram censurados com relação ao uso da língua de imigração, pelo Estado, pois explicitamente enunciam *'era proibido'*. Entendemos, dessa maneira, pelo intradiscorso, que vivenciaram o acontecimento da interdição da língua de imigração. Além disso, eles não atribuem o acontecimento aos familiares, inserem-se como protagonistas da interdição linguística do período estadonovista.

Compreendemos que pelo efeito da interdição os entrevistados da terceira idade, ao assumirem a posição de protagonistas do silenciamento, sinalizam o quão fortemente foram interpelados pela ideologia do Estado Novo pois lhes falta no intradiscorso, na formulação, a própria referência à língua. Pelas omissões, pelas pausas ou ainda pela nomeação (*coisa*) ofuscam a permanência da interdição e solidificam a política do silêncio.

Outro entrevistado, ainda da terceira idade formula *'proibido na minha época não era mais proibido'*. Interpretamos nesse formulação que o sujeito rememora o fato da interdição da língua pelo relato de seus familiares e, para isso, seleciona e repete também o verbo *'proibir'*, indiciando a tensão daquele período. As marcas linguísticas *'não podia falar coisa de alemão e nem italiano'* e *'não posso mais falar'*, inserem-se também, pela rede parafrástica, no sentido da censura.

Entendemos que o não poder falar indicia a censura, a proibição. Nos itens 4 e 6, destacamos *'não o que a minha nona falava'* e *'pra gente não saber o que que era'*. Nesse caso, a proibição se efetiva pela exclusão de determinados falantes, de determinados membros da família. Havia, entre os descendentes, a prática de usar a língua de imigração para omitir ou proibir a participação de determinados familiares. *'Assuntos proibidos'* eram tratados nessa língua. Destacamos que esses filhos ou netos (descendentes daqueles que foram interpelados pelas políticas nacionalistas) ao tomar a língua como língua daquilo que é proibido, atualizam os sentidos da interdição.

Na formulação *'não o que a minha nona falava'* (categoria dos filhos), permite-se a língua estrangeira, mas se atualiza a proibição da língua de imigração, a língua da nona. Na

formulação ‘*pra gente não saber o que que era*’, é a própria nona que proíbe sua prole de falar a língua de imigração. Aparentemente não é proibição explícita, no entanto, intradiscursivamente interpretamos na marca linguística ‘*pra gente não saber*’, um funcionamento impregnado de proibição. Fala-se X para excluir, proibir a participação daquele que sabe apenas Y.

Interessa-nos, também, destacar que nos excertos acima expostos a proibição da língua está ligada à fala, à presença oral. Entendemos, dessa forma, que a prática da língua de imigração era predominantemente oral. Nesse sentido, ao possibilitar aos descendentes de imigrantes italianos que narrem suas histórias relativas à linguagem (língua materna, língua da nona, primeira língua, língua brasileira, portuguesa), estamos dando voz àqueles que “não puderam se inscrever institucionalmente, na ordem da Escrita” (PAYER, 2012, p. 97).

Interpretamos a recorrência e a regularidade do verbo proibir como uma cicatriz discursiva em decorrência da forte repressão getulista. Proibir era palavra de ordem e também pode ser encontrada com bastante recorrência no Decreto-Lei sancionado em favor da criação de uma identidade nacional. Mesmo que todos os enunciadores da terceira idade não tenham vivenciado o período ditador do Estado Novo, pela repetibilidade, atualizam o acontecimento e expõem o quanto foi marcante aquele período.

Assim, os discursos, ao serem retomados, podem vir a ser recuperados com outros sentidos, com outros efeitos, justamente porque entendemos a não fixidez da memória. O que é retomado significa de acordo com as condições de produção, nas quais o sujeito encontra-se em um determinado momento histórico-cultural.

4.2.2 Traços de memória discursiva: funcionamento da interdição

A questão da interdição praticada pelas políticas de nacionalização talvez seja o traço de memória discursiva que mais ressoa nas narrativas dos descendentes de imigrantes italianos, de duas faixas etárias: terceira idade (avós) e adultos (pais), mas ainda com maior ênfase para a faixa etária da terceira idade. Quando discutimos as questões de constituição linguística, pela presença da língua italiana, alguns aspectos se destacaram. Nesse viés, decidimos apontar alguns funcionamentos da memória discursiva que indiciam modos diferentes de se produzir a interdição, que serão apresentados e explorados a seguir:

- a- Interdição como sinônimo de proibição;
- b- Interdição como sinônimo de silenciamento;
- c- Interdição como sinônimo de vergonha.

Iremos, a partir de agora, explorar as categorias apresentadas, mobilizando algumas sequências em que há esse funcionamento. Como a análise de discurso enfatiza, essas são algumas interpretações possíveis e as categorias, aqui definidas, servem para tornar o trabalho mais didático, não há apenas uma rede de sentidos e a sua exaustividade, mas temos o imbricamento das categorias em funcionamento nas sequências analisadas.

Retomamos a SD 01, na qual observamos o funcionamento daquilo que denominamos de interdição pela proibição:

E1 (A) SD 01: [...] *foi uma pena ter deixado / porque / a gente deveria ter incentivado / e o pai nos ter incentivado e nos ter incentivado nossos filhos né [...] então eu acho que isso deveria ser / uma língua a mais nós os italianos deveríamos ter / um pouco de relaxamento talvez que proibido na minha época não era mais proibido [...] eu acho na minha opinião assim que o italiano foi uma das línguas que mais se perdeu / porque o alemão você pode ver / você vai ali por Arabutã tem crianças falando em alemão direto né / e nós os italianos você não vê / muito raro.*

Destacamos dessa sequência a formulação ‘*proibido na minha época não era mais proibido*’ para discutir os efeitos da interdição na constituição do sujeito da linguagem. Na formulação destacada, compreendemos que o sujeito nega ter vivenciado a interdição das línguas de imigração e, no entanto, interpretamos que essa negação indicia os efeitos da interdição. Ao analisarmos na formulação a presença do não, trazemos as reflexões de Stübe (2008, p. 177-178, grifo da autora), que entende que “o ‘*não*’ significa a presença, a voz de outro, dissimulação do discurso outro. Mascara outras vozes que, inconscientemente, atravessam o dizer do enunciador”. Nesse caso, a denegação é efeito da interdição, uma vez que não pode falar, denega. Ao enunciar ‘*não era mais proibido*’, há nessa formulação uma voz que atualiza os sentidos da censura. O advérbio ‘*mais*’ reforça a necessidade de ofuscar os efeitos da interdição, pois ao dizer que não é mais proibido, compreendemos que anteriormente era proibido, censurado.

Ainda no início da SD 01 o entrevistado formula ‘*foi uma pena ter deixado / porque / a gente deveria ter incentivado / e o pai nos ter incentivado e nos ter incentivado nossos filhos*’. A marca ‘*foi uma pena ter deixado*’, indicia o enfraquecimento do funcionamento da língua de imigração, a lástima pelo abandono do idioma e a atenuação no intradiscurso dos efeitos da interdição. O sujeito atribuiu essa não aprendizagem a uma falta de incentivo familiar, aquilo que nós interpretamos como efeitos da interdição. Pelo Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939 (exposto no capítulo II) delibera-se a proibição expressa do uso de qualquer língua estrangeira. No entanto, o que observamos nessa sequência é que a responsabilidade de não ter aprendido a língua não é atribuída ao Estado, mas à família que

deixou de incentivar a prática discursiva do idioma italiano que por sua vez foi sendo silenciado.

Interpretamos pelo fio do discurso e pela formulação que o entrevistado afetado/ constituído pela política nacionalista continua silenciando a língua de imigração e negando os efeitos de censura e repressão.

Outro efeito de interdição pode ser interpretado em:

E4 (A) SD 16: Não podia falar / se achava que falava eles prendiam / aquele tempo sabe que / não podia falar coisa de alemão e nem italiano [Hum-hum. Era um tempo difícil...] Difícil / MEU DEUS DO CÉU / Foi difícil // por isso que depois virei em brasileiro / em português e fiquei / não posso falar mais em italiano.

Observamos, na SD 16, que o entrevistado ratifica a proibição da língua de imigração na expressão ‘*Não podia falar*’. Interpretamos essa negação da fala como um efeito da proibição da língua dos imigrantes, determinada pelo Estado, sobretudo nos anos de 1937 a 1945. Interpretamos que por assumir a forma de verbo intransitivo, o verbo ‘*falar*’ produz uma série de novos sentidos. Ao deixar em aberto o complemento do verbo, instaura-se uma série de sentidos que analisamos como a impossibilidade de dizer e de se dizer pela qual os descendentes de imigrantes estavam envoltos durante o período do Estado Novo. Essa voz tolhida emerge no intradiscorso, pois apenas nas redes de sentidos é que interpreta-se que não se podia falar a língua (*coisa de alemão e de italiano*). Ainda pela materialidade discursiva, via paráfrase a palavra ‘*coisa*’ possui o sentido de língua. Só depois de narrar a história, o entrevistado consegue formular a interdição. Pela marca linguística ‘*não posso falar mais em italiano*’, o uso do verbo ‘*poder*’, no presente, denuncia o efeito da interdição. Efeito marcado no ‘*não posso falar mais em italiano*’ como uma cicatriz que constitui e que é um traço de memória da interdição da língua de imigração, atualizado no intradiscorso.

Mesmo que o enunciador não cite o Estado e o tempo histórico, inferimos, no fio do discurso, através de elementos significativos (re)velados nessa enunciação: ‘*eles prendiam/ aquele tempo sabe que / não podia falar coisa de alemão e nem italiano*’. Para fins de análise as marcas anteriormente apresentadas serão analisadas em três tópicos distintos:

(i) ‘*eles prendiam*’: o pronome pessoal ‘*eles*’, mesmo estando no plural, indica o Estado na figura de agentes que tinham a função de vigiar e censurar. Vimos no Decreto-Lei que esses ‘*eles*’, inominado nessa formulação, determinava o que, quando e como os descendentes deveriam expressar-se.

(ii) *‘aquele tempo sabe que’*: mesmo não tendo uma referência direta ao tempo histórico e ao fato político, esses são indiciados pela expressão: *‘aquele tempo sabe que’*. Ao enunciar *‘sabe que’* ressoa o efeito de evidência de que o interlocutor (pesquisador) compreenda que *‘aquele tempo’* trata-se do período estadonovista. Interpretamos nesse *‘sabe que’* uma ausência física de palavras, mas uma presença significativa de sentidos inscritos na memória discursiva. Há uma pausa após o verbo saber, uma ausência de palavras que pode evocar o silêncio que se instaurou entre os descendentes, sobretudo, durante os anos de 1937 até 1945. Nessa enunciação, entendemos que o sujeito é tomado pelo esquecimento número 2, aquele em que, segundo Pêcheux (2009), o sujeito tem a ilusão de controlar seu dizer. Ainda segundo Pêcheux (2009), essa ilusão de controle do dizer é dissimulada pela inscrição em determinadas FDs, produzindo assim, um tecido de evidências subjetivas.

Considerando as formações discursivas destacamos que

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). (ORLANDI, 2012a, p. 46).

A ilusão da evidência do sentido que se materializou no *‘aquele tempo, sabe que’* nos permite afirmar, enquanto analistas, que os efeitos da memória discursiva se desdobram no intradiscurso. Elementos do intradiscurso apontam para o caráter não transparente da linguagem e, além disso, confirmam o complexo processo da constituição do sujeito e dos sentidos.

(iii) *‘não podia falar coisa de alemão e nem italiano’*: outro exemplo de interdição, que cala o dizer, pode ser observado quando não se permite a enunciação da palavra língua, já que esta é substituída pela expressão *‘coisa’*. Tomamos os elementos linearizados do intradiscurso para entendermos os efeitos verticais da enunciação. A verticalidade dos sentidos é efeito dos pré-construídos, que constituem e sustentam os dizeres. Nesse viés, o entrevistado formula *‘coisa de alemão e nem italiano’*. Que sentidos podemos depreender de *‘coisa’*? Gramaticalmente a palavra coisa pode ser definida como substantivo, adjetivo, advérbio ou ainda como verbo, no registro coloquial, deslizando de uma classe a outra e produzindo inúmeras significações. É uma palavra bastante recorrente na língua portuguesa e seu emprego, muitas vezes, é o recurso utilizado para preencher um espaço lexical.

Na formulação que está sendo analisada interpretamos que o emprego da palavra *‘coisa’* sinaliza e atualiza os efeitos da interdição das línguas de imigração. Considerando que

a palavra *língua* é uma palavra recorrente e estava sendo o foco da entrevista, a escolha do léxico *‘coisa’* nos aponta que, para poder falar sobre a língua, se interdita esse vocábulo e, assim, se diz aquilo que quer dizer, com as palavras que pode dizer. Compreendemos assim que é justamente essa opção lexical marcada no intradiscurso que aciona os sentidos do interdiscurso, (re)velando discursivamente mais uma marca de interdição.

Ainda nos debruçando sobre a SD 16, retomamos a formulação *‘não podia falar coisa de alemão e nem italiano [...] por isso que depois virei em brasileiro /em português e fiquei/ não posso falar mais em italiano’*. Glosamos, pela formulação do entrevistado, que este foi extremamente censurado, pois teve que abdicar da língua de imigração para aprender a língua de seu atual país. Esses aspectos de censura, proibição e coerção servem para ilustrar a conjuntura do Estado Novo. Entendemos o *‘virei em brasileiro’* como um processo de identificação e inscrição à língua nacional que interdita a outra língua, a língua de imigração.

Interpretamos essa interdição quando se enuncia *‘não podia falar coisa de alemão e nem italiano’*. No entanto, compreendemos pelo marca *‘não posso mais falar em italiano’* uma atualização da interdição. Anteriormente, o verbo *‘poder’* foi empregado no passado *‘não podia’* e, logo em seguida, é referido no tempo verbal presente *‘não posso’*. Compreendemos que há, nesse jogo temporal, o funcionamento de uma mesma FD, pois é um já-dito que se inscreve de modo diferenciado no discurso, mas que representa a mesma formação ideológica (FI). Entendemos, desse modo que os efeitos da interdição ainda persistem, ainda circulam e continuam fazendo sentido e constituindo/interditando o modo de funcionamento de uma língua.

Com o intento de compreendermos alguns sentidos já estabilizados para o verbo *virar* buscamos o significado desse verbo em alguns dicionários de língua portuguesa (Houaiss, 2011; Aulete, 2011) e compreendemos algumas aproximações do sentido estabilizado pelo instrumento linguístico aos sentidos possíveis que emergiram na SD. Destacamos, entre outras acepções, que *virar* significa: pôr-se numa posição diferente daquela em que se estava; transformar-se numa outra coisa; mudar sua essência ou característica por; transformar-se.

Diante disso, dos sentidos possíveis para a marca *‘virei em brasileiro’*, destacamos dois sobre os quais faremos algumas ponderações:

(i) *‘virei em brasileiro’*: se retomarmos a SD 16 e atentarmos para o complemento dessa formulação temos *‘virei em brasileiro não posso mais falar em italiano’*. Inicialmente compreendemos que o sentido de *‘virei em brasileiro’* está colado à língua, ou seja, houve a interrupção de uma língua (italiano) pelo gesto de *‘não posso mais falar’* em benefício da difusão da língua portuguesa.

(ii) ‘*virei em brasileiro [...] não posso mais falar em italiano*’ também pode ser analisado pelo viés da inscrição em outra cultura para a constituição de um sentido de brasilidade. Conforme já exposto e discutido no decorrer desta pesquisa, um dos ideais do Estado Novo era a construção de uma identidade nacional. Considerando a língua como um instrumento de soberania nacional, a implementação do idioma nacional e a censura das línguas de imigração foi então a estratégia utilizada para a concretização desse escopo. Ressaltamos, porém, que esse processo de abasileiramento não foi tão pacífico como aparenta (não falo mais o italiano, sou brasileiro), visto que, após meio século, ainda podemos verificar a presença de marcas linguísticas e discursivas de interdição. Entendemos ‘*virei brasileiro*’ e ‘*não posso mais falar em italiano*’ como duas marcas linguísticas da interdição pelos sentidos que podem ser apreendidos: Na primeira marca ‘*virei brasileiro*’ compreendemos que se efetiva aí um processo de transformação, interdita-se o idioma italiano para emergir o brasileiro e, por isso, questionamos: é possível transformar-se em brasileiro? Que brasileiro é esse? O que é ser brasileiro para esse sujeito? Diante desses questionamentos e da marca discursiva compreendemos que há nessa enunciação a expressão de uma vontade do Estado que pelos meios coercivos foi alcançado. No entanto, pelos traços da memória discursiva, podemos entender as cicatrizes discursivas que foram ocasionadas por aquilo que anteriormente denominamos de glotocídio. Pela marca ‘*não posso mais falar em italiano*’ realizamos mais um gesto interpretativo, no qual destacamos o uso do verbo poder no presente. Na contemporaneidade não há mais a interdição, no entanto, a cicatriz, como a própria palavra já indica, deixou uma marca indelével na qual a censura continua acesa e a língua continua encoberta pelas cinzas de um acontecimento histórico marcado pelo medo, pela recriminação, pelo silêncio.

É importante apontar que os traços de memória que indicam a interdição da língua italiana, de modo mais enfático, encontram-se nas narrativas dos enunciadorees com maior idade (81 anos), como pode ser notado na SD 16. Nos enunciadorees 1 e 5, embora com uma diferença de idade de duas décadas e com respectivamente 62 e 42 anos, percebemos uma atenuação nos efeitos da interdição. Atribuímos essa atenuação da interdição por considerar que o período compreendido entre os anos de 1937 a 1945 foi o período de interdição oficial. Os mesmos apontam a interdição como um fato rememorado. Sendo assim propomo-nos a analisar o que está sendo formulado nas SDs 14 e 17:

E1 (A) SD 14: foi uma pena ter deixado / porque / a gente deveria ter incentivado / e o pai nos ter incentivado e nos ter incentivado nossos filhos né / tanto porque agora minha

sobrinha / ela é de origem alemã e ele italiano e estão ensinando o menino a falar em alemão / o menino tanto fala em português como em alemão / daí o pai ensina o português e a mãe fala e a outra vó fala / em alemão / então eu acho que isso deveria ser / uma língua a mais nós os italianos deveríamos ter / um pouco de relaxamento talvez / que proibido na minha época não era mais proibido eu acho bonito [na tua época não era mais proibido] não [mas antes você] acho que quando a mãe era bem pequena ainda né / porque eu não lembro assim acho que foi no tempo da guerra mais né [ela contava alguma coisa] não a mãe / os meus tios / o tio mais velho ele contava [ele falava que era proibido] foi uma época que era proibido / tanto nas escolas como em lugares públicos / mas no nosso tempo / não mais [e você lembra de alguma história que ele tenha contado dessa proibição] é ele contou que até uma época / ele contava pra nós / que até uns livros que minha avó tinha / escrito em // italiano que a avó escondeu / porque se os caras chegassem nas casas e vissem / eles prenderiam eles né

E5 (P) SD 17: o pessoal ficava constrangido / até de falar em outra língua / em função de ser imigrante já daqui a pouco se sente até um intruso / em outro país / acho que ali gerou um trauma / cauteloso / né / uma restrição /

Observamos, na formulação da SD 14, uma narrativa com expressões ou palavras expressivas, as quais nos conduzem para determinadas condições de produção. Ao narrar que sua mãe contava sobre ‘*uma época que era proibido*’ entendemos que esse enunciador refere-se a um acontecimento anterior a sua época. No entanto, este é um acontecimento significativo, pois merece ser recontado, rememorado. Segundo um estudo feito por Venturini (2009, p. 78-79), “a rememoração não se lineariza no fio do discurso, ela é um efeito de memória, que sustenta e ancora o dizer no eixo da formulação. É a dimensão não-linear do dizer, que irrompe no eixo da formulação”. No dizer do entrevistado irrompem os sentidos da interdição por meio da formulação ‘*uma época que era proibido*’ (intradiscurso). Mesmo que não tenha vivenciado o período repressor das línguas de imigração, constituiu-se num espaço marcado por esse contexto e, em sua discursividade, irrompem os sentidos do interdiscurso.

Ao afirmarmos que a interdição é um fato rememorado, inferimos que ela significa de maneira distinta para cada sujeito, pois seus efeitos ainda são enunciados e, dessa forma, continuam significando na discursividade. A rememoração da proibição aparece atribuída a pessoas que vivenciaram a interdição estabelecida pelo Estado Novo, geralmente familiares mais velhos: ‘*os meus tios / o tio mais velho ele contava / foi uma época que era proibido / tanto nas escolas como em lugares públicos*’.

Pela formulação ‘*o pessoal ficava constrangido/ até de falar em outra língua/ em função de ser imigrante*’, presente na SD 17, interpretamos que o enunciador rememora a interdição e acrescenta ao seu relato expressões que ilustram os sentimentos de desconforto ocasionados pela proibição da língua italiana: ‘*ficava constrangido*’, ‘*se sente até um intruso*’,

‘*acho que ali gerou um trauma*’, ‘*uma restrição*’. Retomamos, a partir dessas expressões, que os descendentes de imigrantes italianos foram/são constituídos num espaço tenso e repleto de restrições quanto ao uso da língua de imigração, nominada anteriormente como ‘*outra língua*’ e, dessa forma, apresentam cicatrizes discursivas ao narrarem suas histórias de constituição linguística. A expressão ‘*se sente até um intruso*’ nos remete à designação de ‘*estrangeiro*’ exposta na SD 03³² (mobilizada no capítulo III). Assim, essas duas sequências ilustram o quão excluídos e acuados sentiam-se os descendentes de imigrantes italianos diante desse país que os “acolhia”. Compreendemos, nessas SDs, um jogo de sentidos: o estrangeiro é um intruso? O estrangeiro sente-se um intruso? Quem é o intruso? Aproximamos as duas palavras: *estrangeiro* e *intruso*, pelo sentido de ser alheio a um determinado grupo e, retomando os sentidos possíveis produzidos nas SDs, compreendemos que os descendentes de imigrantes italianos eram estrangeiros, intrusos ao desejo de nacionalização, ambos, ‘*intruso*’ e ‘*estrangeiro*’ poderiam provocar uma desestabilização dos interesses nacionais e, dessa forma, precisaram ser banidos, não fisicamente, mas pela interdição da língua, silenciando a língua, silenciaram-se os homens.

Passemos agora para algumas reflexões sobre a interdição como sinônimo de silenciamento. Lembramos que entendemos silêncio assim como define Orlandi (2007), ou seja, como elemento constitutivo da linguagem. Já apresentamos discussões acerca do silêncio e da política do silêncio no capítulo 2 desta pesquisa e, por essa razão, retomamos que nossas análises pautar-se-ão apenas na categoria do silenciamento. A política do silêncio ou silenciamento estava diretamente ligada à censura - a lei determinava o que, quando e como seu povo deveria expressar-se. Em nome da homogeneidade linguística e do sentimento de nacionalismo, a língua a ser falada deveria ser a língua portuguesa. Observemos na sequência discursiva a seguir o panorama que fora instituído naquela época:

E4 (A) SD 18: Não sei / era tempo de greve / não sei / que nós viemo de lá de Anita Garibaldi pra Concórdia / Meu pai sempre me dizia / vocês ficam quieto / nós comecemos a ir no catecismo então / tinha que ficar quieto / né / não falar / se falava em italiano ia preso / ma era assustado / né / o pai me assustava / ma era mesmo aquela lei

³² E4 (A) SD 03: [Daí em casa falava o italiano.] É, em casa falava o italiano. [E quando saíam de casa...] Saía, daí tinha que falar estrangeiro.

O enunciador 4 reforça que por força de lei, pela política do silenciamento, pela censura explícita à nação brasileira, deveria construir sua identidade a partir da unicidade de línguas. A ordem do Pai (Lei) representava e fazia cumprir a força da lei, as determinações do Estado. Em conformidade com o exposto, Bolognini (*et al.*, 2005, p. 44) pondera que

De forma incisiva, através de legislação específica e da minuciosa Campanha de Nacionalização do Ensino, iniciada em 1938, o Estado brasileiro implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, (re)forçando a nacionalização. Esse fato inibiu significativamente a prática das línguas maternas dos imigrantes, marcadamente no domínio público e institucional, sobretudo na imprensa escrita e na escola, mas também no espaço privado.

Realizamos a partir da SD 18 dois gestos de interpretação. O primeiro está ligado ao silenciamento do acontecimento histórico e o segundo, ao silenciamento da voz, da língua de imigração. Relacionamos a formulação *‘Não sei/era tempo de greve’*, ao silenciamento do acontecimento histórico, pois interpretamos que não há uma referência ao Estado Novo, a política de nacionalização, não há a menção do porque não podiam falar a língua de imigração, apenas a certeza de que não podiam falar. Ratificamos que entre os decretos que foram instituídos naquela época, abordamos nesta pesquisa o Decreto-Lei nº 1.545, que dispunha sobre a adaptação dos descendentes em território nacional, e esse, como dissemos anteriormente, servia como uma camisa de força aos considerados não nacionais. A segunda marca destacada corrobora para a discussão sobre o silenciamento da língua de imigração. Analisamos pelo *‘Meu pai sempre me dizia/ vocês ficam quieto [...] tinha que ficar quieto, né/ não falar/ se falava em italiano ia preso/ ma era assustado, né/ o pai me assustava/ ma era mesmo aquela lei’*. Instaurou-se, entre os descendentes de imigrantes italianos, a política do silêncio da língua de imigração em favor do cumprimento da lei. A lei, pela força da repressão, *‘ia preso’*, determinava o modo como os descendentes deveriam comunicar-se e a Lei (a voz do pai) é que tinha o poder/obrigação de colocar em prática aquilo que era desejo do Estado.

Segundo Orlandi (2007, p. 74), “o silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer”. Dessa forma, se para o Estado era admissível que só se falasse em língua portuguesa, o limite dos descendentes era falar apenas em língua portuguesa e, os seus dizeres deveriam estar dentro dessa limitação—daquilo que podia ser dito. Considerando que muitos descendentes ainda não sabiam falar em língua portuguesa, o não silêncio poderia inscrevê-los em outra FD, desse modo silenciar era o modo de encontra refúgio, acolhimento.

No terceiro modo de interdição apontamo-la como um processo de vergonha. Segundo De Oliveira (2009, p. 4),

o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas e jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas.

O sentimento de vergonha, enquanto efeito da interdição, também motivou o silenciamento da língua dos descendentes de imigrantes italianos. Falar o dialeto vêneto, nas colônias de imigração do Sul do país, era motivo de estigma social e cultural. Os descendentes eram rechaçados socialmente, principalmente pelo fato de não dominarem a língua portuguesa em um país ansioso pela unicidade linguística. Retomamos neste momento a SD 13 com o intuito de refletimos e entendermos como a língua italiana, língua materna para esse enunciatador até seus 14 anos, foi um elemento capaz de estigmatizá-lo socialmente.

E4 (A) SD 13: Então quando que a senhora fala a língua italiana, quando que a senhora ouve alguém falar a língua o que que a senhora sente? Que sentimento que dá?] Ah, ma dá até uma tristeza/ eu tenho até raiva dela/ (RISOS)/ Porque parece que eles falam/ assim rasgado, sabe?/ Gostei muito mais do português. [É?] Do que italiano/ Italiano parece que não/ não é bonito/ alemon, Deus me livre/ (RISOS) [Então a senhora acha/ hoje a senhora acha a língua portuguesa...] É boa. [Boa.] Pra mim, sim.

Ao ser questionado sobre os sentimentos despertados pela língua de imigração, o enunciatador expõe que sente tristeza e raiva e acentua esses sentimentos pelo acréscimo do ‘até’. Ao verbalizar, também ri, o que entendemos como uma manifestação de desconforto, uma tentativa de ofuscar, de negar fatos que lhe foram marcantes, que lhe deixaram cicatrizes. A estigmatização da língua desperta no enunciatador sentimentos de negação e desconforto. A negação e o desconforto podem ser observados pela manifestação do riso e ainda pelos sentimentos de tristeza e raiva motivados pela lembrança à língua de imigração. Ressaltamos que

foi proibida a fala em italiano, todos deveriam se expressar em português, sabendo ou não essa língua. Isso gerou humilhação, vergonha, tristeza, inibição e silêncio. Em muitas situações conflitantes, o silêncio foi a única solução que restou para o falante. (FROSI *et al.*, 2008, p. 145).

Ainda no gesto analítico da SD 13 observamos uma tentativa de identificação à língua portuguesa e um apagamento da língua italiana. Na formulação ‘Gostei muito mais do

português’, assume a posição discursiva favorável ao Estado, cria para si um jogo de imagens de que teve o poder de escolha e que pelo livre arbítrio hoje pode afirmar que gostou do português. Esse gostar vem enfatizado pelos advérbios *muito* e *mais* fazendo, segundo nossas interpretações, o jogo ideológico de ter produzido uma identidade nacional.

É importante apontar que há dois modos de funcionamento da memória discursiva nas SDs que iremos abordar posteriormente. Entendemos que alguns traços específicos (*‘não podia falar’*, *‘era proibido’*) presentes nas formulações dos avós ilustram que essa categoria foi constituída e interdita oficialmente/explicitamente pelas diversas instituições sociais (Estado, família, escola). Já pelos traços (*‘entendo mas não falo’* e *‘o italiano da nona’*) ainda ressoam os sentidos da interdição das línguas no entanto, considerando as condições de produção, são traços de pais e filhos que se constituíram na/pelas narrativas familiares interditados e pela voz do outro assim se constituem.

A seguir, discutiremos os efeitos da interdição, em diferentes espaços sociais, decorrentes do sentimento de vergonha, humilhação e desprezo, quando os descendentes de imigrantes italianos se inscreviam na língua de imigração.

4.2.3 Efeitos de interdição em diferentes espaços sociais

Como já expusemos anteriormente, as políticas nacionalistas desejavam criar uma nação e, para isso, os chefes de Estado entendiam que a população brasileira deveria ter uma única língua, amar seu país e dominar saberes da história e da geografia brasileira. Para atingir esse intuito, precisava-se criar um tipo ideal de brasileiro. Nessa idealização, a língua foi um dos requisitos de destaque, ou seja, aquele que prezasse pelo uso da língua nacional seria um bom brasileiro. Defendemos essa tese nos apoiando no art. 1º do Decreto-Lei, no qual está previsto que a perfeita adaptação dos estrangeiros em solo brasileiro dar-se-ia “pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”.

Em nosso material de análise, compreendemos que se instaurou, pelos efeitos de memória, a partir das políticas de nacionalização, a interdição da língua de imigração em determinadas instituições. Nas narrativas dos enunciadores é constante a referência a locais que autorizavam/autorizam ou não as línguas de imigração. Deter-nos-emos, sobretudo, em três instituições sociais: escola, igreja e família, pois foram referenciados na constituição deste *corpus* discursivo.

4.2.3.1 Escola: as portas se abrem e o cerco se fecha

Tecemos nossas primeiras considerações para este tópico, nos ancorando ainda naquilo que estava previsto no Decreto-Lei. O documento referenciado destaca, no artigo 4º, que era incumbência do Ministério da Educação e da Saúde a criação de escolas confiadas a professores que fossem capazes de servir a lei, disseminar saberes sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações e motivar organizações que fossem capazes de criar bibliotecas nacionais. Ainda, no artigo 11 havia a determinação de que “nenhuma escola poderia ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade”.

Interpretamos, dessa forma, que a instituição escola foi primordial para o Estado fortalecer e aplicar suas decisões. As portas das escolas foram abertas, livros foram oferecidos e informações sobre a nação brasileira foram disseminadas, e o cerco à língua de imigração fechou-se. Para Althusser (1970, p. 22) “a Escola [...] ensina saberes práticos, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante”. A escola foi/é o aparelho ideológico do Estado capaz de ensinar a língua portuguesa, mas muito mais do que isso serviu para controlar, mensurar, silenciar a manutenção das línguas de imigração.

As SDs que serão analisadas a seguir elucidam a função que a escola teve e ainda possui em difundir/efetivar o papel ideológico do Estado.

E7 (A) SD 19: Bem / quando que eu comecei a ir na aula / que era proibido na época falar italiano // e daí depois que eu terminei de ir na aula que eu comecei falar italiano com meus pais / eles começaram a ensinar em casa / porque na época a gente não podia falar italiano / na época que eu ia na aula / né

E8 (F) SD 20 [Então foi na escola que você aprendeu a língua italiana?] Ahã / o certo do italiano [?] O certo. [E o que que é o certo, me explica] É o que se eu for pra lá / é o que eles vão saber / e não o que a minha nona falava.

E1 (A) SD 21: foi uma época que era proibido / tanto nas escolas como em lugares públicos / mas no nosso tempo / não mais [e você lembra de alguma história que ele tenha contado dessa proibição] é ele contou que até uma época / ele contava pra nós / que até uns livros que minha avó tinha / escrito em // italiano que a avó escondeu / porque se os caras chegassem nas casas e vissem / eles prenderiam eles né / daí minha avó e meu avô tinham muito medo disso e eles andaram escondendo e deram até fim nos livros / que tinham trazido da Itália / de medo

Nas SDs 19 e 21, sequências discursivas recortadas de narrativas de enunciadores da terceira idade, fomenta-se que a interdição da língua ocorria em diversos espaços sociais, como: igreja, família e, sobretudo na escola, com o intuito de constituir uma nação brasileira. Os agentes do Estado estavam autorizados a vigiar e censurar, se assim fosse necessário.

O intento de afirmar a língua como instituição homogênea, una, fazia parte das intenções de uma política de nacionalização com vistas a assegurar o poder da classe dominante. Naquele contexto histórico, ou seja, no período estadonovista (1937-1945) a língua era um nobre instrumento de soberania nacional. Entre os Aparelhos Ideológicos que serviram de base para a implantação e execução dos ideários nacionalistas, a Escola teve grande relevância. No caso da presente pesquisa, compreendemos que a Escola foi o Aparelho Ideológico responsável por garantir o ensino da língua portuguesa, ou seja, via escola estaria assegurado que determinados saberes fossem difundidos em favor da efetivação dos ideais nacionalistas.

Ao analisarmos as SDs 20 e 21 compreendemos que a escola foi e ainda hoje é a responsável pela interdição da língua de imigração. Na SD 19 o enunciador com 76 anos expõe que *‘depois que eu terminei de ir na aula que eu comecei falar italiano com meus pais/ eles começaram a ensinar em casa’* compreendemos pelo sentido da formulação que na escola a língua de imigração não deveria ser praticada assim como previsto no artigo 1º do Decreto-Lei. No entanto, mesmo com as leis vigentes, com a supremacia da censura, a língua de imigração ainda possuía espaço para funcionar, o espaço familiar permitia que esses saberes tão temidos pelo Estado pudessem ser transmitidos para as novas gerações. Segundo Zanini (2002, p. 183-184),

A língua oficial nas escolas passou a ser o português, o que criou uma série de dificuldades, pois muitos descendentes de imigrantes não falavam a língua portuguesa. O aprendizado de uma língua estrangeira num modelo de educação punitivo como era o do período, deixou ‘marcas’ nos descendentes mais idosos. Muitos deles eram punidos na escola, caso não se adaptassem ao ensino em português e posteriormente em casa, pois os pais consideravam os castigos aplicados aos filhos na escola, uma necessidade, mas também uma desonra, o que fazia com que apoiassem a ação punitiva dos professores, mas também castigassem o filho punido. Desta forma, a punição se exercia duplamente, o que fazia com que as crianças também vivessem sob o medo, o que fez com que muitas abandonassem o ensino formal. *A escola teve um papel central na tentativa de se estabelecer uma identidade nacional de brasileiro, tendo sido considerada como um instrumento nacionalizador por excelência.* (Grifos nossos).

Na SD 20 o enunciador é aluno da 8ª série da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella e estudou o idioma italiano desde a 1ª série. Além disso, foi aluno da Escola

Bilíngue durante quatro anos. Como referenciamos anteriormente, o enunciador cita que sabe falar duas línguas e que aprendera o italiano, sobretudo na escola. A escola é, atualmente, o espaço de aprendizagem da língua italiana, porém não é ‘a língua da *nona*’ que é ensinada, ensina-se a língua *standard*³³ e interdita-se a língua de imigração. Outro momento histórico, outras condições de produção, mas com os efeitos da interdição e silenciamento da língua ainda intensos e em circulação.

Conforme grifamos na citação de Zanini (2002, p. 183-184), “a escola teve um papel central na tentativa de se estabelecer uma identidade nacional de brasileiro, tendo sido considerada como um instrumento nacionalizador por excelência”. Entende-se, pelo uso dos verbos ‘*terminei*’, ‘*comecei*’, presentes na SD 19, que se trata de uma referência ao passado. No entanto, as marcas desse passado continuam funcionando e constituindo sujeitos na contemporaneidade. Na época do Estado Novo, pretendia-se silenciar a língua de imigração em favor do fortalecimento da identidade nacional. Hoje, leis amparam e tornam obrigatório o ensino de pelo menos uma língua estrangeira nas escolas. Salientamos que pelo fato da língua estrangeira ser ensinada atualmente nas escolas não se rompe o ciclo da interdição, pois a Escola permite o ensino da língua estrangeira, porém a circulação/difusão via Escola é apenas da língua imaginária. A língua da ‘*nona*’ (língua fluída) continua a ser censurada.

Diante de outras condições de produção, o mesmo espaço que interditou, hoje, recebe prestigiosamente a incumbência de difundir a língua estrangeira, como pode ser observado no artigo 26 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) no inciso 5 que prevê:

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL, 1996, p. 11).

Diante disso, entendemos, a partir da SD 20, em especial, que a interdição da língua de imigração ainda permanece e ainda exerce poder quando se enuncia ‘*o certo do italiano*’. Diante da lei, a escola está autorizada a ensinar a língua estrangeira, mas não a língua de imigração. Pela formulação, observamos que se atribui à escola o prestígio de ensinar a língua italiana, ‘*o certo do italiano*’, despreza-se o italiano da *nona* (*avó*) em favor da língua *standard*.

³³ Língua *standard* refere-se ao idioma nacional da Itália.

A partir desta reflexão achamos oportuno trazer para essa discussão a reflexão que Orlandi (2009) desenvolve sobre os diferentes modos de funcionamento das línguas, regulados pela história. A referida autora assim aponta dois modos distintos de funcionamento: língua fluida e língua imaginária. Sobre os quais considera que

a língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua.[...] a língua fluida, por seu lado, é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcaibouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. (ORLANDI, 2009, p. 18).

A tensão ocasionada pelo funcionamento da língua fluida e da língua imaginária serve para alicerçar as discussões e fomentar a compreensão do complexo funcionamento discursivo. Como referenciado anteriormente, ao enunciar que a escola lhe proporcionou o ‘*certo*’ do italiano, o entrevistado se inscreve na rede de saberes de que a língua é um sistema fechado, um simulacro de verdades com certas regras e fórmulas necessárias ao funcionamento, reproduz os ideários nacionalistas e volta a interditar a língua de imigração. Entendemos, também, que essa interdição favorece a manutenção das políticas nacionalistas, agora não mais em favor da língua nacional, mas em favor de um sistema que em detrimento às línguas minoritárias volta a ditar as regras daquilo que pode e deve ser dito/ensinado. Pêcheux (2012) expõe que ao analisarmos um discurso, devemos considerar sua estrutura e o acontecimento ao qual ele dá origem, e, além disso, observar que os discursos não são estabilizados, mas são “pontos de deriva³⁴ possíveis”.

Em ‘*o certo*’ também realizamos o gesto de leitura de que esse sujeito é tomado pela ilusão de língua homogênea, de língua una. Temos nessa formulação, pela presença do ‘*o*’ determinativo e no singular, a hipótese que a língua incide apenas de uma maneira. Entendemos que essa formulação ressoa e atualiza o desejo do Estado Novo em homogeneizar a nação pelo uso efetivo de apenas uma língua, a língua certa, a língua portuguesa.

No interdiscurso, como foi discutido anteriormente, há elementos do Estado Novo que ainda ressoam e constituem esse sujeito, que o fazem acreditar na homogeneidade linguística. No entanto, quando, em sua narrativa, é citado por diversas vezes a palavra ‘*nona*’ interpretamos que essa relação com a língua é uma relação de alteridade. Assim, é no outro,

³⁴ Segundo Pêcheux (2012, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

na ‘nona’ que os traços de identificação são (re)velados, é mais uma mostra da heterogeneidade constitutiva dos descendentes de imigrantes italianos, é a presença do italiano da ‘nona’, o italiano *standard* e, ainda, a língua portuguesa. Há nessa narrativa um apreço e um desejo pela língua italiana, demonstrando um desejo de retomar a língua que acolhe, que identifica, que permite a inscrição pela/na relação com o outro. Além da ‘nona’ outras vozes são enunciadas nessa trama constitutiva. Há a referência à Itália com um ‘lá’ e aos italianos através da designação do pronome ‘eles’. Esse desejo de completude, de identificação, de alteridade, é expresso pelo pronome pessoal ‘eles’ e pelo advérbio ‘lá’. Retomando a SD temos: ‘É o que se eu for pra lá / é o que eles vão saber / e não o que a minha nona falava’.

Funciona na discursividade ‘se eu for pra lá’ o desejo de comunicação, de falar a língua do outro, *deles*, diferentemente de quando os descendentes foram obrigados a falar a língua de ‘aqui’, e silenciar a língua de ‘lá’. É nessa relação com o outro que o sujeito é constituído, pois “carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele” (CORACINI, 2007, p. 17). Compreendemos efeitos da alteridade, a relação com o outro, intervindo e constituindo sujeitos com múltiplas identificações. Durante o Estado Novo havia uma tensão de línguas e sujeitos devido a uma conjuntura explícita de repressão. No entanto, passado meio século e com cessação daquele período de proibições expressas, observamos posições discursivas nas quais os sujeitos continuam se constituindo na tensão do entre-línguas.

Embora tenhamos colocado a instituição escola, casa e igreja num mesmo nível anteriormente, ou seja, como locais responsáveis pela interdição da língua de imigração, salientamos que os entendemos com modos distintos de funcionamento. As escolas, sendo instituídas e mantidas pelo Estado, tornaram-se instituições de reprodução das políticas de nacionalização, com a função de inculcar uma cultura comum, uma identidade nacional uma homogeneização alcançada por meio de gestos de civismo e no controle do uso de línguas. As igrejas funcionaram de modo semelhante às escolas já que a catequese e o culto dominical previam ensinamentos em língua nacional. E, ao contrário, as casas, detentoras de certa autonomia, possibilitaram, em certa medida, a manutenção da língua de imigração. Desse modo entendemos e lemos esses espaços sociais como espaços de resistência.

4.2.3.2 Lar doce lar: falar ou calar?

Ao discorrermos sobre a resistência da língua de imigração em relação às políticas nacionalistas, gostaríamos de lembrar que os espaços sociais casa³⁵ e igreja, mesmo com outro modo de funcionamento, também constituíram-se como espaços de interdição da língua de imigração. Assim, entendemos que nas casas, diferentemente das escolas, havia a circulação da língua de imigração. A língua falada nos núcleos familiares era a língua de imigração e, principalmente, até o principiar das imposições do Estado. Em nome de um necessário abrasileiramento, a partir das décadas de 30 e 40 do século XX, deveria circular em todas as esferas sociais a língua nacional, ou seja, a língua portuguesa. Para o êxito dessa intenção, ao lado das campanhas de nacionalização, começou-se um período de extrema vigilância e punições. Os descendentes de imigrantes sentiam-se acuados também em suas residências pois

Vigiando-se a casa, vigiavam-se os seus. Símbolos e seres em tensão. Ali não mais se podia devanear e o repouso do ser tornava-se tenso e conflituoso. O Estado era de vigília constante, principalmente para aquelas famílias que já haviam tido membros presos ou perseguidos. O que restou nos domínios da intimidade foi o medo e a humilhação (ZANINI, 2002, p. 191).

Retomamos a SD 21 e acrescentamos a SD 22 com o intuito de refletir, pelo efeito de memória, que a prática de controle era bastante eficaz e intimidativa. Destacamos que o ambiente familiar foi invadido pelas constantes ameaças e envolto em um clima de tensão e conflito. Nas SDs posteriormente apresentadas, recortamos elementos que ilustram que a fiscalização, mesmo “nos domínios da intimidade”, poderia ocorrer em qualquer tempo.

E1 (A) SD 21: foi uma época que era proibido / tanto nas escolas como em lugares públicos / mas no nosso tempo / não mais [e você lembra de alguma história que ele tenha contado dessa proibição] é ele contou que até uma época / ele contava pra nós / que até uns livros que minha avó tinha / escrito em // italiano que a avó escondeu / porque se os caras chegassem nas casas e vissem / eles prenderiam eles né / daí minha avó e meu avô tinham muito medo disso e eles andaram escondendo e deram até fim nos livros / que tinham trazido da Itália / de medo

E7 (A) SD 22: Entre eles / família dos Camillo / dos Puntel / assim/ entre eles / quando se reuniam que não tinha outras pessoas / em família eles falavam italiano [Nas nas casas] Nas casas / sim / humhum / não podia ser no público

³⁵ Nesta seção, quando referenciamos a palavra casa, queremos estender esse termo ao núcleo familiar.

Na SD 22 interpretamos pelas negativas *‘quando se reuniam que não tinha outras pessoas’* e *‘não podia ser no público’* que entre os descendentes falava-se a língua italiana, mas havia a constante preocupação em controlar a prática dessa determinada língua, mesmo nos ambientes familiares. Pela sentença *‘não tinha outras pessoas’* é possível entender que se falava a língua em cena apenas quando naquele grupo específico houvesse apenas italianos. Destacamos também o *‘eles’* presente no início dessa sentença. Entendemos que especificamente, aqui, usar esse *‘eles’* em sua narrativa indica que esse enunciador toma o cuidado em não nominar determinado povo. Isso vela ou revela os sentidos da interdição? Entendemos que o entrevistado tenta controlar seu dizer, mas ao mencionar alguns sobrenomes, (Camillo, Puntel), lhe escapa o proibido (sobrenomes italianos) e produz sentidos que deveriam (ideologicamente) ser velados. Stübe (2008) aborda a memória como da ordem do inconsciente e trata esses traços que se inscrevem no enunciador como constitutivos do sujeito, traços esses que podem ser ressignificados, reinterpretados na enunciação.

Por sua vez, na SD 21 destacamos *‘ele contava pra nós /que até uns livros que minha avó tinha/ escrito em// italiano que a avó escondeu/ porque se os caras chegassem nas casas e vissem/ eles prenderiam eles né’*. Interpretamos nessa sequência que a interdição é/foi para esse enunciador um efeito de memória, pois a interdição ocorreu em um tempo longínquo. Ao dar seu depoimento o entrevistado enfatiza que os seus ascendentes é que vivenciaram a interdição, mas em suas narrativas continuam vivas as fissuras, as cicatrizes deixadas por aquele tempo. Ao mesmo tempo em que ele (re)vela cenas originadas pelas políticas de nacionalização esconde, vela os protagonistas daquele episódio, desse modo compreendemos que seu próprio dizer ainda lhe interdita, permite-lhe apenas dizer que *‘eles’*, *‘os caras’* poderiam prender e recriminar aqueles que infringiam as leis do Estado. Os agentes de fiscalização tinham livre acesso aos lares, poderiam averiguar evidências ou usos da língua de imigração e caso constatassem qualquer indício a ação (*eles prenderiam*) deveria ser cumprida de imediato.

Zanini (2002, p. 190) expõe que os

pais começaram a obrigar seus filhos a falar o português e os velhos eram proibidos de sair de casa, pois só sabiam se expressar em seus dialetos. A família tornava-se, desta forma, uma esfera de repressão também. Além disso, os espaços de sociabilidade como a bodega, o comércio local e a Igreja passaram a ser espaços de tensão, pois sempre se suspeitava que havia alguém espionando e pronto a delatar os possíveis traidores nacionais.

Outro elemento que mobilizamos nessa análise é a formulação ‘*ele contava pra nós / que até uns livros que minha avó tinha / escrito em // italiano que a avó escondeu / porque se os caras chegassem nas casas e vissem/ eles prenderiam eles né [...] daí minha avó e meu avô tinham muito medo disso e eles andaram escondendo e deram até fim nos livros/ que tinham trazido da Itália/ de medo*’. Destacamos que nessa formulação surge um elemento que ainda não havia sido mencionado nas narrativas, trata-se da presença da língua de imigração na modalidade escrita: ‘*uns livros*’. É notório que o medo rondava os lares e os descendentes. No entanto, mesmo sob esse clima de tensão havia no espaço familiar um lugar para a língua de imigração. Além da língua na modalidade oral, livros trazidos do país de origem tinham seu espaço garantido entre os objetos caros para os descendentes de imigrantes. Muito mais que folhas de papel, esses livros simbolizavam/simbolizam elementos culturais de grande valor sentimental, mas que sob o manto da repressão eram ocultos e fazia com que resistissem. Entendemos esse gesto de resistência como mais uma marca da heterogeneidade linguística que constituiu e constitui os descendentes de imigrantes italianos.

Entre a interdição e o funcionamento/permanência da língua de imigração nos ambientes familiares, destacamos por meio do material de análise com o qual estamos envolvidos, que é possível compreender no fio do discurso determinadas cicatrizes que constituem os descendentes de imigrantes italianos. Na categoria dos avós, como exposto acima, apontamos a presença da censura via Estado e a (re)produção (parcial) dessa mesma censura pela própria família. Utilizamos o termo parcial, pois ainda pelo material de análise nos é permitido afirmar que houve sim a interdição, mas nos ambientes familiares a língua continuou viva, constituindo sujeitos e sentidos, chegamos a essa compreensão pelo exposto na SD 23:

E2 (P) SD 23: [fala um pouquinho como foi que você aprendeu o italiano /esse italiano dos avós] ouvindo mesmo / né geralmente quando era pequeno / eles tentavam conversar em italiano / pra gente não saber o que que era né / pra não descobrir

Pela análise da SD 23, considerando que o enunciador tem 36 anos, portanto bem posterior à interdição do Estado Novo, essa SD nos aponta que nas casas a língua de imigração continuou funcionando, pois pela formulação compreendemos que a aprendizagem do italiano ‘*dos avós*’ ocorreu pelo convívio familiar, ou seja, pelo funcionamento da *língua da nona*, nesse entre-línguas repleto de tensão e ao mesmo tempo ambicionado. Ainda, na SD 23, destacamos um modo de funcionamento da interdição pela proibição. Os filhos não eram convidados a falar o ‘*italiano dos avós*’. Entendemos essa exclusão como uma cicatriz, uma

reprodução das políticas de nacionalização, ou seja, os filhos não precisariam falar pela questão da Lei e ainda para serem privados de determinados constrangimentos. Desse modo, nas relações familiares, comunicar-se pela língua italiana, era a estratégia utilizada para censurar certos assuntos, aqueles que não fossem de interesse dos filhos. Assim interpretamos essa atitude como uma reprodução/ atualização do acontecimento da interdição imposta pelo Estado Novo.

Passados mais de meio século do Estado Novo, no qual ocorreu, em nosso entender, a ofuscação da língua de imigração pelas práticas de silêncio que não passaram incólumes aos sujeitos que, hoje, em narrativas pessoais (re)velam a outra face, atualizam ou reconfiguram traços da história oficial. Salientamos que não nos interessa fazer o percurso inverso, aquele que reescrever a história, nos interessa escre(ver) a história por outros vieses, pois mesmo na contemporaneidade, é possível, pelas narrativas pessoais, confirmar a heterogeneidade linguística que constitui os descendentes de imigrantes, heterogeneidade esta composta pela língua portuguesa, a língua de imigração e a língua italiana.

Nesse sentido, destacamos a partir das SDs 24, 25 e 26 modos especiais de funcionamento da língua de imigração, nos ambientes familiares: língua como herança ou como rememoração.

Desse modo, compreendemos que a língua italiana que circula nos ambientes familiares é fruto de um legado passado entre as gerações, aquilo que denominamos por herança. Nas categorias que compõe esta pesquisa, a aprendizagem da língua italiana, no ambiente familiar, ocorreu de duas maneiras: na categoria dos avós (entre os enunciadores de maior idade E 04 e o E07) foi a primeira língua, uma aprendizagem direta (era a única língua falada em casa) e entre os demais enunciadores a língua italiana foi indiretamente aprendida (concomitante ao português os sujeitos a praticavam em diferentes situações cotidianas). Podemos analisar esse funcionamento nas seguintes SDs

E1 (A) SD 24 desde que / eu lembro de minha casa / minha avó morava com nós / e ela falava tudo / em italiano /então foi ali onde que eu comecei a /entender alguma coisa e /falar

E5 (P) SD 25: a região que a gente morava no interior / tudo / era tudo italiano / Então / esse contato fez com que a gente conhecesse alguma coisa / da história / da língua / tudo isso / né

E9 (P) SD 26: [como você aprendeu o italiano?] Ah convivendo junto / com as pessoas da família / os mais velhos que falavam / tinha meus avós / pai e mãe também falavam alguma coisa / tios

Ainda nos debruçando nas SDs 24, 25 e 26, chamamos a atenção para o funcionamento da língua como rememoração. Mesmo que os filhos e netos não tenham sido convidados a aprender/falar a ‘*língua dos nonos*’ compreendemos no fio do discurso de suas narrativas esse funcionamento, que falam em maior ou menor grau, mas falam a língua que a avó, tios ou pais falavam. Língua dos mais velhos? Língua do aconchego? Ou minha língua? Conforme foi referenciado por diversas vezes neste trabalho a língua dos mais velhos, configura-se como língua do aconchego. Língua de sujeitos que se constituíram/constituem na e pela língua do outro, nessa trama, nessa teia, nessa língua doce língua.

4.2.3.3 Religiosidade que conforta, igreja que desalenta

Os espaços de sociabilidade dos descendentes de imigrantes italianos, nas primeiras décadas do século XX, eram bastante limitados. Entre esses espaços destacava-se a igreja por favorecer o encontro dos ‘*iguais*’ mas, sobretudo por motivá-los diante de inúmeras dificuldades apresentadas pela nação em desenvolvimento. De acordo com Zanini (2007, p. 532) “a sociabilidade daqueles colonos era limitada às festas religiosas, à missa dominical, quando se reuniam na igreja e, em seguida, na bodega, na qual compravam artigos que não produziam para o sustento familiar”.

No entanto, a igreja, espaço de sociabilidade e que poderia dar-lhes forças para adaptarem-se nas novas terras, também era espaço que possibilitava a repressão. De acordo com as leis sancionadas pelo Presidente Getúlio Vargas, era vetado o uso de línguas estrangeiras em espaços públicos e, diante dessa situação, instaurava-se ali também as práticas de silenciamento da língua de imigração.

Retomamos novamente o Decreto-Lei que previa no artigo 16 a difusão do idioma nacional também nas dependências religiosas: “sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional”. Apreendemos que essa obrigatoriedade do uso da língua portuguesa também nas igrejas tenha favorecido de fato a difusão da língua nacional, mas nem por isso aquele processo impositivo tenha sido capaz de apagar a língua de imigração.

E 04 (A) SD 27: [Mas todos eles falavam...] Tudo ele italiano / tudo italiano / e quando viemo aqui pra Santa Catarina / MEU DEUS DO CÉU / QUANTO BRASILEIRO / era uma coisa/ uma língua tão triste / né // Era / italiano puro [E na casa, assim, eles falavam...] Só italiano / só italiano[Na Igreja também...]É sim / na Igreja cantava / abria as coisa mais linda que era / meu pai rezava o terço sabe / Daí ele cantava aquela Ave Maria cantada / Eu me lembro

mal e mal / era bonito / melhor do que rezar assim (TOSSE)[Em português...] É.[E naquela época que a senhora tinha catorze anos e que não podia falar, os seus pais também não falavam, daí.] Não falavam / ma em casa falava tudo / porque ninguém sabia / né / em casa a gente falava / então

A partir dos verbos ‘cantava’ e ‘rezava’, indicando um acontecimento passado, interpretamos que a igreja era o local de conforto, pois permitiu o funcionamento da língua de imigração. A formulação ‘abria as coisa mais linda’ e ‘era bonito’, indicia esse conforto, pois o local e os eventos religiosos são descritos com adjetivos positivados. Em outra marca, ‘melhor do que rezar assim’, entendemos que é reforçado o sentimento de conforto. Interpretamos, pelo uso do advérbio ‘melhor’ que há na constituição desse sujeito a presença de outra língua, no entanto a língua de imigração ainda é a língua do conforto, é a língua bonita. Há na formulação uma presença ausente dessa outra língua, pois não é nominada, há apenas uma referência pelo uso do ‘assim’. Interpretamos essa ocultação como uma cicatriz discursiva da interdição. A partir da SD 28 podemos analisar como esse funcionamento foi controlado e posteriormente vetado devido às legislações que estavam em vigor naquele período:

E4 (A) SD 28: Porque era aquele tempo / sabe / quem falava italiano / ia preso / que nós viemo [sic.] de Anita Garibaldi aqui pra Concórdia / aí me tocou de estudar tudo o catecismo brasileiro pra poder passar a comunhão

Destacamos na SD 28 que a instância religiosa serviu para reforçar os interesses ideológicos do Estado Novo e apenas pela inscrição na língua nacional os descendentes de imigrantes italianos garantiriam o passaporte para a inscrição social nesse país. Pela formulação ‘aí me tocou de estudar tudo o catecismo brasileiro pra poder passar a comunhão’, apreendemos que essa obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, também nas igrejas, tenha favorecido de fato a difusão da língua nacional, mas nem por isso esse processo impositivo tenha sido capaz de silenciar a língua de imigração.

Retomando aquilo que foi analisado nesta seção destacamos que entre as instituições escola, igreja e família a interdição é o traço de memória mais recorrente. Configura-se como a principal regularidade e delinea a abrangência das políticas de nacionalização. Compreendemos que além da interdição, a língua imaginária é um pressuposto ideológico que sustenta a concepção do ideal de língua e além disso, destacamos também, que a língua de imigração, mesmo interdita, continuou funcionando e constituindo os descendentes de imigrantes italianos pelas relações com o outro, pelas relações de alteridade.

Expusemos, anteriormente, que a língua de imigração foi silenciada, no entanto não apagada/extinta, pois traços dessa língua continuam vivos nas casas, nas igrejas, na escola, enfim, na maneira de se dizer desses sujeitos que linguisticamente são heterogêneos, incompletos e camaleônicos. Nessa trama o que temos são sentidos que se inscrevem na verticalidade da língua, são (e)ternamente constitutivos dos sujeitos e também dos novos sentidos.

5 PALAVRAS FINAIS

Escolher, escrever, dizer... exatamente assim! A escolha pelo infinitivo não é apenas uma questão de estilo, é um desejo de que estas palavras finais consigam sintetizar, arrematar os nós desta pesquisa e pelas/nas arestas, produzir sentidos, deslocar saberes, ressoar. Além disso, pelo infinitivo se mostra o desejo de que estas palavras finais, não cimentem o final, pois de tudo o que foi dito e escrito neste trabalho muito há ainda para se dizer. O que ora é sintetizado são alguns dos sentidos possíveis entre o dito e o não dito. Partimos então para o que chamamos de palavras finais:

Desde o início da pesquisa fui envolvida pela trama das histórias pessoais, das histórias que narram não apenas fatos, mas que (re)velam nuances até então adormecidas. Muito mais que sensibilidade, os princípios éticos a todo momento nortearam essa fina trama para poder e querer dizer o até então silenciado, mascarado, ignorado.

Não é possível que o leitor sinta os aromas que me envolveram durante as entrevistas e por essa razão descrevo que esta pesquisa esteve envolta pelo aroma do chimarrão recém cevado, aromatizado por chás da horta da *nona*, pelo inigualável cheirinho de cravo e canela colocados na sobremesa de pera, pelo cheiro de comida caseira que vinha da cozinha. Coisas aparentemente simples, mas que podem desencadear uma série de sentidos, uma série de desejos, uma série de saberes, da cultura, da origem, da língua.

Desse modo, entre o desejo e aquilo que foi se desenhando, se desnudando no decorrer da pesquisa, cada personagem - avós, pais e filhos - foi garantindo e construindo seu espaço. Não há uma demarcação entre personagens principais e secundários, pois cada personagem foi singularmente importante para a pesquisa.

Como dito anteriormente, encontramos-nos neste momento entre o desejo de prosseguir e a necessidade de findar, de arrematar os escritos e colocar um ponto final. Nesse impasse do cessar e prosseguir nos voltamos para aquilo que traçamos como escopo de pesquisa e ainda para a hipótese que perseguimos durante esse artesanato teórico e analítico.

Compreendemos que toda relação linguística é uma relação de entre-línguas, e dessa forma entendemos que a relação de ser-estar-entre-línguas cria para o sujeito um lugar discursivo tênue e repleto de tensões, um lugar no qual se realizam momentos de identificação.

Como já abordado no corpo desta pesquisa construímos a hipótese de que os descendentes de imigrantes italianos poderiam, por meio de narrativas pessoais, (re)velar marcas de interdição e silenciamento da língua de imigração. Tal hipótese foi se confirmando

a partir dos gestos de interpretação, pois compreendemos e destacamos que na constituição identitária dos descendentes de imigrantes italianos há marcas da língua italiana que não foram apagadas, tornaram-se cicatrizes que significam na enunciação.

Nesse sentido, destacamos pelo corpus construído e analisado que:

(i) ao questionarmos sobre quais línguas eram faladas, os enunciadores, mencionaram, de modo unânime, que era a língua portuguesa e a língua italiana. Compreendemos desse modo que esses se constituem linguisticamente no embricamento das línguas portuguesa, de imigração e italiana; além disso, ao falarem sobre a constituição linguística interpretamos traços de entre-línguas que corroboram para essa conclusão. Destacamos, assim como fizemos no gesto analítico os seguintes traços:

- alteridade: inúmeras vezes fomos surpreendidos pela expressão ‘*italiano da nona*’ ou então ‘*dos mais antigos*’ para se referir a língua italiana. No entanto é justamente essa língua do outro que lhe é cara, língua pela qual tem apreço, se identifica e lhe constitui. Entendemos que essa frequente menção ‘*a língua da nona*’ é uma cicatriz discursiva da língua de imigração e por ser cicatriz se marca na enunciação e permite a inscrição social enquanto sujeito da linguagem.
- jogo ideológico: no decorrer desta pesquisa exploramos inúmeras vezes que a ideologia constitui o sujeito da linguagem. Esse conceito teórico foi por inúmeras vezes sustentado ao analisarmos o *corpus* discursivo. Compreendemos que ser sujeito da linguagem implica em estar envolto pelo constante jogo ideológico e por ele ser constituído. Nas narrativas dos descendentes de imigrantes italianos apreendemos pelas revelações assombrosas ou pelos relatos divertidos uma rede de sentidos que sistematicamente definimos como interdição e identificação;
- imaginário linguístico: os descendentes de imigrantes italianos, ao aportarem no Brasil, trouxeram além da bagagem material, a bagagem cultural. Essa última repleta de sonhos e marcas peculiares desse povo específico. Na bagagem cultural destacamos a língua. A língua dos imigrantes foi entendida, principalmente no período do Estado Novo como uma afronta a ordem e progresso do país. Diante do desejo de constituir uma verdadeira nação, as políticas do Estado Novo tinham como principal objetivo a criação da identidade nacional ao lado de um sentimento de brasilidade e para isso seria necessário a implantação do idioma nacional e o aniquilamento das línguas de imigração. Os imigrantes, ao saírem de suas casas deveriam falar o ‘*estrangeiro*’ (idioma português), ou seja, a língua imaginária, a ideal para a nação, sob

pena de represálias caso isso não acontecesse. Diante desse imaginário linguístico o lugar do imigrante era tomado pela tensão entre falar e calar. Foi justamente nesse entre-falar-calar que se constituíram os descendentes de imigrantes italianos.

(ii) apesar da interdição da língua italiana, em território brasileiro, ela continuou funcionando e circulando nesse país durante o período do estado Novo e na contemporaneidade traços, chispas dessa língua silenciada emergem nas narrativas, indicando que é elemento constitutivo desse grupo específico. Uma das características dos imigrantes europeus - e aqui destacamos os italianos e os alemães, - é a manutenção dos laços familiares. Cria-se nas famílias um reduto capaz de configurar um espaço no qual as gerações convivem e compartilham experiências. Foi nesse reduto familiar que a língua, mesmo censurada, teve seu espaço garantido de funcionamento, pois configurava-se como um dos elementos culturais de grande apreço. Desse modo, pelo funcionamento concomitante da língua de imigração, na língua portuguesa, a primeira pela porosidade da língua deixou cicatrizes linguísticas/constitutivas.

(iii) ao analisarmos as SDs dos descendentes de imigrantes da terceira idade foi possível traçar, pela intensidade dos relatos, um panorama geral das condições de produção predominantes do Estado Novo. Nas formulações dessa categoria a interdição e o silenciamento são os principais traços de memória que emergiram. Pela recorrência nas SDs das marcas linguísticas *'foi uma época que era proibido'*, *'não podia falar coisa de alemão e nem italiano'*, *'tinha que ficar quieto'* inscritas contemporaneamente no intradiscurso, ou seja, mobilizando uma memória na atualidade compreendemos que se produz um deslocamento e assim, possibilitando que interpretemos o referido acontecimento histórico como um acontecimento discursivo.

(iv) a escola, a igreja e a casa (família) foram instituições responsáveis pela interdição da língua de imigração durante o período do Estado Novo. Destacamos nesta pesquisa que, embora seja permitido o ensino de línguas estrangeiras nas escolas ainda se continua interditando, oficialmente, a língua de imigração. Se fizermos uma análise sobre a história do ensino de línguas estrangeiras no Brasil é possível perceber que desde o Império o ensino de línguas esteve a serviço de interesses políticos e ideológicos da nação. O período anterior ao Estado Novo previa o ensino de línguas clássicas e modernas. No entanto durante os anos de vigência do Estado Novo o ensino das línguas alemã e italiana foi interditado, pois acreditava-se que a poderiam interferir nos conteúdos que estavam voltados para a constituição de uma identidade nacional. Desse modo, e diante da formulação *'o certo do italiano'*

compreendemos que perante a lei, a escola pode ensinar a língua estrangeira (língua imaginária), contanto que não seja a *‘língua da nona’*.

(v) entre os enunciadores mobilizados para esta pesquisa observamos que duas categorias destacaram-se pelos traços de interdição e/ou identificação: a da terceira idade, por indiciar práticas de interdição e silenciamento da língua de imigração; a dos filhos nos apontou uma relação de identificação e apego a língua italiana, aquilo que entendemos como alteridade, pois constituem-se na e por esta língua pela influência da escola mas, também se constituam pela língua de imigração através das relações familiares. Nessa categoria embora os processos de identificação sejam relevantes compreendemos que igualmente funciona a interdição da língua de imigração compreendemos que via escola, permite-se o ensino da língua italiana, mas censura-se ou negligencia-se a língua da *‘nona’*; pelas relações familiares há um aparente desleixo, *‘relaxamento’* em se ensinar às novas gerações a língua de imigração, essa negligência é compreendida, em nossa análise, como os efeitos da interdição motivada pelo Estado Novo no período de 1937-1945.

Salientamos que diante desses arremates nos encaminhamos para o fim. No entanto, não pretendemos a partir desse estudo *‘virar tudo’* na história, mas almejamos que este trabalho acadêmico torne-se também uma homenagem às tantas vozes que foram caladas. Esperamos que pelo já-dito desse artesanato teórico e analítico ou então dessa homenagem possibilite que outras pesquisas sejam motivadas, e que aquilo que ainda não foi dito possa ser (re)velado.

Nessa escritura tecida ora com dor, ora com indignação e ora com realização é o resultado da metamorfose que somos: descendentes de imigrantes, constituídos no/pelo entre-línguas. Nesse sentido, ao produzir uma cicatriz na história findo dizendo que aquilo que inicialmente era um desejo, fruto de minha própria constituição linguística, um traço que me identificava, hoje se materializa nestas folhas de papel, que se faz história, uma história narrada pelos personagens desta pesquisa, pela minha voz e pela voz dos meus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3ed. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ANDRADE, C. D. de. No meio do caminho. *In*: MORICONI, I. **Os cem melhores poemas brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BERNARDI, P. **Canção do imigrante italiano**: sua leitura a partir de uma localidade rural catarinense (1996-1999). Tese de Doutorado (2003). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 2003.

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de imigrantes. **Cienc. Cult.** [online]. 2005, v. 57, n. 2, p. 42-46. ISSN 2317-6660. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252005000200020&script=sci_arttext> Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CALDAS AULETE – **Dicionário Eletrônico**. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/relaxamento#ixzz2pMEDEA5S>>. Acesso em: 01 jan. 2014.

CORACINI, M. J. Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português. *In*: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidade e Discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003. p. 23-36.

_____. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

_____. Prefácio. *In*: ECKERT-HOFF, B. **Escrit(ur)a de si e identidade**: o sujeito-professor em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (Orgs.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

CORALINA, C. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 12 ed. São Paulo. Editora Global, 1986.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos, São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DECRETO-LEI nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

DE OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. **Revista Linguagem**, 11ed. Ufscar, SP, 2009. Disponível em: <<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao11/artigo12.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

DE NARDI, F. S. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003.

ECKERT-HOFF, B. **Escrit(ur)a de si e identidade**: o sujeito-professor em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

_____. (Dis)sabores da Língua Ma(e)terna: os conflitos de um entre-lugar. In: CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (Orgs.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FERREIRA, A. G. Z. **Concórdia**: o rastro de sua história. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua no discurso. **Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 17, n. 35, p.189-200, 2003.

_____. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FROSI, V. M. *et al.* Prestígio e estigmatização: dialeto italiano e língua portuguesa da região de colonização italiana do nordeste do rio grande do sul. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2, p. 139-167, jul./dez. 2008.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, 1996

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Unicamp - SP, nº 19, 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3017>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

_____. Lula Lá: Estrutura e Acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

Instituto Antônio Houaiss (org.). **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

LABES, M. **Nacionalismo**: marcas de um silêncio que persiste. 2007. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/overblog/nacionalismo-marcas-de-um-silencio-quepersiste>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

LEMINSKI, P. **Toda Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

MARIANI, B. (org.). **A escrita e os escritos**. Reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Subjetividade e Imaginário Lingüístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/6%20art%204%20P.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

MALUF-SOUZA, O. Que sujeito? Interfaces entre o sujeito do inconsciente e o sujeito da ideologia. In: MALUF-SOUZA, O. *et al.* (Orgs). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 109-122.

NUNES, J. H. Leitura de Arquivo: Historicidade e Compreensão. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. – São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-380.

ORLANDI, E. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. Revista: **Em aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

_____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: Unicamp, 1996, p. 209-218.

_____. Ética e Política Linguística. **Língua e Instrumentos Lingüísticos**, vol. 1. Campinas: Pontes, 1998.

_____. Identidade lingüística escolar. In: Signorini, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 231-264.

_____. A língua brasileira. **Cienc. Cult.** [online]. v. 57, n. 2, p. 29-30, 2005. ISSN 2317-6660.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Língua brasileira e outras histórias: Discurso sobre língua e ensino no Brasil**. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. **Discurso e Leitura**. 9 ed. São Paulo: Cortez. 2012b.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012d.

PAULILLO, R. **A enunciação vacilante: formas do heterogêneo no discurso do si**. Tese de doutorado, IEL/UNICAMP, 2004.

PAYER, M. O. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni P. **História das Idéias lingüísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Memória da Língua e ensino- modos de aparecimento. **Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 17, n. 35, 2003.

_____. Memória da língua: entre a língua nacional e a língua materna. In: **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. **Memória da língua: Imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. O trabalho da memória no discurso. In: MALUF-SOUZA, O. *et al* (Orgs). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 91-108.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [*et al.*]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pucinelli Orladi *et al.* 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [*et al.*] **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 49-56.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012.

SCHERER, A. E. *et al* . Palavras de Intervalo no Decorrer da Vida ou por uma Política Imaginária da Identidade e da Linguagem. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003. p. 23-36.

_____. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, B. (org.). **A escrita e os escritos**. Reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 13-20.

_____. A constituição do Eu e do Outro pela Interpelação da Língua pela Língua na História do Sujeito. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 347-356.

STÜBE NETTO, A. D. **Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas:** narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração. Tese de Doutorado (2008). Unicamp. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

VENTURINI, M. C. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. **RUA** [online]. 2009, n. 15. v. 1 - ISSN 1413-2109. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=71>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil meridional:** a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS. Tese de Doutorado (2002). USP, São Paulo [s.n.], 2002.

_____. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana** [online]. vol.13, n.2, p. 521-547, 2007. ISSN 0104-9313. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493132007000200009&script=sci_arttext&tlng=s>. Acesso em: 05 mai. 2014.

ANEXOS

ANEXO A

1- Roteiro da entrevista

- 1- Que língua(s) você conhece?
- 2- Você fala em qual(is) língua(s)?
- 3- Qual foi a primeira língua que você falou?
- 4- Se você fala outra língua, com quem você fala? Em qual língua? Quando você fala?
Por quê?
- 5- Como você aprendeu essa outra língua?
- 6- Nomeie sua língua?
- 7- Considerando que você é descendente de imigrantes italianos, gostaríamos que você comentasse os seguintes questionamentos:
 - a- Seus pais falavam ou falam a língua italiana?
 - b- Se sim, comente. Se não, você sabe por qual razão não a falam?
 - c- Quando se fala em língua italiana, o que você sente?
 - d- Você considera importante conhecer ou falar a língua italiana hoje?

